

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE**



Casa de
Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

**Mestrado Profissional em Preservação em Gestão do Patrimônio Cultural
das Ciências e da Saúde**

GISELLE SANTOS SILVA

**GESTÃO DE COLEÇÕES EM MUSEUS DE SAÚDE: PROPOSTA
PARA O MANUAL DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO
MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS**

Rio de Janeiro

2019

GISELLE SANTOS SILVA

**GESTÃO DE COLEÇÕES EM MUSEUS DE SAÚDE: PROPOSTA PARA O
MANUAL DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO MUSEU DO
INSTITUTO EVANDRO CHAGAS**

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

Rio de Janeiro

2019

Ficha Catalográfica

S586g Silva, Giselle Santos.

Gestão de coleções em museus de saúde: proposta para o manual de documentação museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas / Giselle Santos Silva. – Rio de Janeiro : s.n., 2019.
126 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.

Bibliografia: 120-126f.

1. Museus. 2. Coleções como Assunto. 3. Gestão da Informação em Saúde. 4. Brasil.

CDD 069

GISELLE SANTOS SILVA

**GESTÃO DE COLEÇÕES EM MUSEUS DE SAÚDE: PROPOSTA PARA O
MANUAL DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO MUSEU DO
INSTITUTO EVANDRO CHAGAS**

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Aprovado em ___/___/___

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

Programa de Mestrado Profissional Preservação e Gestão do Patrimônio das Ciências da Saúde
- PPGPAT/Fiocruz

Examinador interno: Prof.^a Dr.^a Alda Heizer

Programa de Mestrado Profissional Preservação e Gestão do Patrimônio das Ciências da Saúde
– PPGPAT/Fiocruz

Examinador externo: Prof.^a Dr.^a Cláudia Penha Santos

Programa de Pós-graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – PPACT /
MAST

Suplente interno: Prof. Dr. Rafael Zamorano Bezerra

Programa de Mestrado Profissional Preservação e Gestão do Patrimônio das Ciências da Saúde -
PPGPAT/Fiocruz – Suplente

Suplente externo: Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS/ UNIRIO/MAST -
Suplente

Rio de Janeiro, 2019

Não basta dizer que os museus representam identidades nacionais, identidades étnicas, religiosas, etc. É preciso responder por que essas representações feitas por meio de objetos materiais continuam a exercer sua magia e despertar fascínio sobre as pessoas.

(GONÇALVES, 2007, p.100)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Paulo Roberto Elian do Santos, por contribuições e correções na orientação deste trabalho.

Aos membros da banca, por aceitarem o convite e, principalmente, pelos comentários realizados no exame de qualificação.

À equipe do Museu do Instituto Evandro Chagas, Claudia Santos, Clarissa Santos e Francisco Neto, peças-chave na concretização deste projeto, pela confiança e lealdade conquistadas ao longo desses seis anos de Instituto Evandro Chagas.

Ao Vitor, meu companheiro, pelas dicas e sugestões e ao Vicenti, meu filho, pelo companheirismo.

À Anna Echternacht, pelo seu olhar atento e sugestões precisas.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, em especial Maria Karla e Yasmine, museólogas de formação se fazendo presentes enquanto resistência na defesa do patrimônio.

A todos que, direta ou indiretamente, ajudaram na concretização deste projeto.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo elaborar um manual de documentação museológica, instrumento de gestão de coleções, com princípios e procedimentos normativos que orientem a produção da documentação museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas - MEV, na cidade de Belém, PA, visando a preservação e difusão do acervo museológico em saúde. Para serem definidos os princípios e procedimentos técnicos que compõem o manual de documentação museológica, a investigação analisa as concepções e tendências teóricas e conceituais dos termos gestão de coleções e documentação museológica, ambos a partir do campo da Museologia. Identifica e analisa instituições e coleções congêneres ao MEV, contextualizando os museus de saúde e o papel das coleções de ciências da saúde enquanto fontes de pesquisa. Apresentamos a trajetória institucional, o projeto museológico e o processo de formação da coleção do MEV, a fim de compreender o papel dos objetos de ciência e tecnologia, no caso os de temática da saúde, na construção da memória institucional e na preservação do testemunho dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico. Por fim, apresenta o Manual de documentação museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas.

Palavras-chave: documentação museológica; gestão de coleções; museu da saúde; Museu do Instituto Evandro Chagas

ABSTRACT

The present work aims to elaborate a manual of museum documentation, a collection management tool, with principles and normative procedures that guide the production of the museum documentation of the Museu do Instituto Evandro Chagas - MEV, in the city of Belém, PA, aiming the preservation and diffusion of the health museum collection. In order to define the principles and technical procedures that compose the manual of museum documentation, the research analyzes the concepts and theoretical and conceptual trends of the terms collection management and museum documentation, both from the field of Museology. It identifies and analyzes similar institutions and collections to the MEV, contextualizing health museums and the role of health sciences collections as sources of research. We present the institutional trajectory, the museological project and the process of formation of the MEV collection, in order to understand the role of the objects of science and technology, in the case of health issues, in the construction of institutional memory and in the preservation of the testimony of the scientific processes and technological development. Finally, we present the Museu do Instituto Evandro Chagas's Manual of Museum Documentation.

Keywords: museum documentation; collection management; health museum; Museu do Instituto Evandro Chagas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	23
GESTÃO DE COLEÇÕES E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: DISCUSSÃO FUNDAMENTAL	23
1.1 GESTÃO DE COLEÇÕES: CONCEITUAÇÃO.....	23
1.2 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS ...	26
CAPÍTULO 2	37
O PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE: OS MUSEUS E SEUS ACERVOS MUSEOLÓGICOS	37
2.1 UM CAMINHO PELOS MUSEUS DE SAÚDE	38
2.2 UM RECORTE NO PATRIMÔNIO: O ACERVO MUSEOLÓGICO DA SAÚDE.....	42
2.3 AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE, SEUS MUSEUS E SEU ACERVO MUSEOLÓGICO	48
CAPÍTULO 3	52
O MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS: UM ESTUDO DE CASO	52
3.1. APRESENTANDO O INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	53
3.1.1 Os primórdios do IEC	56
3.1.2 O Instituto se expande: um breve histórico de suas seções	57
3.2 O MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	60
3.3 O ACERVO MUSEOLÓGICO DO MEV.....	65
3.3.2 A documentação museológica do MEV	72
Capítulo 4 - Manual da documentação museológica do MEV	79
I. Introdução	83
II. A Coleção do Museu do Instituto Evandro Chagas	84
III. A Documentação Museológica do MEV.....	85
1. Aquisição.....	86
1.1 Transferência entre setores.....	87
1.2 Termo de doação	87
2. Numeração/identificação do objeto.....	88
3. Inventário do objeto	88
4. Fotografia	88
5. Instruções para preenchimento da ficha de catalogação.....	89
6. Instruções para preenchimento da ficha de conservação.....	93
7. Instruções para armazenamento e segurança da documentação museológica.....	96
8. Referências	97
ANEXO A - Classificação dos Termos.....	98
ANEXO B – Modelo de Termo de Doação	100

ANEXO C – Modelo de Etiqueta de identificação dos Objetos	102
ANEXO D – Modelo de Inventário do Acervo Museológico	104
ANEXO E – Modelo de Ficha Catalográfica	106
ANEXO F – Modelo de Ficha de Conservação	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	120

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Vista aérea *campus* Belém. Fonte: Instituto Evandro Chagas, 2016

Quadro 01 – Divisão dos museus em cinco categorias. Fonte: Elaborado pela autora a partir de FARIA, 2006, p.55-62

Figura 02 – Vista aérea *campus* Ananindeua. Fonte: Instituto Evandro Chagas; 2016

Figura 03 – Principais estudos e atividades do IEC. Fonte: MEV; 2016

Figura 04 – Casarão localizado em Belém e futura sede do MEV. Fonte: Instituto Evandro Chagas, 2016

Figura 05 – Logomarca do IEC. Fonte: Instituto Evandro Chagas

Figura 06 – Logomarca do Museu do Instituto Evandro Chagas. Fonte: Instituto Evandro Chagas / Museu do Instituto Evandro Chagas

Figura 07 – Pipeta MEV 0160. Fonte MEV;2017

Figura 08 – Alça de inoculação MEV 0734. Fonte: MEV; 2017

Figura 09 – Máscara MEV 0806. Fonte: MEV; 2017

Figura 10 – Estojo de instrumentos MEV 0810. Fonte: MEV; 2017

Figura 11 – Galpão de inservíveis, Fonte: MEV; 2014

Figura 12 – Microscópios no galpão de inservíveis. Fonte: MEV; 2014

Figura 13 – Etiqueta de identificação afixada em cada objeto. Fonte: MEV/IEC

LISTA DE ABREVIATURAS

BVS – Biblioteca virtual em Saúde

C&T – Ciência e tecnologia

CDC – Centers for Disease Control and Prevention

CEDIM – Centro de Documentação Informação e Memória

CENP – Centro Nacional de Primatas

CIDOC – Comitê Internacional para Documentação

COC – Casa de Oswaldo Cruz

DAD – Departamento de Arquivo e Documentação

DeCS – Descritores em Ciências da Saúde

FCC – Fundação Catarinense de Cultura

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – Comitê Internacional de Museus

IEC – Instituto Evandro Chagas

INCT-FVH – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Febres Hemorrágicas Virais

IPEN – Instituto de Patologia Experimental do Norte

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCUL – Museu de Ciências da Universidade de Lisboa

MeSH – Medical Subject Heading

MEV – Museu do Instituto Evandro Chagas

MUHNAC – Museus da Universidade de Lisboa

NB3 – Nível de biossegurança 3

NBA3 – Nível de biossegurança 3 Animal

NLM – National Library of Medicine

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNM – Política Nacional de Museus

SACPA – Seção de Criação e Produção de Animais

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SEM/SC – Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SOMAT – Setor de Material e Patrimônio

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde

UMLS – Unified Medical Language System

INTRODUÇÃO

A preservação de coleções de ciência e tecnologia é atividade que, no Brasil, tem ganhado vulto recentemente. Dentre as “novas” categorias de patrimônio que surgiram com os séculos XX e XXI está o patrimônio cultural relacionado à ciência e tecnologia. Sendo relativamente recente, carece de aprofundamento e consolidação.

A preservação de coleções museológicas é atividade que tem balizado minha trajetória profissional, somada à documentação museológica, conteúdo com o qual percebi afinidade desde a época em que era estudante do Curso de Museologia, no qual, por meio das primeiras disciplinas do eixo ligado à documentação, instigava-me o as potencialidades informacionais que os museus poderiam oferecer. Considerada como atividade meramente burocrática, a documentação museológica não costumava ser tópico de interesse geral dos alunos, ao contrário da preservação / conservação. Sempre deixada de lado por ser uma atividade discreta, de bastidor de reserva técnica, perde destaque frente, por exemplo, às práticas de conservação, pois estas carregam o universo simbólico do cientista, a imagem quase sacralizada de uma pessoa de jaleco branco, cheia de instrumentos para análise e tratamento dos objetos. Do outro lado, a exposição carrega o elemento poético do museu, do museólogo-artista, da criatividade, do contato direto com o visitante e a sua capacidade de envolvê-lo com suas narrativas. Mas nada disso existe sem um setor qualificado de documentação museológica.

No entanto, a partir do momento que compreendi a documentação museológica como componente essencial da preservação, a prática e o estudo da temática ganharam novos significados. Assim como Solange Zuñiga (2005, p.242) que compreende a preservação enquanto “todas as ações desenvolvidas pela instituição, visando retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso de todos os documentos sob sua guarda”, entendo que a ideia de preservação vai além da manutenção da integridade física do objeto: as práticas de seleção, guarda, documentação e difusão podem ser consideradas como atividades que fomentam a preservação desses objetos. Ou seja, é um conjunto de políticas e diretrizes que visam dar sobrevida aos bens. O próprio Conselho Internacional de Museus - ICOM em seu “Código de Ética” (ICOM, 2006) apresenta dentro do item “preservação” recomendações referentes aos procedimentos adequados à documentação museológica, à segurança de acervos e de informações, às práticas de conservação preventiva e, até mesmo, a conservação e restauração dos acervos.

Por meio de suas coleções, exposições, atividades educativas e programas de pesquisa, os museus aproximam o público de seu espaço e do seu acervo. A partir da definição proposta pelo Conselho Internacional de Museus - ICOM de que os museus são

instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os **testemunhos materiais e imateriais** dos povos e seus ambientes (ICOM, 2006, grifo nosso)

Podemos observar que existem responsabilidades e funções assumidas no sentido de preservar o direito de acesso ao acervo, representadas, no texto, pelas ações de adquirir, preservar, pesquisar, comunicar e expor. Notamos, dessa maneira, que os testemunhos materiais e imateriais, conjugados a partir de agora pelo termo acervo, são o coração das atividades museológicas, são a identidade do museu, pois é por meio destes que se cria a narrativa do museu.

É preciso esclarecer, no entanto, que um objeto de museu **não é apenas** um objeto dentro do museu. Segundo Peter van Mensch este seria “um objeto coletado, (selecionado), classificado, conservado e documentado. Como tal, torna-se também fonte para pesquisa ou para ser exposto numa exposição.” (MENSCH, 1992, tradução nossa) Esse processo de extração do objeto de seu contexto e posterior inserção numa coleção de museu é denominado, no âmbito da Museologia, de musealização. Entendemos a atividade de documentação museológica como uma clivagem do processo de musealização. A partir do conceito proposto por Desvallees e Mairesse (2010, p.57), partimos do pressuposto de que musealização é “a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal.”

Já Araújo em sua proposta de conceituação do termo, enfatiza a sua aura museal, ou seja,

“consiste na metamorfose de objetos que, não deixando de ter valor social e cultural, adquirem outro, mais especial, com a nova recontextualização”. Assim, a musealização, mais do que o processo técnico de adquirir, documentar e exibir um objeto, significa um “caminho que consiste em transformar objetos materiais e imateriais aparentemente vulgares em legados históricos ou testemunhos do desenvolvimento científico, técnico, artístico ou outro de uma determinada cultura (ARAUJO, 2014, p.93-94)

Santos e Loureiro defendem a musealização como “estratégia de preservação”, enfatizando que esta, “em sentido amplo, ultrapassa as ações destinadas à manutenção da integridade física de um objeto e inclui as atividades de registro e disseminação para a sociedade em geral, incluindo as gerações futuras” (SANTOS; LOUREIRO, 2012, p. 65). Assim a musealização é uma medida de proteção institucionalizada. Segundo Guarnieri (1984, p. 60) a relação entre homem e objeto como testemunho da realidade “se faz num cenário institucionalizado, e este cenário institucionalizado é o museu”, o qual a autora denomina ser “apenas uma base institucional necessária”.

Os objetos que constituem um acervo de museu são sustentados pela ficção de que de alguma forma constituem um coerente universo representacional. Consiste ainda na ficção de que o recolhido é o fragmento de uma totalidade. Assim, coletar para uma coleção significa escolher o fragmento de um todo, o mundo, que passa a constituir um novo todo representacional: a coleção.

A musealização pode ser entendida, para efeito de senso comum, como a reintegração do objeto a um novo contexto social: o museu. Os objetos, inseridos dentro de um sistema cultural complexo no ambiente dos museus, integram o que podemos chamar de coleção: agrupados dentro de séries, os objetos são arranjados a partir do olhar de quem os organiza, por algum tipo de semelhança. Susan Stewart (1992, p.154, tradução nossa) nos alerta que a função da coleção não é restaurar o contexto original do documento, mas sim “criar um novo contexto, o contexto metafórico”. Sobre este assunto, Guarnieri (1984, p.61) comenta que quando recolhemos objetos como testemunho, nós os musealizamos porque eles “são testemunhos, são documentos e têm fidelidade”. Ainda para a autora o testemunho tem o sentido de presença, de “estar ali” por ocasião do ato, ou fato, a ser testemunhado. Ser documento significa não apenas dizer, mas ensinar algo de alguém ou alguma coisa para alguém. E fidelidade, em Museologia, não pressupõe necessariamente autenticidade no sentido tradicional e restrito, mas a veracidade, a fidedignidade do documento ou testemunho (GUARNIERI, 2010, p.149).

Buscar o poder das coleções institucionalizadas “de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante”, a chamada “ressonância do patrimônio (GONÇALVES, 2007, p.19), passa, também, pela ideia de dotá-los de valor documental. A problemática dos objetos como documentos, fonte de pesquisa, é questão recorrente no campo dos

museus. Além dessa questão, há o desafio de elucidar abordagens de “leitura” desses objetos, a fim de criar narrativas em que as coleções museológicas possam ser utilizadas com todo o seu potencial de vetores de informação, de testemunhos para a compreensão da humanidade, dotando-as de valor documental.

Primeiramente, para o entendimento de coleções museológicas, ou seja, coleções institucionalizadas dentro do espaço do museu, recorreremos a definição proposta por Desvalées e Mairesse, na qual coleção é um:

[...] conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada. (DESVALLEES E MAIRESSE, 2010, p.32)

Uma das características principais da coleção é a classificação e, posteriormente, a sua organização. Agrupados dentro de séries, os objetos são arranjados por certas semelhanças entre uns e outros. Numa coleção, quanto mais os objetos são similares, imperativamente nós fazemos gestos para distingui-los. Dessa forma, além de coerência, as coleções precisam significar. O ato de classificar ajuda o homem a organizar e sistematizar o conhecimento e o mundo. E o mundo das coisas se presta a um mundo infundável de classificações. E classificar, assim como o ato de escolher, pressupõe atribuição de valores.

Ao ser inserido no contexto sócio-institucional do museu, o objeto prossegue em sua “vida social”, ainda que, seja privado de sua utilização primeira¹, continua a traçar sua história social, lhe são atribuídos outros significados e outras funções.

cada objeto material tem sua ‘biografia cultural’ (Kopytoff, 1986) e sua inserção em coleções, museus e ‘patrimônios culturais’ é apenas um momento na vida social. [...] esse momento é crucial pois nos permite perceber os processos sociais e simbólicos por meio dos quais esses objetos vem a ser transformados ou transfigurados em ícones legitimadores de ideias, valores e identidades assumidas por diversos grupos e categorias sociais. (GONÇALVES, 2007, p.24)

Kopytoff (2008, p.121) nos traz a noção de biografia das coisas. Para ele “[...] uma biografia rica das coisas é a história das suas várias singularizações, das

¹ Alguns museus mantêm uma política para objetos musealizados que são postos em operação/manipulação, os chamados *working objects*. A partir dessa política, o museu define os critérios de escolha para que o objeto se torne manipulável, pensando nos riscos e implementando os planos de tratamento individuais desses tipos de objetos.

classificações e reclassificações num mundo incerto de categorias [...]” O espaço para o relato, registro e realimentação dessa biografia é a documentação museológica.

Ao longo do tempo, as responsabilidades do museu em relação ao seu acervo tem ficado cada vez mais evidentes, resultando no Brasil, por exemplo, no Estatuto de Museus², lei que, dentre os diversos âmbitos, define os deveres legais dos museus para com seus acervos. O artigo 39 da lei traz como obrigação dos museus “manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários”, e no artigo 40 da mesma lei esses inventários e registros produzidos são alçados a categoria de “patrimônio arquivístico de interesse nacional”, devido a sua importância para a instituição e patrimônios nacionais.

Mas o que significa para os museus e seus profissionais a prática da documentação museológica? Nem sempre a documentação museológica recebe a atenção adequada por parte dos gestores do museu: muitas vezes é posta em segundo plano, não recebendo incentivos financeiros e de pessoal para a elaboração, manutenção e atualização da prática. Como exemplo desta situação, Froner (2015, p.30) destaca que quando há projetos de investimento de adequação de áreas de reserva técnica e exposição nos museus, estes enfatizam questões relacionadas ao gerenciamento ambiental em detrimento do contexto documental do acervo. Mas a documentação museológica é prática indispensável que integra o processo de musealização e, como tal, estratégia voltada à preservação de informações. Segundo Alice Semedo

registros, documentação inadequada e pobre significa que as coleções pouca utilidade têm; para além de todos os problemas legais e éticos que poderiam ser apontados significa que se torna mais difícil prevenir e detectar problemas em relação, nomeadamente, à sua conservação e segurança; significa que a interpretação das coleções, quer através de exposições quer através de outros programas de comunicação, se encontra truncada. (SEMEDO, 2005, p.307)

Outras perguntas entorno da prática e do conceito de documentação museológica podem ser formuladas: quais são as concepções e tendências que regem a prática? E quando pensamos nos museus de ciência e tecnologia de temática da saúde, qual o estado das suas documentações museológicas? Considerando-se estas questões, este

² Instituído pela lei 11.904/2009 e regulamentado pelo decreto presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, o Estatuto de Museus reúne uma série de ações e procedimentos com a finalidade de preservação do patrimônio cultural musealizado e passível de musealização, tendo como órgão fiscalizador o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM

trabalho tem como objetivo elaborar um Manual de Documentação Museológica, instrumento de gestão de coleções, com princípios e procedimentos normativos que orientem a produção da documentação museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas - MEV, na cidade de Belém, PA, visando a preservação e difusão do acervo museológico em saúde.

A proposta apresentada tem origem nos estudos desenvolvidos em meu Trabalho de Conclusão da Especialização do Programa de Pós-Graduação em Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast). À época, me dediquei a estudar os objetos técnicos contemporâneos, pois no momento trabalhava com a gestão de coleções em um museu de C&T ligado a temática das telecomunicações. Atualmente, como servidora no Instituto Evandro Chagas, estou envolvida no processo de implantação de um museu com a temática da saúde pública na Região Norte. Por conta disso, tenho concentrado minhas pesquisas em acervos de C&T, com ênfase nos de temática da saúde.

Após um período dedicado à prática da documentação museológica, em busca de referências para o desenvolvimento do trabalho entorno da organização de acervos museológicos, nota-se que há uma lacuna sobre publicações, manuais de referência ou até mesmo normativas específicas para gestão de coleções em acervos da saúde no Brasil. Dessa maneira este trabalho visa contribuir para desenhar algumas diretrizes metodológicas para o trato documental deste tipo específico de coleções em nosso país, trazendo o olhar museológico para além da descrição física ou técnica do objeto, remetendo-nos aos seus atributos simbólicos, históricos e sócio culturais.

Ressaltamos que este trabalho visa registrar o processo de formação de uma coleção e o processo de implementação de um sistema de documentação museológica em um acervo de saúde pública, uma vez que a maior parte da bibliografia produzida sobre o assunto apresenta os instrumentos de documentação museológica já produzidos e implantados, deixando de fora o contexto de sua produção. Além disso o produto final pretende ser utilizado como instrumento metodológico a ser implantado no IEC. Compreendemos que as orientações sistematizadas em um documento facilitarão, por exemplo, o treinamento de novas equipes.

O Instituto Evandro Chagas (IEC), criado em 1936, é voltado para o desenvolvimento de pesquisas médicas e para prestação de serviços em saúde pública. Atua principalmente nas áreas de Ciências Biológicas, Meio Ambiente e Medicina

Tropical. Ao longo de mais de 80 anos de existência, o trabalho com a comunidade tem se efetivado por meio de intervenções na saúde pública, seja pelo diagnóstico de doenças ou pela sua cura. Vinculado à Secretária de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, o Instituto hoje busca a criação de um museu, visando à legitimação e a proteção do patrimônio cultural da saúde na Região da Amazônia.

Por que um manual? Além da escassez de publicações na área, dado que será discutido detidamente no decorrer do trabalho, o manual se apresenta como um documento que busca a melhoria na qualidade de padrões, neste caso da própria documentação museológica, por meio da disponibilização de orientações ou boas práticas. Além disso, o manual é um instrumento de fácil aplicação metodológica.

A metodologia empregada para a sustentação de nossos argumentos e para a elaboração do manual foi distribuída em três etapas: 1) a análise do termo gestão de coleções por revisão bibliográfica da documentação museológica apresentando as diversas concepções teóricas sobre o termo ao longo do tempo, tendo por base teóricos da área de Museologia, legislação nacional, documentos do Conselho Internacional de Museus e manuais empregados e elaborados por outras instituições; 2) a contextualização dos museus que trabalham com a temática da saúde. Partiremos de autores que trabalham com o termo museu de medicina para chegarmos ao termo museu de saúde, nosso objeto de estudo. Além disso houve a aplicação, via e-mail, de um questionário em quatro instituições tais como Museu da Vida, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, David J. Sencer CDC Museum e Museu da Saúde. O questionário tinha por objetivo mapear a prática da documentação museológica nos museus de saúde, assim como fazer o levantamento de informações sobre a própria missão desses museus e as características básicas de seus acervos, uma vez que essas informações não se encontravam disponíveis em forma de artigos ou em seus sites. 3) a análise de relatórios e textos (artigos) sobre a missão do Instituto Evandro Chagas, gerando uma breve contextualização de sua trajetória. Além disso foram explorados relatórios, atas, termos de cooperação referentes a criação do Museu do Instituto Evandro Chagas e da formação de seu acervo, traçando seu contexto de criação e missão. Já para a documentação museológica foram observadas as práticas que estão em vigência no momento, a partir dos formulários e documentos utilizados e análise dos relatórios anuais do Museu.

O primeiro capítulo tem por objetivo analisar as concepções e tendências teóricas e conceituais da documentação museológica e da gestão de coleções no campo da Museologia. Num primeiro momento, nos debruçamos a analisar o termo gestão de coleções, demonstrando que a documentação museológica é um dos procedimentos da gestão de coleções. Em seguida, procuramos discutir, em linhas gerais, algumas das principais diretrizes conceituais da documentação museológica, apresentando as diversas concepções teóricas sobre o termo ao longo do tempo.

O segundo capítulo procura identificar e analisar instituições e coleções congêneres ao Museu do Instituto Evandro Chagas. Partiremos do termo museu de medicina para chegarmos ao termo museu de saúde, nosso objeto de estudo. Abordaremos a questão do acervo museológico enquanto fragmento da história da ciência e, por conseguinte, a problemática dos objetos de C&T enquanto fonte de pesquisa. Na última parte do capítulo identificamos e analisamos quatro instituições e coleções congêneres ao Museu do Instituto Evandro Chagas - duas nacionais e duas internacionais. No Brasil foram escolhidos o Museu da Vida da Fiocruz e o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, ligado ao Instituto Butantan. Nos Estados Unidos, destacamos o *David J. Sencer CDC Museum*, do *Centers for Disease Control and Prevention (CDC)*. Na Europa, destacamos o trabalho em Portugal do Museu da Saúde, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (Instituto Ricardo Jorge).

No terceiro capítulo visamos compreender a trajetória institucional, o projeto museológico e o processo de formação da coleção do Museu do Instituto Evandro Chagas. Na primeira parte do capítulo apresentaremos o Instituto Evandro Chagas, evidenciando sua missão, sua composição estrutural com suas seções e serviços e um breve histórico desde sua gênese até seu desenvolvimento enquanto instituição de pesquisa. Na segunda parte apresentaremos o projeto museológico que está sendo desenvolvido para o Museu do Instituto Evandro Chagas, abordando os aspectos envolvidos na sua criação e as atividades que estão sendo desempenhadas. Por fim contextualizaremos o processo de formação da coleção museológica e o processo de documentação museológica empregada, a partir dos relatórios do MEV e do meu relato de experiência enquanto participante do processo.

No último capítulo é apresentado o manual de documentação museológica com o conjunto de princípios e procedimentos técnicos que serão adotados na elaboração da documentação museológica do acervo museológico do MEV. O objetivo do manual é

orientar e sistematizar as informações que serão preenchidas no inventário, nas etiquetas de cada peça e suas respectivas numerações, na ficha catalográfica, na ficha de conservação, no termo de doação e nas fotografias de cada item do acervo.

CAPÍTULO 1

GESTÃO DE COLEÇÕES E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: DISCUSSÃO FUNDAMENTAL

Este capítulo tem por objetivo analisar as concepções e tendências teóricas e conceituais da documentação museológica e da gestão de coleções no campo da Museologia. Os procedimentos metodológicos para alcançar o objetivo envolveram levantamento bibliográfico e contextualização histórica. O levantamento ocorreu em base de dados SCIELO-BR, Capes e nos repositórios de dados dos sites do Conselho Internacional de Museus – ICOM e Comitê Internacional para Documentação – CIDOC. As palavras-chaves para a busca foram os termos documentação museológica, documentação em museus e *museum documentation*.

A primeira parte do capítulo é destinada a analisar o termo gestão de coleções. Pretendemos aqui demonstrar que a documentação museológica é um dos procedimentos da gestão de coleções. Para início deste trabalho começamos por tentar definir os limites da gestão de coleções a partir das definições de Nicola Ladkin e Anne Fahy.

A segunda parte do capítulo tem como objetivo analisar a questão da documentação museológica, apresentando as diversas concepções teóricas sobre o termo ao longo do tempo, destacando autores do campo da Museologia e manuais e documentos produzidos por museus e órgãos nacionais e internacionais da área de museus.

1.1 GESTÃO DE COLEÇÕES: CONCEITUAÇÃO

No universo dos museus tradicionais, as coleções possuem papel central na construção de narrativas na esfera museal: são a razão de ser deste modelo institucional³. A partir de seus acervos que os museus materializam as histórias, tornam

³ Nos modelos conceituais apresentados por Tereza Scheiner, o museu tradicional apresenta o objeto como base conceitual. Se ramifica no museu tradicional ortodoxo, o qual é tradicional por excelência; no museu exploratório, cuja base conceitual é a relação entre o experimento e o visitante; e o museu com

possíveis a interação entre o passado, presente e futuro. Assim, a efetiva administração desses acervos, ou conforme o termo técnico, a gestão de coleções torna-se um elemento essencial para o funcionamento e organização de uma instituição museológica. Para tanto, procuraremos elucidar o conceito de gestão de coleções para, assim, situar a documentação museológica no contexto da gestão de coleções, objeto de estudo deste trabalho.

Na publicação do Conselho Internacional de Museus, “Como gerir um museu: manual prático” (BOYLAN, 2004) os procedimentos voltados a seleção, guarda documentação e acesso dos acervos são apresentados à luz da gestão de coleções. A publicação apresenta doze capítulos nos quais os autores dos textos, a partir de suas experiências em museus e técnica profissional, apresentam um documento de referência para a prática da gestão de museus. A gestão de coleções é abordada como uma das partes fundamentais da gestão do próprio museu. No texto de autoria de Nicola Ladkin, aborda-se a questão da gestão de coleções⁴ como os:

vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas. A gestão do acervo foca-se na preservação das coleções, preocupando-se pelo seu bem-estar físico e segurança, a longo prazo. Preocupa-se com a preservação e a utilização do acervo, e registo de dados, e em que medida o acervo apoia a missão e propósito do museu. (LADKIN, 2004, p.17)

O autor apresenta três ações que estão integradas à gestão de coleções, sendo estas: o registro do acervo, a sua preservação e o seu acesso controlado. Dessa maneira, compete à gestão do acervo a salvaguarda das coleções, assim como o cuidado com o seu bem-estar físico e de conteúdo, a segurança desse acervo e o seu acesso público.

Ao tratar de gestão de coleções, a primeira etapa a ser explorada pelo autor é a política de gestão do acervo, apresentada basicamente “como um guia prático para o pessoal do museu e como documento público que explica como o museu assume a responsabilidade pelo acervo ao seu cuidado” (LADKIN, 2004, p.18). Seguida à política de acervos, o autor elenca “os procedimentos para gestão do acervo”. Esses procedimentos seriam a aquisição, o descarte, a catalogação, a numeração, a

coleções vivas, exemplificados pelo jardim botânico, pelo zoológico, pelo aquário, dentre outros. (SCHEINER, Tereza C. Apolo e Dioniso no Templo das Musas. Museu: gênese, histórico e desenvolvimento no pensamento ocidental. Dissertação de Mestrado apresentada à ECO/UFRJ. RJ: UFRJ, 1998.)

⁴ Na tradução consultada foi adotado o termo gestão de acervo, mas neste trabalho adotaremos o termo gestão de coleções.

identificação, o empréstimo, e o relatório sobre o estado de conservação. Podemos observar que esses procedimentos citados são os que basicamente fazem parte da produção documental de cada item do acervo, ou seja de sua documentação museológica.

Para Ladkin (2004, p.25), uma importante etapa da gestão de coleções é a preservação. Neste caso, a preservação voltada para a gestão de coleções engloba as informações e técnicas referentes ao armazenamento, manuseio, movimentação, fotografia, seguro, conservação e prevenção de acidentes, não só da coleção representada como um todo, mas também de cada item do acervo. A gestão de coleções passaria ainda pelo acesso público ao acervo, sendo responsável pela segurança, galerias e salas de exposição, monitoramento em exposição, os materiais de exposição adequados, embalagem e transporte. E por fim, o controle da pesquisa do acervo.

Outra definição encontrada para o termo gestão de coleções é a apresentada por Anne Fahy em uma publicação destinada à gestão de coleções da *Leicester Readers in Museum Studies*. A publicação é dividida em política de gestão de coleções, aquisição e proteção de bens culturais, descarte e exposição, documentação, pesquisa e seguro e indenização. Um segundo volume da publicação é dedicado aos temas ambiente do museu, cuidados e manuseio de coleções, transporte, embalagem, guarda e preparação para desastres. Essa divisão teve como base o curso de Gestão de Coleções da Universidade de Leicester. Notemos mais uma vez que o tema da documentação é novamente abordado como um subtópico da gestão de coleções, neste caso ganhando um capítulo à parte.

A autora traz a seguinte definição de gestão de coleções:

É um termo geral aplicado ao **cuidado físico e documentação das coleções**. Por ser tão abrangente, engloba efetivamente uma ampla gama de atividades que às vezes parecem ser díspares. O que eles têm em comum é o objetivo de proteger as coleções e suas informações associadas contra a degradação, roubo e destruição, e permitir o acesso físico e intelectual aos objetos. (FAHY, 1995, p. 15, tradução nossa, grifo nosso)

A partir do exposto acima, entendemos que a gestão de coleções engloba todos os métodos e práticas empregadas desde a formação, a manutenção e uso – pesquisa, exposição – do acervo museológico. Em ambas as definições apresentadas acima, a documentação do acervo é prática citada, evidenciando o seu objetivo em proteger o bem musealizado assim como permitir o acesso a este. Destaca-se igualmente a inserção

da documentação museológica enquanto método e prática da gestão de coleções, que, por sua vez, é um dos elementos primordiais da gestão de museus. Sendo alçado a este patamar, esperamos que a prática da documentação museológica passe a figurar enquanto prática indispensável e fundamental na gerência de museus.

Sendo assim, enfatizamos que este trabalho se deterá exclusivamente em uma parte dos procedimentos inseridos na gestão de coleções, ou seja, na documentação museológica, que será explorada a seguir.

1.2 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

O tema da documentação museológica ganha cada vez mais atenção seja pelos órgãos internacionais, como o Conselho Internacional de Museus - ICOM, como também dos nacionais. No Brasil o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, por meio do Estatuto de Museus⁵, traz à competência dos museus a manutenção e atualização da documentação sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários em consonância com o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (BRASIL, 2013, p.2). Como aponta Ceravolo (2014, p.11) a discussão em torno da documentação museológica é antiga, mas agora ganha novos contornos: documentação museológica não é mais apenas sinônimo de controle das coleções, mas também passa a ser vista como um “processo de gestão e de intercâmbio e no acesso às informações produzidas” no espaço museal.

Podemos dizer que a institucionalização de princípios normativos no tocante a documentação no ambiente dos museus, no meio internacional, se efetivou em 1950 com a criação do Comitê de Documentação – CIDOC – do Conselho Internacional de Museus – ICOM. Mas devemos destacar também que o CIDOC herda essa preocupação da necessidade de padronização da informação em catálogos de acervos, da Oficina Internacional de Museus (1927-1945). Na década de 1960, o CIDOC concentrou-se nas atividades destinadas à criação de modelos padronizados de fichas catalográficas e

⁵ Instituído pela lei 11.904/2009 e regulamentado pelo decreto presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, o Estatuto de Museus reúne uma série de ações e procedimentos com a finalidade de preservação do patrimônio cultural musealizado e passível de musealização, tendo como órgão fiscalizador o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM

legendas de identificação dos objetos. Como fruto desse trabalho destaca-se a publicação do manual *Elements de Documentation Museographique/Elements of Museum Documentation*, publicado em 1968. Neste manual podemos encontrar a *Ficha Classificatória Polivalente – Oddon 1*, elaborada por Yvonne Oddon⁶. Se chamava polivalente por ser utilizável em vários modelos e tipologias de museus, pois sua estrutura permite o acréscimo de campos. Nessa época entrou em pauta a discussão sobre a utilização de técnicas informatizadas.

Em 1992 foi apresentada uma proposta de categorias de informação e de um modelo de dados para o registro das coleções na Conferência Trienal do ICOM em Quebec, Canadá. Os outros comitês internacionais do ICOM sugeririam a elaboração de um único documento que consolidasse esses dados, surgindo o embrião do documento “Diretrizes” que será comentado mais à frente.

No campo da Museologia ainda não há um consenso na terminologia adotada quando falamos em documentação museológica, o que para alguns autores também pode ser chamada de documentação de museus (Ceravolo, ICOM-CIDOC), documentação museográfica (Rivière, Novaes) ou simplesmente documentação (Smith). Cumpre ainda ressaltar que não há um entendimento único do próprio conceito. Optamos por utilizar o termo documentação museológica, uma vez que este “ganha, pelo seu próprio adjetivo, um reforço teórico que conecta com a Museologia e, logo, com pressupostos importantes que devem guiar a prática, como a noção de objeto como documento.” (CIDOC, 2014, p. 15) Além disso, acreditamos que a documentação museológica se refere ao registro de toda informação referente a cada item do acervo museológico.

Para iniciar a discussão em torno do conceito, vamos explorar o ato de documentar, que segundo Loureiro (2005, p.30, 28) é

integrar em conjuntos significativos as tradições, diferenças e dispersões que caracterizam as ciências, saberes e discursos contemporâneos em benefício dos mais diferentes grupos sociais [...] Desse modo a documentação organiza domínios de informação instituindo processos e construindo instrumentos essenciais nos quais os diversos produtores e usuários de informação possam estabelecer princípios racionais de preservação, gestão e acesso a essas informações.

⁶ Yvonne Oddon (1902–1982) foi uma bibliotecária que moldou os primeiros passos de atuação do CIDOC.

A partir desta citação, notamos que o ato de documentar está relacionado a organização de informações e que o mesmo permite criar ferramentas que facilitem o objetivo da preservação, da gestão e do acesso a essas informações. Dessa maneira, o objetivo de documentar vai além do controle de informações: tem como objetivo maior a recuperação da informação para posterior uso pelos mais diversos grupos sociais.

Um conceito para documentação museológica muito difundido na Museologia é o empregado por Helena Ferrez (1994). Para a autora, documentação museológica é o conjunto de informações sobre cada um dos itens que compõem um dado acervo e a representação dessas informações por meio da palavra e/ou da imagem. Tem como objetivos básicos a conservação dos itens da coleção, assim como facilitar e aumentar o acesso aos itens e ao uso da informação analisada a partir do objeto. Caracteriza-se por ser um processo que se destina a estabelecer uma relação de transformação de conhecimento entre o usuário e os objetos vistos como fonte de informação (FERREZ, 1994).

Para a autora a documentação museológica tem início quando um objeto é selecionado e adquirido, o qual passa por estruturas de organização e controle das suas informações representadas pelas ações de registro, marcação da peça, armazenagem e catalogação. Dessa maneira, o sistema é visto como um sistema de recuperação de informação, o qual é capaz de transformar fontes de informação em produtores de conhecimento. Podemos considerar que a última etapa do processo ocorre quando a informação se dissemina dentro e fora do museu, podendo ocorrer, nesse momento, um *feedback* com a informação divulgada, gerando novas fontes de informação e pesquisa.

A museóloga Rosana Nascimento (1994) faz uma crítica a documentação museológica fundamentada somente a partir de perguntas como *quem é você? Quem o fez? De que você é feito?* etc. Para a autora, priorizam-se as informações respondidas a partir dos aspectos intrínsecos dos objetos, fazendo com que o próprio objeto seja dissociado do homem e das relações sociais. Para ela esse olhar da documentação museológica faz com que o objeto seja entendido de forma estanque, negando-o enquanto processo de conhecimento. A autora atribui isto a ausência de uma proposta teórica-metodológica que embase o ato de documentar. Para a autora a documentação museológica

deve buscar através da pesquisa a historicidade da produção cultural do homem, com seus sistemas de valores, símbolos e significados, as teias de relações estabelecidas entre os homens que criam e recriam

objetos no decurso da sua realização histórica. (NASCIMENTO, 1994)

A saída para a documentação museológica, segundo a autora, seria uma abordagem em que a documentação primária⁷ não deveria ser considerada como o fim, mas como um processo para o desenvolvimento de pesquisas. Além disso, a documentação museológica fundamenta outras ações do museu, sendo concebida como um processo educativo e comunicativo, explicitando as teias de relações a que o objeto está inserido, além dos seus aspectos intrínsecos.

A museóloga Diana Farjalla Correia Lima enfatiza a relação da documentação museológica e da informação produzida.

A Documentação Museológica nas “muitas atividades: processo de entrada e registro, documentação legal, catalogação, controle de movimento [gerenciamento de acervo] e mais...”, (KIELGAST, HUBBARD, 1997, p.274) compreende: a elaboração da informação voltada ao conhecimento do acervo (objeto / exemplar / espécime/território e, também, o registro da manifestação cultural intangível); o seu manejo à disseminação dos conhecimentos que lhes são pertinentes, em ambiente interno e externo ao museu, em qualquer circunstância pela qual passam as coleções agregando informação à sua existência museológica (LIMA, 2008, p.8).

Partindo para uma orientação mais funcional, Andrew Roberts na publicação “Como Gerir um Museu”, delimita o que corresponde na prática quais procedimentos e documentos produzidos fazem parte da documentação museológica e quais informações podem ser coletadas e registradas. Para o autor, dentre os procedimentos relativos à documentação museológica incluem-se a incorporação, numeração, etiquetagem ou marcação das peças, empréstimos, o controle do inventário, o controle da movimentação e da localização, a catalogação, relatórios sobre a conservação e as fotografias da peça (ROBERTS, 2004). Notamos que há uma delimitação do uso do termo documentação museológica nos documentos produzidos em torno do objeto, enquanto item de uma coleção: cada informação registrada na sua biografia enquanto objeto musealizado, assim como o momento anterior fazem parte da sua documentação museológica.

Do ponto de vista analítico, Ceravolo e Tálamo (2000) apontam duas tendências no panorama da documentação museológica: a perspectiva tecnicista, apoiada na linha norte-americana, e a perspectiva reflexiva, de linha europeia, sobretudo francesa. Na perspectiva tecnicista a principal função da documentação museológica é responder ao

⁷ Termo utilizado pela autora Rosana Nascimento para definir os procedimentos de registro, identificação, fichas, numeração, dentre outros.

próprio museu, uma espécie de controle do acervo. Os autores enfatizam que os procedimentos documentários são técnicos e objetivam a elaboração e preenchimento de registros, a armazenagem e a recuperação da informação. Os dados são acessados para controle, produzindo documentos que tem por função servir, por exemplo, às auditorias fiscais ou ao fornecimento de dados para exposições. Ou seja, a sua função primordial é destinada ao usuário interno e a própria instituição.

Já a perspectiva reflexiva parte da ideia de museu como centro de documentação. Dessa forma a documentação museológica viria servir o usuário externo. O objeto presente no museu é fonte de pesquisa, e a documentação uma atividade de destaque. Nesta perspectiva o objeto é individualizado, associado à pesquisa e produção de novos conhecimentos.

Dessa maneira, Ceravolo e Tálamo (2000) destacam que a principal diferença entre os dois modelos apresentados é a abordagem em torno do objeto: enquanto uma tenta compreender o objeto, desvendando-o e registrando-o em detalhes, a outra privilegia a eficácia do aspecto administrativo.

Ainda sobre essas duas perspectivas de análise da documentação museológica temos o que Leiboff (2004, p. 337) denomina como *método catálogo* e *método museológico*⁸. Para a autora o método catálogo se preocupa com a descrição física, visual do objeto, ao invés de problematizar a sua significância. Diferentemente disso, o método museológico, no mote de discussão da Nova Museologia, considera o porquê do objeto ser importante ou signficante e como pode contribuir para a sociedade ou cultura.

Para problematizar a questão da documentação museológica em âmbito internacional, recorreremos a dois documentos lançados pelo Comitê Internacional de Documentação - CIDOC: “as Diretrizes Internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do CIDOC” e a “Declaração de princípios de documentação em museus”. Ambos foram traduzidos para o português, pela primeira vez, e publicados na coleção “Gestão e documentação de acervos: textos de referência”

⁸ A autora utiliza os dois termos para denominar duas tendências na metodologia empregada para a atribuição de significância cultural ao patrimônio. A autora salienta ainda que tendência denominada método museológico nasce com o surgimento da Nova Museologia.

em 2014⁹. Para efeito de elucidação, destacamos aqui que embora neste trabalho adotemos o termo documentação museológica, o termo adotado na publicação original foi “*museum documentation*” e a tradução adotada na edição brasileira foi “documentação em museus”.

O documento “Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: categorias de informação do CIDOC” foi publicado em 1995 e é considerado um dos marcos referenciais no assunto. Além de ser a base do modelo conceitual de referências do CIDOC, este documento evidencia as questões práticas e conceituais da estruturação da informação (p.9). Como o próprio documento enuncia, “trata-se de uma descrição das categorias de informação” que podem ser utilizadas nos registros de coleções museológicas (p. 24) As diretrizes não são para serem adotadas como uma regra, mas sim como base para um sistema eficiente de documentação em museus, portanto, incluem a definição das categorias de informação, a descrição das regras de formato e convenções que regem a inserção das informações e comentários sobre a terminologia a ser utilizada.

O documento ainda lista os principais objetivos da “documentação em museus”, sendo estes: assegurar a responsabilidade legal pelos objetos, auxiliar na segurança dos objetos e permitir a organização de um arquivo histórico sobre os objetos e oferecer o acesso físico e intelectual a estes. Nota-se aqui apenas a preocupação com o caráter funcional da documentação museológica.

Já a “Declaração de Princípios de Documentação em Museus” é um documento mais recente, tendo sido lançado em 2012. Surgiu da necessidade de uma declaração clara da função e dos objetivos da documentação no museu, e detalha o *porquê* ao invés do *como*, apresentando o papel e a relevância da documentação para os museus. Para alguns autores (Nicholas Crofts, Sueli Ceravolo) o documento pode ser considerado como uma extensão do Código de Ética do ICOM, evidenciando a relação entre responsabilidade pública de proteção e salvaguarda do patrimônio coletivo e execução da atividade de documentação (CIDOC, 2014, p.11)

O documento pode ser igualmente tratado como uma orientação geral no desenvolvimento de políticas de gestão de documentação dos acervos. No texto, a

⁹ A coleção é fruto de uma parceria entre a Pinacoteca do Estado, o Museu da Imigração e a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

“documentação em museus” envolve o desenvolvimento e a utilização de informações sobre os objetos e os procedimentos que auxiliam a sua administração. Outro ponto a destacar nesse documento é a preocupação com uma política de documentação dos acervos, na qual deverá definir os procedimentos e as normas de documentação.

No Brasil, direcionando a discussão da documentação museológica para os modelos, manuais e legislação empregados, evidenciamos a década de 1980: neste período foram lançados diversos trabalhos e iniciativas de documentação museológica em nosso país. Em 1986 foi publicado o “Museu: documentação/aquisição” da museóloga, arqueóloga e historiadora Fernanda Camargo-Moro. Até hoje, a obra é uma das poucas dedicadas ao estudo da documentação no campo dos museus, sendo uma das principais referências na área. A autora traz, ainda, parte da estrutura da ficha *Oddon I ou Oddon I – polivalente*, citada anteriormente, traduzida, assim como outras exemplificações de itens que devem conter nas fichas. Na publicação há uma parte dedicada as informações que devem constar na ficha para objetos de ciência e tecnologia. Cada uma dessas fichas apresentadas é acompanhada de um glossário de utilização e as convenções para o preenchimento das informações nos campos, isto é, orientações do emprego de elementos para, por exemplo, separar as informações nos campos ou, ainda, para inserção de nomes de pessoas, lugares ou datas. Para Camargo-Moro a documentação no museu compreende:

- 1) Processo de organização dos diversos elementos de identificação do acervo. 2) conjunto de conhecimentos e técnicas que tem por fim a pesquisa, reunião, descrição, produção e utilização dos documentos sobre as coleções.” (CAMARGO-MORO, 1986, p. 238)

Ainda na década de 1980, um ano depois do trabalho de Camargo-Moro, em 1987, foi publicado pela Fundação Pró-Memória o “Thesaurus para acervos museológicos”¹⁰. De autoria de Helena Dodd Ferrez e Maria Helena S. Bianchini, o material foi primeiramente compilado para uso no Museu Histórico Nacional, após essa etapa foi ampliado para atender a demais museus de cunho histórico. As autoras colocam em debate o problema de dos acervos museológicos serem vistos apenas pelo seu caráter artístico e financeiro em detrimento do valor documental: “o conteúdo

¹⁰ Em 2016 foi publicado pela Helena Ferrez o “Tesauro de objetos do patrimônio cultural dos museus brasileiros”, sendo voltado aos museus brasileiros de caráter histórico e artístico. O tesauro nasce como uma proposta de revisão e ampliação do *Thesaurus* de 1987. Mas, por conta das transformações significativas da Museologia e da Museografia, o Tesauro de 2016 passou a ser mais que uma revisão, mas, segundo a própria autora, uma “obra única”.

informativo dos objetos não é suficientemente explorado, acarretando a subutilização dos acervos museológicos enquanto fontes de pesquisa” (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. XVI). Assim, a publicação tornou-se um clássico do tema no campo da Museologia, apresentando um instrumento de controle da terminologia, classificação e terminologia, de objetos museológicos de caráter histórico. No plano geral de classificação apresentado pelo tesouro, podemos encontrar algumas classes e subclasses relativas aos objetos de ciência e tecnologia, como por exemplo a subclasse equipamento de telecomunicação ou a classe medição / registro / observação / processamento. Para os objetos relativos a saúde temos especificamente a subclasse equipamento médico que abarcaria todos os objetos usados no exame, teste, diagnóstico e tratamento do ser humano e de animais, incluindo a odontologia, a farmácia e a medicina popular (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p.6). Como é um tesouro para acervos “históricos”, seu foco passa longe de uma sistematização para acervos de medicina ou de saúde pública, mas pode ser uma referência para a elaboração metodológica para classificação de acervos museológicos.

Os trabalhos de Camargo-Moro e Ferrez e Bianchini por muitos anos foram os únicos. Se para os cursos de Museologia e para alguns museus estes se tornaram fontes documentais da trajetória do campo, em outros museus são até hoje os manuais, os guias de referência das equipes que trabalham com a documentação museológica no Brasil.

Outra publicação relevante na área, já em 2014, é o “Documentação museológica e gestão de acervo” de autoria da museóloga Renata Cardozo Padilha. A produção faz parte da Coleção Estudos Museológicos, editado pelo SEM/SC, em conformidade as diretrizes estabelecidas na Política Estadual de Museus, formulada pela Fundação Catarinense de Cultura - FCC. A obra é apresentada como uma ferramenta para o exercício das práticas de documentação e gestão dos acervos museológicos. A autora define documentação museológica como o “registro de toda informação referente ao acervo museológico” (PADILHA, 2014, p. 35). Nesta perspectiva, aborda dois vieses para a documentação museológica: a documentação do objeto e a documentação das práticas administrativas (PADILHA, 2014, p. 35). O primeiro seria a “compilação dos dados e do tratamento informacional extraídos de cada objeto adquirido pelo museu”, enquanto que o segundo viés “considera toda a documentação produzida pela instituição para legitimar suas práticas desenvolvidas” (PADILHA, 2014, p.35). O trabalho se

configura como um roteiro que pode ser adaptado a diversas tipologias de museus, orientando nas questões básicas de implantação de um sistema de documentação museológica.

Um marco normativo para o campo dos museus no Brasil é a publicação, pelo IBRAM, da resolução normativa nº 02, de 29 de agosto de 2014, na qual são estabelecidos os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. A resolução é o primeiro documento oficial que trata de normatizar os elementos para a descrição do acervo museológico em nosso país.

Até o momento destacamos manuais, modelos e legislação de referência na área de documentação museológica que são adaptáveis a qualquer tipologia de acervo ou foram pensados para acervos “históricos”. Mas quando falamos de documentação museológica voltada para acervos de ciência e tecnologia, notamos a escassez de publicações e quando evidenciamos os acervos museológicos voltados a temática da saúde, esse quadro se torna ainda mais deficiente.

Destacamos aqui o trabalho da museóloga Cláudia Penha Santos, uma das poucas especialistas na área quando falamos de documentação museológica de acervos de C&T. Santos destaca alguns problemas enfrentados pelos documentalistas de museus de C&T. O primeiro deles seria a própria definição do que é um objeto de interesse histórico. O segundo problema seria referente aos critérios de classificação, que podem ser baseados tanto na função original ou no uso do objeto. Há ainda a questão da distinção entre partes e acessórios de um instrumento principal. E por último a autora destaca o registro de grandes aparatos, como por exemplo, os aceleradores de partículas (SANTOS, 2008, p.163).

Outro trabalho voltado para acervos de C&T teve início em 2006: um projeto para desenvolver um tesouro terminológico para acervos de objetos científicos dos museus de ciência e técnica da esfera lusófona, sobretudo Portugal e Brasil. O projeto foi coordenado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Brasil, e pelo Museu de Ciências da Universidade de Lisboa (MCUL), em Portugal e teve a cooperação de outras 14 instituições brasileiras e portuguesas. Atualmente o tesouro se configura como uma das principais ferramentas terminológicas para acervos de C&T,

embora trate especificamente das ciências ditas 'exatas' e disciplinas relacionadas, como as engenharias.

Ainda em referência ao acervo de ciência & tecnologia, em maio de 2017 foi publicada a “Carta do Rio de Janeiro sobre patrimônio cultural da Ciência & tecnologia”, fruto do IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio Cultural de C&T, realizado no MAST entre 05 e 08 de dezembro de 2016. Por meio deste documento, os profissionais e instituições, presentes no seminário, atestam a relevância do patrimônio em C&T, apresentam definições e diretrizes que visam contribuir para a construção de políticas para a área. Das doze diretrizes apresentadas, três falam diretamente da documentação museológica. A carta aborda outras diretrizes que visam a salvaguarda do patrimônio cultural de C&T, mas como o foco desta dissertação é a documentação museológica, nos limitamos ao tema da documentação. A primeira diretriz sobre documentação é a de número quatro que enfatiza a importância da construção de ferramentas de reconhecimento institucional da existência de objetos e coleções, tais como o inventário, livro de tomo, ou seja, documentos que são inseridos no espectro da documentação museológica. Já a diretriz de número dez estimula a formação de profissionais capacitados para atuarem na preservação, documentação e divulgação. A diretriz de número doze destaca a promoção e divulgação de metodologias especializadas na conservação, documentação e comunicação do acervo em questão. A importância deste documento reside no fato de apontar definições e diretrizes comuns aos acervos de C&T, configurando-se como um documento de orientação sobre o patrimônio cultural de C&T.

Em trabalhos realizados pelo mundo, podemos destacar, em língua portuguesa, o “Manual do Inventário do Patrimônio Museológico da Saúde: Guia Prático” do Museu da Saúde do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (Instituto Ricardo Jorge), em Portugal. O manual é apresentado como o primeiro dedicado a acervos em saúde e tem como principal objetivo contribuir para a uniformização dos dados na base de dados *In Arte*¹¹, uma vez que se destina a descrever os procedimentos para o preenchimento dos campos da ficha catalográfica de cada objeto. Este manual apresenta as diretrizes adotadas pelo museu desde a identificação das peças e sua numeração,

¹¹ O *In Arte* é uma base de dados com tabelas auxiliares construídas para responderem às características do acervo e necessidades do museu no que concerne à gestão das coleções. (OLIVEIRA; ANDRADE; MIGUEL; 2015, p.1758)

registro fotográfico e a coleta e inserção das informações na base de dados, que seria a ficha catalográfica em sistema informatizado.

Baseados nas referências apresentadas neste capítulo, para fins do desenvolvimento do Manual de documentação museológica do MEV, decidiu-se por abordar a documentação museológica enquanto toda a produção documental¹² com o objetivo de registrar as informações, sejam estas intrínsecas e extrínsecas, de cada objeto musealizado presente no acervo. Essas informações vão desde a produção do objeto, seu uso primário, passando pela sua incorporação a coleção do museu e sua movimentação enquanto objeto musealizado. Valorizando, também, o aspecto do objeto enquanto produto cultural do homem, remetendo aos seus conteúdos simbólicos, a fim de mapear os diversos significados atribuídos.

A documentação museológica teria como objetivo o acesso dessas informações por parte do usuário, para que o objeto não encerre seu ciclo enquanto fonte de pesquisa e informação apenas no ato de documentar, mas que gere um ciclo no qual essas informações já coletadas propiciem outras pesquisas, outros olhares e outras fontes.

No nosso entendimento a documentação museológica não deve ser limitada como o simples registro de dados físicos do objeto, mas sim que possa ser o documento, uma espécie de dossiê do objeto, que possibilite embasar ações de conservação e preservação desse objeto¹³.

Dessa maneira, acreditamos que a atividade de documentação museológica não deve ser isolada das outras seções do museu: são diretrizes e ações que devem ser associadas e integradas aos outros setores, como, por exemplo, o educativo, de conservação e exposição. Normalmente esses setores apenas fornecem informações para compor a ficha catalográfica, quando solicitados. Oficinas educacionais podem ser um caminho para se chegar a essa integração, uma vez que por meio destas o público visitante e a própria equipe do museu podem se familiarizar com a prática da documentação e a partir daí desenvolverem o olhar para que esses objetos sejam interpretados enquanto fonte de pesquisa da produção da cultura material do homem.

¹² Entendendo aqui que a produção documental pode ser por meio de texto (palavra), imagem (estática ou em movimento) ou som.

¹³ Para alguns autores como Leiboff (2005) a documentação museológica poderia ser o ponto de partida para a avaliação de significância de um objeto.

CAPÍTULO 2

O PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE: OS MUSEUS E SEUS ACERVOS MUSEOLÓGICOS

Com a finalidade de encontrarmos soluções eficazes para o Manual de Documentação Museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas, consideramos que, no segundo capítulo de nossa pesquisa, tornou-se fundamental investigar experiências de museus congêneres, sobretudo no que diz respeito à estrutura e gestão de suas coleções. Partiremos, portanto, do termo museu de medicina para chegarmos ao termo museu de saúde, nosso objeto de estudo. Seguindo essa premissa, o entendimento da natureza e da história dos museus de saúde nos possibilitará conhecer sua missão e seus objetivos, para assim distingui-los de espaços para exposições de coleções "bizarras, curiosas e estranhas", ligadas, muitas das vezes, "a dor e sofrimento", para então interpretá-las como fontes de pesquisa e estudo do patrimônio (SERRES, 2015, p.1423).

Após a apresentação da tipologia 'museu de saúde', discutiremos o papel das coleções de museus enquanto fragmentos da história da ciência e, por conseguinte, a problemática dos objetos de C&T como fontes de pesquisa. A partir de Peter Van Mensch, Susan Pearce e Felip Cid, identificamos três metodologias para a análise dos objetos musealizados, das quais as duas primeiras são aplicáveis a qualquer objeto musealizado e a última elaborada especificamente para os objetos de saúde.

Por fim, elegemos quatro instituições e coleções análogas ao Museu do Instituto Evandro Chagas. Os requisitos de seleção foram, em essência, instituições públicas destinadas à pesquisa em saúde pública e que tivessem um espaço museal, físico ou virtual, e que contivessem, sobretudo, uma coleção museológica. No Brasil foram escolhidos o Museu da Vida da Fiocruz e o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, ligado ao Instituto Butantan. Nos Estados Unidos, destacamos o *David J. Sencer CDC Museum*, do *Centers for Disease Control and Prevention (CDC)*. Na Europa, destacamos o trabalho em Portugal do Museu da Saúde, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (Instituto Ricardo Jorge). Para a coleta de informações dos museus e suas respectivas coleções, além da utilização de bibliografia acerca dos museus e suas coleções, foi submetido um questionário para elucidar questões como o histórico dessas coleções, sua descrição (tipologia, quantitativo) e a utilização de

documentos normativos para a gestão da coleção (manual, ficha catalográfica, inventário).

2.1 UM CAMINHO PELOS MUSEUS DE SAÚDE

Ao se iniciar uma pesquisa sobre museus de saúde, é muito recorrente na literatura da área nos depararmos com o conceito de ‘museu da medicina’ ou ‘museu médico’. Embora seja comum o tratamento destes termos como semelhantes, é preciso destacar que são absolutamente distintos. Para efeito de elucidação, partiremos do termo ‘museu de medicina’ para chegarmos ao termo ‘museu de saúde’, nosso objeto de análise. Nossa escolha pela utilização no termo ‘museu de saúde’ se deve ao fato de entendermos que o museu que presentifica o nosso caso de estudo, bem como as instituições similares que serão apresentadas adiante não se limitariam a pesquisa da prática da medicina, conforme Felip Cid¹⁴ propõe e destaca em seu conceito de “museologia médica”, mas sim da saúde no seu aspecto mais geral a partir do conceito proposto pela OMS em 1948 no qual “saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.” Dessa maneira, estes museus seriam espaços de memória não só do saber e da prática da medicina, mas sobretudo instituições que “expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural”. (BVS, 2005, p.6)

Felip Cid, em sua obra intitulada *Museologia Médica, aspectos teóricos y cuestiones prácticas* (2007), aponta ainda que os primeiros embriões do que ele definiria como ‘museus médicos’, na Europa, foram criados nas casas e locais de trabalho dos então cientistas. Por tanto, eram espaços que estavam ligados a produção do saber médico, espaços para o exercício da prática médica. Ainda segundo o autor, as coleções desses espaços tinham uma aura de preciosidade ou de curiosidade, muito por serem compostas por espécimes naturais históricos, crânios humanos ou, até mesmo, múmias. Há que considerar que, neste período, a própria prática médica consistia no estudo

¹⁴ Para o autor a Museologia Médica se caracterizaria por estudar, determinar e apresentar a evolução de um material destinado a verificar, por seus princípios e causas, a realidade dos fenômenos biológicos no seu estado normal ou patológico e encerrando saberes metodicamente formados e ordenados, circunscritos à heurística do mundo instrumental, que constituem um ramo particular nas tipologias científicas, uma vez que a Medicina e seus instrumentos e técnicas operam sobre seres vivos; enquanto o resto de ciências positivas o fazem sobre a matéria inerte (CID, 2007, 352),

teórico e a uma breve percepção sensorial. Estes eram os chamados gabinetes de curiosidades ou câmaras das maravilhas, muito comuns na Europa durante os séculos XVI e XVII. Pomian em seu texto *La culture de la curiosité* analisa o gabinete do médico Pierre Borel (1620-1671). Era um gabinete no qual os objetos foram divididos em várias categorias: “raridades do homem”, “bestas de quatro pés”, “pássaros”, “peixes e zoófitos do mar”, “conchas”, “outras maravilhas marinhas”, “insetos e serpentes”, “plantas, primeiramente os bulbos e raízes”, “folhas”, “flores”, “sementes e grãos”, “frutas raras”, “outras frutas e sementes”, “minerais, primeiramente as pedras”, “coisas transformadas em pedras”, “outros minerais”, “antiguidades” e “coisas artificiais” (POMIAN, 1982, p.338).

Até o final do século XVIII, as coleções permaneciam no âmbito privado, cuja permissão para visita era controlada pelo proprietário dos bens, fosse para o deleite de alguns curiosos ou para os intelectuais que procuravam esboçar a organização do conhecimento, sobretudo na esfera das ciências naturais. Contudo, o movimento revolucionário que ocorreu na França no último decênio dos Setecentos impactou sobremaneira o universo do colecionismo. Este período torna-se um marco: os museus abrem as suas grandes coleções, tornando-as públicas. Em 1793, por exemplo, é criado o Louvre, em Paris, que deveria ser aberto ao público, indiscriminadamente, três dias em cada dez (SUANO, p.28). No mesmo período, surgiram os primeiros museus de anatomia na Itália e na França. Estes tinham por objetivo o caráter científico, no qual funcionariam como apoio ao ensino da medicina e eram estritamente destinados ao público profissional. Nestes espaços eram realizadas preparações de peças anatômicas.

O pesquisador Ken Arnold, em seu *artigo Museums and the making of medical history* (1999), divide a história dos museus médicos em quatro períodos, tendo sido inaugurada por um período inicialmente moderno destinado a pesquisa médica, seguido de uma posterior consolidação do seu uso na educação médica. Um terceiro momento teria se iniciado no final do século XIX com uma tentativa de utilizá-los para a educação em saúde pública. E por fim, a derradeira fase consistiria nos "últimos 70 anos"¹⁵, período o qual houve uma explosão de museus conscientemente históricos, fundados com objetivo explícito de salvaguardar a história da saúde, diferentemente das

¹⁵ O artigo data de 1990, então os “últimos 70 anos” seria uma referência ao espaço temporal de 1920 a 1990 (aproximadamente).

outras instituições que tinham coleções de saúde em seu acervo, mas não objetivavam em sua missão institucional a história da saúde.

Para alguns autores como Bruno Gebhard, os museus que podemos categorizar como sendo da saúde teriam como marco a Exposição Internacional de Higiene em Dresden, Alemanha, em 1911. A Exposição apresentou um tema triplo no qual estavam o humano (*der mensch*), as doenças infecciosas (*volkskrankhetein*) e o, que para Gebhard, seria a grande inovação do evento: a seção histórica. Mais do que a exibição de uma coleção de instrumentos, esta seção histórica se apresentava como “um instituto de educação pública do tipo mais nobre” (GEBHARD, 1959, p.164, tradução nossa). Foi a partir dos acontecimentos ocorridos neste evento que se originou a liderança do Museu Alemão de Higiene, em Dresden, em educação em biologia humana, sendo, até então, o modelo de museu da saúde exportado para todo o mundo.

Gebhard em seu artigo *What good are health museums?* (1946) traça as diferenças entre os museus de saúde e os de medicina. Para ele os museus de medicina teriam como objetivo a educação do médico. Já os museus de saúde teriam como foco a educação do público leigo. Outra característica que diferenciaria as duas tipologias de museu seria que os museus de medicina teriam como temática a caracterização da doença, enquanto que os de saúde buscariam provocar a consciência de cuidado com a saúde das pessoas. O autor enfatiza que os museus de saúde não são nada menos que museus de ciência especializados em biologia humana e saúde pública e do indivíduo, sendo pontes entre a medicina preventiva e a curativa. Por conta do estigma do termo museu, nessa época muito associado a mausoléu, os russos propuseram outro termo para nomear esse tipo de museu: *house of health*. Outros termos também foram propostos, tais como *health academy* ou *health institute*. O próprio Gebhard sugere o nome *museum of man*, e sua justificativa para tal mudança seria a de que os museus de saúde são lugares ideais para apresentar o homem a ele mesmo (GEBHARD, 1946, p.1013)

Em termos de utilização dos objetos nas exposições, o autor Ken Arnold (1999, p. 157-158) faz uma divisão entre as galerias de história médica tradicional e as exposições temáticas. As primeiras tendem a ser montadas para um público não especializado, sem conhecimento da história da medicina/saúde, e que ainda teriam um interesse na história como um contínuo, século após século. Já as exposições temáticas fizeram muito para explorar a história da medicina - exposições que trataram a ciência médica e a prática como atividade cultural e os examinaram no contexto de sua

relevância social para uma variedade de comunidades. Deixando claro que a história médica é um assunto muito mais amplo, mais flexível e interligado do que nunca antes imaginado: atravessa temáticas no âmbito de outras ciências, cultura popular, artes, políticas públicas e assim por diante.

Para o autor, os museus de medicina devem ter um papel dominante na preservação do significado histórico da cultura material a partir de dois enfoques museológicos, no qual o museu precisa se debruçar sobre o papel historiográfico na apresentação dos objetos e que a própria história institucional já fornece informações para a construção desse significado.

A museóloga portuguesa Sônia Castro Faria (2009) em sua dissertação de mestrado divide os museus de medicina em cinco categorias. Para tal classificação, a autora levou em consideração as coleções desses museus e seu discurso comunicativo e expositivo. Abaixo reproduzimos a sua divisão por meio de um quadro. A autora considera o termo museu de medicina, mas podemos fazer o exercício de transpor as ideias fundamentais de cada tipologia de museus de medicina apresentado para os museus da saúde.

Tipologia	Características principais
Museus de medicina biográficos	Desenvolvidos em torno da história de vida de figuras médicas. O edifício onde o museu está sediado geralmente é a residência familiar ou espaço de trabalho da respectiva figura médica.
Museus de medicina monográficos	Museu de caráter temático relacionado a uma área clínica, um interesse científico, um período da história ou um determinado tema. Estes museus foram fundados por sociedades e associações médicas, suas coleções permitiram materializar a evolução e desenvolvimento de determinado aspecto/área da medicina.
Museus de medicina: memória institucional	Hospitais e colégios convertidos em museus cuja temática foca na história da instituição, sua vocação de ser serviço público e de suas figuras de destaque, com o intuito de celebrar a memória institucional, mobiliário, remetendo para a data que deixaram de prestar serviços ou optando por recriações.
Museus de medicina:	Dedicados exclusivamente a ciências da saúde, apresenta a evolução

história das ciências médicas	dos saberes médicos numa perspectiva temporal ao lado de fatores políticos e socioeconômicos que influenciaram os progressos médicos, tendo como ponto de partida o conhecimento e compreensão das variações de âmbito geográfico local e sua interligação com a medicina praticada. Refletem a importância do instrumento médico (científico) descrevendo a importância no desenvolvimento científico e seu impacto nas técnicas médicas.
Museus que possuem coleções de medicina	Museus interdisciplinares cuja linha expositiva e comunicativa não se remete em exclusivo para coleções relacionadas com a ciência da saúde, apresentando uma perspectiva histórica, técnica e cultural mais ampla. Refletiria a história da ciência.

Quadro 01 - Divisão dos museus em cinco categorias. Fonte: Elaborado pela autora a partir de FARIA, 2006, p.55-62

Ressaltamos o fato de que muitos museus mesclam as características de mais de uma das tipologias apresentadas. Não queremos aqui limitar os museus que tratam da temática da saúde a apenas as características retratadas no quadro, mas sim utilizá-las como um ponto de partida para a análise desses espaços museais e, por conseguinte, a compreensão da própria formação da coleção desses museus.

Entendemos que um museu de temática da saúde pode ter múltiplas facetas mas um fato que é comum a todos é o olhar do presente para a apresentação da tecnologia seja na narrativa de suas exposições, como na aquisição de novos objetos para o acervo dos museus. A partir dessa interpretação, as coleções musealizadas se apresentam como a materialidade da narrativa e identidade desses museus de saúde, fato que se será trabalhado mais detidamente no próximo subcapítulo.

2.2 UM RECORTE NO PATRIMÔNIO: O ACERVO MUSEOLÓGICO DA SAÚDE

De acordo com a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, consideram-se museus

as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra

natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Destacamos nesta definição de museu a aparição do termo “qualquer outra natureza cultural” enquanto atribuição de valor aos conjuntos e coleções a serem passíveis de musealização. Os valores arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico estão presentes desde o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – instrumento legal que organiza e regula o patrimônio histórico nacional – e, segundo Fonseca (1998, p.52), “são tributários das noções de história e de arte”¹⁶. Essa “nova” atribuição de valor democratiza o fato de qualquer coleção ou objeto seja, aos olhos da lei, de importância cultural a qualquer grupo que o legitime, tornando-os passíveis de musealização. Voltando-se especificamente ao objeto de estudo deste trabalho, as coleções científicas carregam em si não apenas o valor científico ou técnico dado pelas instituições que os produzem e/ou são suas detentoras, mas igualmente aqueles que são passíveis de serem atribuídos, isto é, valores histórico, artístico e cultural ou quaisquer outros.

Para Alberti (2017, p.8) devemos coletar objetos de ciência para abranger a sua materialidade pois “isso é o que diferencia os museus de outras mídias científicas”. O autor faz questão de enfatizar os potenciais de uma coleção de ciência, sendo estes: o apelo das reservas técnicas, a capacidade de pesquisa interdisciplinar, exposições que incorporem a história, a cultura e a beleza dos instrumentos científicos e as atividades de engajamento que esses objetos podem oferecer, tanto para a comunidade científica quanto para os visitantes.

Assim como podemos desconstruir os limites entre ciência e não-ciência, para que possamos dissolver as distinções entre esses múltiplos usos da cultura material que são muitas vezes consideradas separadamente. Deveríamos não estar pensando em equilibrar funções concorrentes, mas sim misturando-as. É por isso que colecionamos ciência. (ALBERTI, 2017, p.8, tradução nossa)

A maior parte dessas coleções institucionalizadas, desses objetos musealizados, passarão boa parte de suas vidas nas reservas técnicas. Diante disso, Alberti nos convoca a abraçarmos “as reservas técnicas como prática e como objeto de estudo”, visto que estes são espaços “vivos e funcionais”, mas, para tanto, esses objetos precisam ser pesquisados. (ALBERTI, 2017, p. 3 - 4)

¹⁶ Para a autora os “diferentes valores atribuídos são, na civilização ocidental, regulados por duas noções que se articulam sobre as categorias de tempo e espaço – a noção de história e a de arte. A primeira, enquanto reelaboração do passado, a segundo, enquanto fruição *in presentia*.” (FONSECA, 1998, p. 51)

A problemática dos objetos como fonte de pesquisa é questão recorrente entre os profissionais e pesquisadores dos museus. Num primeiro olhar a questão pode parecer contraditória, uma vez que, se dentro dos museus esses objetos não são “vistos”, “lidos” como fonte primária de pesquisa, onde mais seriam? No caso dos museus de ciência essa questão se torna ainda mais complexa.

Lourenço (2009) define patrimônio científico como toda “evidência material e imaterial da pesquisa e do ensino das ciências, incluindo as exatas, da saúde e naturais.” Por outro lado, Granato e Santos consideram o patrimônio cultural de ciência e tecnologia enquanto um

[...] conjunto tangível e intangível relacionado à C&T, a que se atribuem valores que justificam a sua preservação para as futuras gerações. Inclui o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além dos saberes, das práticas de ensino e pesquisa, e de todos aqueles artefatos e espécimes que são testemunhos dos processos científicos, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, considerando documentos em suporte papel (arquivísticos e bibliográficos), instrumentos científicos, máquinas, montagens, coleções científicas de natureza diversa como arqueológicas, etnográficas, biológicas, além de construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos (laboratórios, observatórios, paisagens e jardins) (GRANATO; SANTOS, 2015, p. 79-80).

Lourenço (2009) sustenta ainda existirem quatro razões cruciais para que o patrimônio da ciência seja ignorado não só pelos museus, mas também pelas políticas nacionais e cartas internacionais: a primeira seria por conta da complexidade em se definir o que é o patrimônio da ciência, o que se agrava pela dificuldade de definir a própria ciência. A segunda razão, que em nossa percepção seria uma das mais cruciais, é que a sua dimensão é desconhecida, não se sabe ao certo o que existe de patrimônio da ciência dentro das instituições. A autora compara o patrimônio da ciência e o intitula como a “matéria negra” do patrimônio. O fato de não se saber o que existe nas instituições é que cerca de 90% do acervo está abrigado em instituições sem missão, vocação e/ou sensibilidade para a preservação e divulgação desses acervos, assim como não há pessoal técnico especializado no assunto para ao menos reconhecer este patrimônio. A última razão apresentada pela autora seria que este patrimônio é pouco valorizado pelos cientistas e historiadores da ciência.

O descaso com o patrimônio científico é tão evidente que no mesmo artigo a autora afirma que há 10 anos o papel das coleções e dos museus na história da ciência e da tecnologia era próximo do zero, no qual 90% da história da ciência publicada

ignorou os objetos. Ela ainda afirma que um maior interesse dos historiadores resultaria em uma maior valorização do patrimônio científico.

A omissão dos historiadores em relação à cultura material da ciência teria ocorrido por quatro razões: o primeiro seria o valor quase sagrado que os historiadores atribuíram a escrita; haveria um problema na formação dos historiadores: “a gramática das coisas é diferente da gramática dos objetos”. A segunda razão seria uma certa polarização entre a percepção dos historiadores e dos profissionais de museu. E por último os museus de ciência nunca tiveram como missão principal contribuir para a história da ciência. Os objetos são geralmente considerados pelo seu valor intrínseco e raramente pelo seu contexto, sua história, sua relação com a sociedade, o tempo e o espaço. Podemos citar como exemplo as informações contidas nas fichas catalográficas das coleções museológicas. Na maioria dos casos podemos identificar uma preocupação na descrição física, visual do objeto, sendo deixadas de lado questões como o porquê de o objeto ser importante e como pode contribuir para a sociedade ou cultura. Em situação ainda mais complexa está o chamado patrimônio cultural da saúde, que no Brasil é pouco explorado pelos profissionais do patrimônio.

Para fins de esclarecimento tomaremos por definição de patrimônio cultural da saúde a apresentada na Rede Brasil de Patrimônio Cultural da Saúde: “um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural” (BVS, 2005, p.6).

Serres em seu estudo dedicado ao patrimônio em saúde, com ênfase nas arquiteturas, destaca quatro motivos principais para que os hospitais não sejam considerados bens patrimoniais: o primeiro seria por ainda apresentar funções de uso no presente, o segundo por serem espaços ligados a dor e o sofrimento, o terceiro devido a uma visão bastante limitada de patrimônio (SERRES, 2015, p.1413). Podemos estender a análise da autora para os objetos, uma vez que esses não são interpretados como patrimônio, nem sequer enquanto documento. Dentro de instituições de pesquisa em saúde, quando perdem sua função acabam por ser alienados. Do ponto de vista dos profissionais de patrimônio, os quais na maioria das vezes não são treinados a lidar com esse tipo de patrimônio, desconhecem suas características e singularidades.

O objeto, patrimônio cultural da saúde, torna-se um elo na cadeia de estudos e descobertas científicas. Os profissionais de museu, destacando aqui os museólogos e

historiadores, podem criar e recriar contextos, dentro dos limites viáveis, a partir dos objetos. São testemunhos direto das técnicas do passado.

Para autores como Marta Lourenço (2009) e Ken Arnold (1999), uma das soluções seria rever a historiografia dos objetos e uma das soluções propostas, para a integração dos objetos da ciência musealizados com a pesquisa, seria rever o papel historiográfico, concedido pelos museus, aos objetos (ARNOLD,1999). Essa revisão poderia ocorrer por meio do conhecimento dos objetivos e métodos da própria historiografia corrente (LOURENÇO, 2009). Além disso, documentá-los de forma mais efetiva (LOURENÇO, 2009), para além de suas características extrínsecas, dotando-os de valor documental, para assim serem analisados enquanto fontes de pesquisa.

Essa visão está relacionada com a ideia de que o papel da documentação museológica vá além do simples registro de dados físicos do objeto, mas que possam ser o ponto de partida para o mapeamento dos significados de um objeto. Tanto a revisão da historiografia dos objetos como a sistematização de sua documentação passam pela metodologia empregada na leitura dos objetos. Alguns autores como Mensch, Pearce e Felip Cid apresentam modelos de sistematização das informações dos objetos. Estes autores embasaram a própria criação da ficha catalográfica adotada no MEV¹⁷.

Como nos apresentou Peter Van Mensch (1992), a estrutura informativa do objeto compreende três dimensões: 1. as propriedades físicas do objeto (identidade estrutural); 2. sua função e significado (identidade funcional); e 3. sua relação com o contexto (contextualização identitária). Assim, a documentação museológica não se detém apenas na descrição de sua materialidade, mas também aos seus conteúdos simbólicos, nos remetendo aos seus contextos histórico e socioculturais de sua produção e uso (LOUREIRO, 2005, p.28).

As informações que os objetos apresentam são definidas em duas categorias: intrínsecas e extrínsecas. As informações intrínsecas são as informações obtidas por meio da propriedade física do objeto, ou seja, sua descrição física. São informações acerca da composição do material, da construção técnica, forma, estrutura, cor, textura, peso. Já as informações extrínsecas são as obtidas além da análise física do objeto, são informações buscadas na análise e interpretação de outras fontes, tais como sua função, seu valor estético, seu valor histórico ou seu valor científico. (MENSCH, 1992). Dessa

¹⁷ Fato que será abordado no capítulo 3 deste trabalho.

maneira, a reconstituição de sua história precisará de outras fontes documentais para a completude de sua “biografia cultural”.

Outro modelo proposto é o de Susan Pearce. Para a autora os objetos incorporam informações únicas sobre a natureza do homem na sociedade. E nossa tarefa seria a elucidação de abordagens, metodologias, por meio das quais essas informações possam ser recuperadas (PEARCE, 2005, p.13). O modelo proposto está baseado nas propriedades dos objetos, divididas em quatro áreas principais: o material, a história, o contexto e o significado. Além disso, os estudos e análises devem ser adaptadas a essas propriedades.

O estudo do objeto teria como ponto de partida comum sua descrição física. A partir desse início de análise, a sua história seria dividida em dois momentos: a história do próprio objeto e a história subsequente a sua musealização, ou seja, dados referentes a exposição, publicação. O passo seguinte seria estabelecer o contexto do objeto, que a autora define como microcontexto e macrocontexto. Por fim, a metodologia considera o significado do objeto para o seu próprio tempo e lugar e, também, para nós mesmo (quem o coleta, quem o pesquisa, quem o visita no museu). Quanto a isso, a autora considera que o objeto nesse momento pode incorporar uma carga de significados emocionais, coletivos e individuais.

Voltando-se a investigação dos objetos de medicina, temos a metodologia apresentada por Felip Cid. Para o autor, a catalogação deve ser guiada por três etapas principais. A primeira etapa corresponde a definição das características do objeto médico: contextualizar seu momento histórico; estabelecer o suporte científico e objetivar as aceitações ou críticas tecnológicas; diferenciar se se trata de um objeto obsoleto ou se assimilou certas adições à estrutura original. Após esta etapa, segue a análise das peças a partir de elementos técnicos: identificar o material, as características estruturais e, também, reproduzir as experiências com os instrumentos da época, proporcionando uma visão funcional desses instrumentos. Na terceira, e última, etapa o museólogo deverá aplicar tecnologias mais avançadas (CID, 2007, p.589)

Notemos que ambos os autores destacam o fato de analisar o objeto além das suas propriedades físicas. Ambos os modelos pautam na questão dos significados de um objeto, atribuídos pelo profissional que o musealiza ou pelo grupo/indivíduo solicitante, buscando uma relação desse objeto com o seu meio, como produto cultural de uma dada sociedade presente no tempo e no espaço. A contextualização desse objeto desde a sua

invenção, passando pela sua fabricação e uso, até a sua inserção em uma coleção de museu passa a ser item fundamental na busca de relações entre este e o seu público.

No próximo subtópico apresentaremos algumas das instituições detentoras de acervo museológico com temática na saúde e a situação da produção da sua documentação museológica.

2.3 AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE, SEUS MUSEUS E SEU ACERVO MUSEOLÓGICO

A fim de ilustrar os museus que se definem enquanto museus de saúde ou que se dediquem a preservar acervos de temática da saúde, destacaremos quatro exemplos de museus. No Brasil foram escolhidos o Museu da Vida da Fiocruz, no Rio de Janeiro, e o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, ligado ao Instituto Butantan, na cidade de São Paulo. Já nos Estados Unidos selecionamos o *David J. Sencer CDC Museum*, do *Centers for Disease Control and Prevention (CDC)*, localizando em Atlanta este museu é uma instituição filiada ao Smithsonian. E, por último, no continente europeu, adotamos, em Portugal, o Museu da Saúde, vinculado ao Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (Instituto Ricardo Jorge), que, à semelhança do Museu do Instituto Evandro Chagas, ainda não recebe visitantes em seu espaço físico, uma vez que terá como sede as instalações do antigo serviço de Neurocirurgia do Hospital Santo Antônio dos Capuchos.

A escolha dos museus se deve ao fato de terem características comuns ao Museu do Instituto Evandro Chagas. Além de trabalharem com a temática da história da saúde, esses espaços museais são ligados a instituições públicas de pesquisa em saúde pública. Todas as instituições são referências nacionais e/ou internacionais na investigação de doenças.

Dos quatro museus analisados apenas o Museu da Vida não se restringe a temática da saúde. O museu tem como missão “despertar o interesse e promover o diálogo público em ciência, tecnologia e saúde, e seus processos históricos, visando à promoção da cidadania e à melhoria da qualidade de vida.” (MUSEU DA VIDA, p. 22, 2017) Dessa maneira, a partir da classificação proposta por Sônia Castro Faria, apresentada anteriormente, o Museu da Vida se enquadraria na classificação de museus

que possuem coleções de saúde, uma vez que “não se remete em exclusivo para coleções relacionadas com a ciência da saúde, apresentando uma perspectiva histórica, técnica e cultural mais ampla. Refletiria a história da ciência.”

Já o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas limita a sua temática a história da saúde pública paulista¹⁸, enquanto que o *David J. Sencer CDC Museum* tem como missão a saúde pública e o Museu da Saúde tem definido em sua missão “todas as áreas referentes à saúde”.

Quanto à formação dos acervos museológicos destaca-se o fato de que as quatro instituições preservam acervos com ênfase na narrativa de suas próprias memórias institucionais como, também de outros órgãos e instituições que foram desativados ou que tenham alguma ligação com as instituições atualmente detentoras desses acervos. Para a aplicação do próprio conceito de memória institucional partiremos da análise de Costa, para a qual

A memória institucional, tal como é vista nessa pesquisa, remete-nos a experiências híbridas, que incluem e excluem no social. Na perspectiva do tempo, seria o retorno reelaborado de tudo aquilo que contabilizamos na história como conquistas, legados, acontecimentos, mas também vicissitudes, servidões, escuridão, E, mais importante, ainda, por mais paradoxal que possa parecer, precisamos construir uma memória institucional no tempo presente, o único de que dispomos, já que o passado já passou, e o futuro está em nossas mãos. (COSTA, 1997, p.147)

Nenhuma das instituições pesquisadas citou no questionário ou foi encontrado em artigos sobre seus acervos a doação por parte de terceiros (visitantes, comunidade no entorno). Os museus Emílio Ribas, *David J. Spencer* e o Museu da Saúde possuem em sua guarda, além do acervo museológico, acervos bibliográfico e arquivístico. Enquanto que o Museu da Vida, tem sob sua guarda acervo museológico e bibliográfico.

Em relação à documentação museológica todos os museus responderam, por meio do questionário, que fazem uso de inventário, etiquetas de identificação do objeto, ficha catalográfica, documento de entrada, termo de empréstimo e ficha de conservação. Contudo, o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas destacou que seu acervo museológico

¹⁸ Destacamos aqui que o Instituto Butantan conta com mais três museus: o Museu Biológico, o Museu de Microbiologia e o Museu Histórico.

não está organizado e que a equipe está iniciando o trabalho de identificação das peças¹⁹.

De modo geral, o que diferenciou a produção da documentação museológica nessas instituições foi a adoção de tesouros e formas de classificação do acervo. O Museu de Saúde Pública Emílio Ribas não utiliza tesouro ou outra forma de classificação para o acervo, uma vez que seu trabalho de identificação das peças encontra-se em fase inicial, necessitando assim mais estudo para analisar os métodos classificatórios. O *David J. Sencer CDC Museum* adota as publicações “*The revised nomenclature for museum cataloging – James R. Blackaby, Patricia Geeno*” e “*The Nomenclature Committee*”. Já o Museu da Saúde é a instituição que apresenta maior avanço nessa área uma vez que está em processo para a construção de um *Thesaurus de Instrumentos e Coleções de Ciências da Saúde em Língua Portuguesa*.

Inspirado na metodologia adotada para o desenvolvimento do tesouro de instrumentos científicos em língua portuguesa (2006-2013), o *Thesaurus de Ciências da Saúde* será elaborado em duas fases, a partir do inventário de 11 instituições e organismos com coleções de saúde em Lisboa, Porto e Coimbra²⁰. A primeira fase corresponde no levantamento dos termos utilizados, seguido da sua organização e estruturação no formato de tesouro. Considerando que o instrumento será elaborado e editado em língua portuguesa, o objetivo é que o tesouro seja disponibilizado a todos os museus e instituições com patrimônio cultural da saúde em territórios que tenham este idioma como oficial, formando, assim, uma rede lusófona de conhecimento em ciência da saúde.

O objetivo da criação de um tesouro voltado a acervos de saúde, além de buscar a uniformização semântica e terminológica dos acervos, também fortalece as redes nacionais e transnacionais de museus. Além disso, no caso deste projeto, a promoção da

¹⁹ No período em que esta pesquisa foi desenvolvida, o Museu Emilio Ribas encontrava-se fechado para visitas, pois passava por reformas.

²⁰ As instituições envolvidas no projeto são: Centro Hospitalar de Lisboa Central, Centro Hospitalar do Porto / Museu do Centro Hospitalar; Faculdade de Medicina - Universidade de Coimbra; Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa; Instituto de Higiene e Medicina Tropical – Universidade Nova de Lisboa; MUHNAC - Museus da Universidade de Lisboa; Museu da Farmácia - Associação Nacional de Farmácia; Museu da Saúde – Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge; Museu de Medicina Prof. Maximiano Lemos – Universidade do Porto; Museu São João de Deus – Ordem Hospitaleira São João de Deus

acessibilidade pública das coleções por parte dos cidadãos, bem como a comunicação e valorização com envolvimento dos cidadãos, passa a ser item de destaque.

Já o Museu da Vida utiliza como referência o “Thesaurus de Acervos Museológicos” (FERREZ; BIANCHINI, 1987) para a organização do seu acervo museológico. Como citado no primeiro capítulo deste trabalho, a publicação ainda é considerada como referência para muitos museus brasileiros, independentemente da tipologia de acervos a ser trabalhada.

Outro fato a ser destacado, na documentação museológica dos museus analisados, é a disponibilização *on line* do inventário e de parte das informações registradas nas fichas catalográficas. Embora o sítio de internet dedicado ao Museu da Vida não possua acesso a base de dados do acervo, este possui informações gerais sobre quantitativo e tipologia do acervo museológico e o projeto “Objeto em foco²¹”, destacando algumas peças do acervo. Além disso, o museu participa do projeto de inventário *on line*²² em parceria com o Museu de Saúde. Os museus Emílio Ribas e CDC Museum não apresentam nenhum tipo de acesso *on line* a sua coleção.

Podemos notar que a documentação museológica nos museus de saúde, como em todo o campo museal, ainda se apresenta de forma incipiente, faltando manuais, normas técnicas ou até mesmo a interlocução desses acervos e de seus profissionais

Não nos coube definir se uma prática de documentação museológica é mais efetiva do que a outra, mas nos dispusemos a apresentar as experiências adotadas e mais do que isso: apresentar como é compreendida dentro dessas instituições museais. É vista como atividade de destaque dentro do processo de gestão de museu? Ou é uma atividade de rotina para o controle das peças? O fato de termos museus fechados que estão repensando a prática ou museus que estão produzindo normas ou documentos para a orientação da documentação museológica demonstra que a atividade vem ganhando notoriedade pelos gestores e sendo alçada a uma prática de preservação, e principalmente de pesquisa.

²¹ Disponível em < <http://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/museologico/objeto-em-foco>> Acesso 16 março 2019.

²² Disponível em <<http://museudasaude.inweonline.net/>> Acesso em 16 março 2019.

CAPÍTULO 3

O MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS: UM ESTUDO DE CASO

Após verificarmos o “estado da arte” no âmbito da relação entre a documentação, o campo da Museologia e algumas das especificidades terminológicas e conceituais que demandam os museus de saúde, nossa proposta é, neste capítulo, adentrarmos efetivamente em nosso estudo de caso, isto é, apresentarmos o trabalho desenvolvido pela equipe que tem trabalhado no processo de planejamento e implantação do Museu do Instituto Evandro Chagas desde 2013. Vale ressaltar, inclusive, que grande parte das considerações contidas na presente dissertação é resultado do trabalho de pesquisa e gestão museal ao longo dos últimos seis anos. Visamos, deste modo, compreender a trajetória institucional, o projeto museológico e o processo de formação da coleção do Museu do Instituto Evandro Chagas.

De início, discutiremos a identidade e a função do Instituto Evandro Chagas, evidenciando sua missão, sua composição estrutural com suas seções e serviços e um breve histórico desde sua gênese até seu desenvolvimento enquanto instituição de pesquisa. Não é intuito deste trabalho apresentar um histórico da instituição, mas sim uma contextualização para situar o IEC na trajetória paraense. Assim, foram analisados o termo de criação da instituição, relatórios institucionais, documentos oficiais e textos produzidos pela equipe do MEV para exposições com a temática institucional.

A seguir, apresentaremos o projeto museológico que está sendo desenvolvido para o Museu do Instituto Evandro Chagas, abordando os aspectos envolvidos na sua criação e as atividades em curso. Foram utilizados os relatórios anuais do MEV, atas de reuniões, acordos e portarias. Realçamos que os documentos pesquisados para as duas primeiras partes dos capítulos se encontram no arquivo do Instituto Evandro Chagas e no arquivo DAD/COC/Fiocruz.

Por fim contextualizaremos o processo de formação da coleção museológica e o processo de documentação museológica empregada, lançando mão dos relatórios do MEV e do depoimento de um dos autores enquanto participante do processo.

3.1. APRESENTANDO O INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

O Instituto Evandro Chagas - IEC é um órgão vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde. O Instituto tem suas competências definidas no Decreto nº 8.901/2016²³, no qual sua missão é realizar ações voltadas à saúde pública, incluindo a vigilância em saúde e pesquisa científica no âmbito das Ciências Biológicas, Meio-Ambiente e Medicina Tropical. Nos últimos anos, o IEC tem atuado em nove áreas de pesquisa em saúde: 1. saúde e meio ambiente em populações expostas ao risco de poluentes na Amazônia; 2. doenças de veiculação hídrica e a qualidade da água; 3. vigilância em saúde das síndromes (ênfase nas hemorrágicas, ictéricas, diarreicas, respiratórias e exantemáticas); 4. doenças virais e parasitárias transmitidas por vetores (ênfase em arboviroses, malária, leishmanioses e doença de Chagas); 5. novas vacinas e novas estratégias de vacinação para a Amazônia; 6. adequação e aperfeiçoamento dos instrumentos para vigilância em saúde na Amazônia, incluindo recursos de epidemiologia molecular, bioinformática e georreferenciamento; 7. a flora e a fauna como indutores de saúde e reservatórios de doenças na região; 8. etioepidemiologia das endemias, epidemias e poluição em comunidades indígenas amazônicas; 9. genômica, proteômica e nanotecnologia para desenvolvimento de novas abordagens diagnósticas mais rápidas, sensíveis e específicas e de alvos terapêuticos.

²³ O Decreto nº 8.901 de 10 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (DOU) no 217, de 11 de novembro de 2016, Seção 1, página no 3, alterado pelo Decreto no 9.008, de 23.03.2017, publicado no DOU no 58, Seção 1 página 1 e estrutura organizacional na Portaria no 3.965, de 14.12.2010, publicada no D.O.U no 239, de 15.12.2010.



Figura 01: Vista aérea *campus* Belém
Fonte: Instituto Evandro Chagas, 2016



Figura 02: Vista aérea *campus* Ananindeua
Fonte: Instituto Evandro Chagas, 2016

Atualmente ocupa dois *campi* separados por cerca de 12 km de distância: o principal situado na cidade de Ananindeua, na qual estão localizados a maior parte dos serviços e seções científicas, e outro na cidade de Belém, local em que teve início as atividades do Instituto.

Sua estrutura comporta o Serviço Técnico-Científico, que reúne as Seções de Arbovirologia e Febres Hemorrágicas, Bacteriologia e Micologia, Hepatologia, Meio Ambiente, Patologia, Parasitologia, Criação e Produção de Animais de Laboratório e Virologia. Existem ainda os Serviços de Epidemiologia, Administração, Recursos Humanos, como também as Unidades de Informática, Microscopia Eletrônica, Manutenção; a Biblioteca, o Laboratório de Geoprocessamento e o Curso Técnico de Laboratório. Oficialmente, conforme a Portaria MS 3.965 de dezembro de 2010, que aprova os regimentos internos do Instituto.



Figura 03: Principais estudos e atividades do IEC. Fonte: MEV, 2016

Segundo o relatório institucional do ano de 2016 o Instituto Evandro Chagas possui laboratórios de referência nacionais e internacionais, no qual destacamos os laboratórios de referência nacional: dengue, febre amarela e rotavírus.

3.1.1 Os primórdios do IEC

A história do Instituto Evandro Chagas (IEC) começou com a chegada de Evandro Chagas ao Pará, em 1936, para estudar a leishmaniose visceral²⁴. Em um primeiro momento, Evandro Chagas se instala na cidade de Abaetetuba, local de onde recebeu as primeiras amostras infectadas. Segundo o diário de viagem de Evandro Chagas, o pesquisador teria determinado o ponto para a construção de pista de pouso para aviões bem como o lugar do acampamento que serviria aos médicos e pesquisadores. A equipe chegava a cidade por meio de avião do Correio Aéreo Nacional e após 18 km de caminhada na floresta, atingia o local das pesquisas, chamado Piratuba. Pela região passaram inúmeras expedições visando a coleta de dados para pesquisa bem como o tratamento da população. A equipe de Evandro Chagas era formada basicamente por médicos recém-formados e também outros jovens profissionais advindos das faculdades de Belém. Os integrantes da equipe científica tinham formação nos cursos do Instituto Oswaldo Cruz e eram integrados ao serviço.

Com o auxílio do governo estadual, Evandro Chagas cria o Instituto de Patologia Experimental do Norte – IPEN²⁵, tendo como sede um imóvel originalmente residencial situado à Av. Almirante Barroso, na capital paraense. Em meados de 1937 já se encontravam instalados os laboratórios de Protozoologia, Bacteriologia, Epidemiologia, Anatomia Patológica, Fotografia e, em caráter provisório, o biotério. Além do calazar, a equipe estabeleceu estudos sobre algumas doenças típicas da região como malária, filariose, leishmaniose tegumentar, boubas e verminoses intestinais.

O Ministério da Saúde, que passava por profunda reestruturação, solicitou a Evandro Chagas uma investigação sobre a malária no Amazonas e Pará. Preparou-se,

²⁴ Segundo o texto de exposição inaugurada em 2017, redigido pela historiadora do IEC Cláudia Santos, a leishmaniose foi um dos motivos da instalação da Instituição. A vinda de pesquisadores para a região se deu pelos resultados obtidos por meio de amostras de fígado enviadas solicitadas pelo Serviço de Febre Amarela. Tal método, pensado inicialmente para a febre amarela, contribuiu para o estudo de outras doenças.

²⁵ O IPEN foi criado por meio da lei estadual nº 59 de 10 de novembro de 1936.

então, um inquérito para a Comissão de Saneamento da Amazônia. Mas uma notícia abala os trabalhos científicos: no final de 1940 um avião cai na cidade do Rio de Janeiro enquanto sobrevoava a Baía de Guanabara. Dentre as vítimas figurava o pesquisador Evandro Chagas. No entanto, a despeito da fatídica notícia, os trabalhos precisavam prosseguir.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, por meio de um acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, em 1942 surgiu o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). O SESP teria como uma de suas funções o saneamento de regiões produtoras de matérias-primas estratégicas aos interesses militares dos Estados Unidos, neste caso borracha, minério de ferro e mica. O IEC passou a integrar o SESP enquanto Laboratório Central.

3.1.2 O Instituto se expande: um breve histórico de suas seções

Acredita-se que uma das seções mais antigas do IEC seja a atual Seção de Patologia. A pesquisadora Cláudia Santos²⁶ comenta que, ainda que não haja registro autônomo, a Patologia aparece desde os primeiros anos. Tal fato está registrado no documento de criação do Instituto, no âmbito da Divisão de Serviços Técnicos. A partir de um relatório, sem data definida, há a notícia da extinção da seção científica, mas mesmo assim há registros de exames sendo realizados.

Outra seção que surge nesse momento é o embrião do SACPA: o biotério. Assim como a Patologia, aparece desde a lei de criação, à época subordinada a Divisão de Serviços Administrativos. Ainda de acordo com Cláudia Santos²⁷, não foi localizada qualquer menção ao biotério nos relatórios do IEC anteriores à 1980 que estão disponíveis à pesquisa, tendo sido neste ano a primeira vez em que o espaço fora explicitamente considerado nos documentos anuais. Por outro lado, há a informação de que o biotério existia desde a criação do Laboratório de Vírus, em 1954, resultantes do convênio com a Fundação Rockefeller.

Este convênio possibilitou a instalação do primeiro Laboratório de Vírus da Amazônia. O laboratório foi instalado inicialmente no terceiro andar do Casarão da

²⁶ SANTOS, Claudia. Informação retirada a partir de levantamento de fontes, como apresentado nos relatórios desenvolvidos pela historiadora do IEC Claudia Santos durante o período de 2013 a 2016.

²⁷ Ibid.

Avenida Almirante Barroso, sendo, posteriormente, transferido para um pavilhão construído no fundo do terreno, originariamente pensado para a produção de vacina BCG. Santos²⁸ explica que poderia se afirmar que aqui se encerram as origens das seções de vírus e de arbovírus. Até os dias atuais, tem entre suas conquistas milhares de vírus isolados, centenas deles pela primeira vez no Brasil, mais de 100 novos para a ciência, dezenas destes associados a doenças em humanos; dentre eles pode-se citar dengue, febre amarela, febre de Mayaro e febre do Oropouche, que constituem graves problemas de saúde pública.

Em 1965 ocorreram os convênios com a Escola de Medicina Tropical de Londres e a Wellcome Trust²⁹, os quais permitiram a instalação da unidade de Parasitologia para o estudo das leishmanioses, proporcionando uma nova classificação das espécies de leishmania na América. Na década de 1960 houve ainda a implantação do Laboratório de Cultivo Celular.

Ao longo de sua existência a atuação do IEC não se restringiu somente ao estado do Pará. Durante a década de 1970, devido a surtos de hepatopatas na Amazônia Ocidental, foram iniciados os estudos sobre as hepatites virais e a implantação de postos de pesquisa no Acre (1976) e Amazonas (1979), com o objetivo de auxiliar nas investigações sobre a febre, chamada popularmente de febre negra de Lábrea. A pesquisa teve seu ápice durante a década de 1980, resultando, em 1994, na criação da Seção de Hepatologia.

Nos anos 1990 o IEC seguiu e em expansão, cujo destaque está o ano de 1992. Neste ano ocorreu a criação da Seção de Meio Ambiente, tendo como destaque a interação da saúde pública, da pesquisa biomédica e do meio ambiente. Em 1994, foi instalado o Laboratório de Microscopia Eletrônica, a fim de atender às necessidades de implementação de estudos ultraestruturais para complementar os trabalhos desenvolvidos por outras seções.

²⁸ Ibid

²⁹ A Wellcome Trust é uma fundação sediada em Londres no Reino Unido. Criada em 1936, a fundação apoia pesquisadores, comprometendo-se com os desafios da ciência, tendo como campanha a melhora da ciência, facilitando o envolvimento de todos com a pesquisa em ciência e saúde. (WELLCOME. About us. Informações gerais sobre a fundação. Disponível em <<https://wellcome.ac.uk/about-us>> Acesso em 05 set 2019)

Uma mudança estrutural significativa ocorreu no início dos anos 2000: com o crescimento do Instituto, este passou a ocupar um novo *campus* na cidade de Ananindeua, numa área total de 28.976,86 m².

Nesse período, ocorreram a criação do Laboratório de Geoprocessamento, com vistas à aplicação de recursos geotecnológicos na área da saúde; do Serviço de Epidemiologia, destinado a sistematizar e coordenar as atividades de vigilância desenvolvidas no IEC em parceria com as demais entidades no âmbito municipal, estadual e federal; do INCT-FVH, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Febres Hemorrágicas Virais, com intuito de estimular o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica de ponta. Outro destaque foi a inauguração de dois laboratórios Nível de Biossegurança 3 (NB3 e NBA3), maior complexo da América Latina destinado a pesquisas e estudos com vírus de elevado risco para os pesquisadores, sendo o maior do Brasil nessa classificação.

Além de seu impacto nas investigações e pesquisas em saúde pública por meio de seus serviços e seções, o IEC se faz presente em outro meio de relevante ação social: o campo do ensino e formação de especialistas em saúde pública.

Desde a década de 1940 o IEC tem se debruçado à formação de profissionais especializados para atuarem na área da saúde. Com a chegada do SESP e o estabelecimento de postos de higiene e laboratórios no interior da Amazônia, fez-se necessária a qualificação de mão-de-obra para o trabalho nesses locais. Segundo Claudia Santos³⁰, encontramos aqui os primórdios do curso de técnico de laboratório, bem como os treinamentos desenvolvidos no Hospital do Instituto Evandro Chagas a partir do final de 1943, na data de sua inauguração. A partir de 1945, com a construção de um anexo na sede do IEC na Avenida Almirante Barroso, os cursos começaram a se realizar regularmente nesse espaço, tendo ficado ao longo de muitos anos sob os cuidados da Seção de Patologia.

Desde 2010 o Centro Nacional de Primatas (CENP), criado em 1978, está sob a coordenação técnico-administrativa e financeira do IEC. O CENP tem como objetivo principal criar e reproduzir primatas neotropicais para desenvolver e apoiar pesquisas na área de ciências da saúde, em parcerias com instituições de pesquisa e ensino, além de assegurar a preservação das espécies.

³⁰ SANTOS, op. cit.

Outro destaque é o programa de pós-graduação em Virologia, primeiro do Brasil na área, com cursos de mestrado e doutorado, visando qualificar profissionais para responder às demandas no campo da saúde. Em dezembro de 2015 foi aprovado o Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia e Vigilância em Saúde do IEC.

Em síntese, o IEC nasceu fundamentado nos estudos de leishmaniose a partir do olhar de pesquisador de Evandro Chagas e se tornou uma referência em saúde pública, vigilância em saúde e pesquisa científica. Se fortaleceu como um polo de formação e capacitação de especialistas no trato da saúde pública, em especial dedicando-se aos trabalhos na Região Amazônica. Fortalecimento este possibilitado pela sua expansão física e de recursos, mas principalmente pelo manejo da produção técnico-científica por parte de seus servidores, sobretudo pesquisadores e técnicos. Nada mais oportuno a decisão de se criar um museu para que os seus mais de 80 anos de trajetória sejam divulgados e que seus fragmentos materiais sejam preservados.

3.2 O MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

A demanda e o ânimo de criação de um museu para o Instituto Evandro Chagas remonta às origens da Instituição: esse desejo foi expresso pelo seu mentor, o pesquisador Evandro Chagas, no regulamento de criação do Instituto, então denominado Instituto de Patologia Experimental do Norte – IPEN, no qual o Museu, obedecendo a estrutura organizacional dos serviços prestados, faria parte da divisão de serviços complementares deste órgão.

Contudo, como assinalou Santos (2013), o plano de criação e desenvolvimento do museu só começou a ser delineado de fato a partir dos anos 2000. Em 2004, formou-se uma Comissão de Implantação do "Museu Evandro Chagas" que tinha por objetivo "preservar a memória da evolução das ações de pesquisa e saúde pública desenvolvidas pelo órgão ao longo dos 68 anos deste Instituto". Integravam essa comissão servidores, os mais antigos e ainda em atividade no IEC, e ex-servidores que tinham interesse na criação de um "espaço de memória" para a instituição. A partir desse objetivo expresso no documento podemos analisar que a base desse museu se configura como um espaço voltado à preservação de uma história institucional.

Ressaltamos que nesse período os museus viviam um momento político singular de consolidação do campo museal em âmbito nacional com o lançamento em 2003, pelo Ministério da Cultura, da Política Nacional de Museus - PNM. Esta tinha por objetivo

promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo **fomento à criação de novos processos** de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país (BRASIL, 2003, p. 8, grifo nosso)

O documento, ainda em vigência, conta ainda com sete princípios orientadores para a elaboração da PNM e sete eixos programáticos³¹, que orientam a realização de projetos e ações museológicas. A partir de 2003 assistimos a criação e revitalização de inúmeros museus pelo país, além da expansão de cursos de Museologia e a criação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Dessa maneira, podemos compreender a ideia de um museu para o Instituto Evandro Chagas em um contexto favorável à criação de novas instituições museais, viabilizadas por instrumentos de fomento patrocinados pelo próprio Governo Federal.

Com o andamento das pesquisas em torno do estabelecimento do Museu, a comissão expandiu a visão anteriormente proposta e definiu como missão e objetivos

proporcionar a população (público e aos profissionais) o acesso à informação sobre saúde, ciência e tecnologia, apoiar a modernização das ações de educação em ciências, possibilitar a compreensão dos processos e progressos científicos e seu impacto na vida das pessoas, estimular vocações científicas, ampliar a participação da comunidade nas questões ligadas a ciência, saúde e tecnologia. (PROJETO, [2005?])

Na percepção de museu adotada no documento, notamos que são realçados alguns dos princípios que estão em debate na Museologia: a participação da comunidade, a função educacional dos museus tanto no tocante a divulgação científica como no estímulo a vocações. Observamos um museu dinâmico a serviço da comunidade e do seu desenvolvimento.

Por volta de 2008 surgiu a ideia de se implantar um Centro de Documentação, Informação e Memória (CEDIM) no IEC, que a princípio compreenderia serviços de Biblioteca, Museu, Arquivo no mesmo espaço, de uma forma integrada. Para tal iniciativa, buscou-se o assessoramento técnico da Fiocruz por intermédio da Casa de

³¹ Para maiores informações, acessar a publicação Política Nacional de Museus, disponível em http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf

Oswaldo Cruz, que já era detentora de experiência similar consolidada, tanto do ponto de vista técnico como conceitual. Em 2009 foi assinado um acordo de cooperação técnico-científico entre a Casa de Oswaldo Cruz e o Instituto Evandro Chagas a fim de desenvolver ações de pesquisa, formação e capacitação de recursos humanos e de assessoria técnica nas áreas de Museologia, Arquivologia e Biblioteconomia, com ênfase nas temáticas: arquivo e documentação, informação, comunicação e divulgação científica, e preservação arquitetônica. Um plano de trabalho foi desenvolvido para cada área contemplada. No tocante ao Museu foi montado um cronograma que abarcava as seguintes atividades: levantamento e diagnóstico para a constituição do acervo museológico, elaboração e discussão de proposta museológica, elaboração do projeto do Museu, preparação de exposição sobre os acervos e patrono do IEC, implantação da base de catalogação de acervos museológicos, e execução do projeto de museu (FIOCRUZ, 2009).

Em reunião realizada na Casa de Oswaldo Cruz, no dia 19 de setembro de 2008, foi apontada a necessidade de constituição de um corpo técnico para implementar o projeto, ou seja, uma equipe de profissionais capacitados para execução e continuidade das ações propostas no Acordo de Cooperação. Como estava em andamento um concurso público para provimento de vagas no IEC, foram elaborados perfis para contemplar o futuro Museu. Pela primeira vez, em 2010, ocorreu o primeiro concurso público para provimento de vagas no IEC. E já nesse primeiro concurso quatro vagas foram destinadas à composição de uma equipe técnica para o então museu: um museólogo, um historiador e dois técnicos de museu, destinados a cargos de nível médio.

Assim, em 2013, com a chegada da equipe³² viabilizada pela aprovação no referido concurso público, foi retomado o processo de implantação física e legal do Museu. Para a elaboração da proposta tomou-se por base parte da documentação levantada e gerada durante o trabalho da Comissão de 2004. A partir desses documentos e com entrevistas realizadas com funcionários do IEC em atividade foi elaborada uma nova missão para o Museu: “O Museu do Instituto Evandro Chagas tem por finalidade a ampliação do acesso da sociedade ao conhecimento por meio da pesquisa, preservação e

³² A equipe do Museu do Instituto Evandro Chagas, desde 2013, conta com a participação de Giselle Santos Silva, museóloga; Claudia Santos, historiadora; Clarissa Almeida Santos, cientista social; e Francisco Soares Chagas Neto, turismólogo.

divulgação do acervo e da memória da saúde pública na Região Amazônica brasileira, especialmente a ação do Instituto Evandro Chagas” que aparece no Plano Museológico plurianual. Baseado também nas discussões registradas nas atas, optou-se por denominar a instituição de Museu do Instituto Evandro Chagas - MEV.

A identidade do museu está relacionada à valorização da memória da saúde pública na Região Norte e, principalmente, das ações prestadas pelo IEC. Desde a formação da Comissão de 2004, foi consenso a ideia de que o museu deveria ter como sede o *campus* Belém, ocupando a edificação na qual o Instituto iniciou suas atividades. Situada na av. Almirante Barroso, principal via de acesso a cidade de Belém, atualmente poucas atividades são realizadas nesse campus e dentro da edificação não é diferente: está sendo desativada, aos poucos, para dar lugar ao Museu do Instituto Evandro Chagas.

Entre os anos de 2013 e 2016 o MEV pertencia ao CEDIM – Centro de Documentação, Informação e Memória, que em sua estrutura comportava o Arquivo, a Biblioteca e o Museu. Após a extinção do CEDIM, o Museu passou a responder diretamente à Diretoria do Instituto Evandro Chagas.

Além do acervo museológico, o IEC possui um patrimônio arquitetônico, no *campus* Belém, representado por uma edificação, ou como os servidores do IEC costumam se referir, um “casarão”, na qual se instalou o Instituto ainda com o nome de IPEN. Ainda com valor de uso, funciona neste espaço o Curso Técnico de Laboratorista, que há mais de 50 anos ocupa o espaço. Além disso, desde 2016 a equipe técnica do Museu também compartilha o espaço, utilizando uma sala no primeiro andar para as atividades administrativas, e outra, já no segundo andar, para a guarda do acervo museológico. Em 2015 houve a tentativa de elaboração de um projeto de restauração do espaço e adequação ao novo uso, uma vez que este encontra-se com o seu estado de conservação comprometido, mas o projeto não foi efetivado. Além do casarão, o espaço conta com outras edificações arquitetônicas que foram construídas ao longo do tempo a fim de abrigar a expansão dos setores e seções do IEC.



Figura 04: Casarão localizado em Belém e futura sede do MEV. Fonte: Instituto Evandro Chagas, 2016

Quanto às proteções legais do patrimônio, o *campus* Belém não possui edificação tombada. Já houve uma solicitação de tombamento no IPHAN. A solicitação foi requerida pelos próprios servidores do IEC, na época da comissão instaurada para implementação do museu no início dos anos 2000, mas o processo não foi à frente.

A relação de “ressonância” (GONÇALVES, 2007, p.19) do casarão com a comunidade científica é tamanha que se tornou o símbolo institucional: a logomarca do Instituto traz a imagem do prédio. Até mesmo para a comemoração dos 80 anos do Instituto foi elaborado um selo comemorativo. E novamente a imagem do casarão foi mantida. Em ambos os casos as propostas que foram bem aceitas pela comunidade do IEC tinham o casarão como imagem principal, sendo descartadas as outras sugestões que não apresentavam o casarão. Ao se criar a logo do museu também se focou no casarão, mas dessa vez concentrando em um de seus elementos decorativos existente na arquitetura: o motivo do ladrilho hidráulico presente na entrada do espaço.



Figura 05: Logomarca do IEC. Fonte: Instituto Evandro Chagas



Figura 06: Logomarca do Museu do Instituto Evandro Chagas. Fonte: Instituto Evandro Chagas / Museu do Instituto Evandro Chagas

Destacamos aqui que o MEV não contempla a preservação do acervo do Centro Nacional de Primatas. Como dito anteriormente, o CENP desde 2010 faz parte do IEC, mas ao se conceber a ideia de um museu para o Instituto Evandro Chagas entendeu-se que o CENP possui uma história e acervos próprios que deveriam ser salvaguardados em um espaço museal na localidade em que o centro está inserido, com um projeto museográfico e museológico próprios, que contemplem a identidade do CENP. Essa ideia é fortalecida pelo fato de que o CENP já manteve um museu aberto à visitação, que atualmente encontra-se desativado, no qual havia exposição de espécimes vivos e taxidermizados, assim como uma exposição com textos e fotografias contando a história institucional do CENP e seus trabalhos de campo ao longo do tempo, destacando fatos e figuras importantes que já passaram pela instituição.

3.3 O ACERVO MUSEOLÓGICO DO MEV

Com mais de 80 anos de existência, o Instituto Evandro Chagas – IEC - acumulou durante esse período diversos instrumentos, documentos, fotografias que intencionados como tal tornam-se fontes de informação que revelam a história da instituição e da saúde pública na Região Norte, sobretudo no estado do Pará. Com a configuração atual dos setores e serviços do IEC, os diversos tipos de acervos estão salvaguardados de acordo com sua tipologia: o acervo arquivístico está sob a guarda do Arquivo; o acervo bibliográfico, com a Biblioteca; e por fim o acervo museológico, com o Museu.

O acervo que compõe o MEV é formado por equipamentos e instrumentos utilizados nas dependências do IEC e em trabalhos de campo ao longo dos anos, assim como de seus cientistas, pesquisadores e técnicos de laboratórios e seções. Embora não haja uma política de acervos vigente, definimos, apoiados na política de acervos do MAST, que o MEV adquire objetos de qualquer tipologia, sem restrições de material, suporte ou data, tendo prioridade os objetos científicos, os pedagógicos e de divulgação e os documentos textuais, iconográficos e audiovisuais que acompanham os objetos³³.

Como vimos anteriormente, a ideia de se criar um museu embora já estivesse em seu documento de criação, somente ao longo dos anos 2000 que foram postas em práticas ações para sua efetivação. Durante esse período, parte do “potencial acervo” se perdeu, pois, não houve mobilização institucional que visasse a coleta, guarda ou, nos termos técnicos, alguma iniciativa de proteção à produção material da ciência.

O caso mais famoso é o microscópio do pesquisador Evandro Chagas. Na ata da segunda reunião da Comissão de Implantação do "Museu Evandro Chagas" realizada em 11 de maio de 2005, o então diretor do IEC apresentou dois microscópios, que, segundo ele, teriam sido utilizados por Evandro Chagas em sua passagem pelo Pará. O então presidente da Comissão, lembrou da existência de um terceiro, também atribuído ao Evandro Chagas, que ficava sob a guarda do então diretor administrativo. O diretor do Instituto recomendou que fosse realizado um contato com o diretor administrativo para saber o paradeiro deste outro microscópio. Em uma terceira reunião, realizada em 22 de junho do mesmo ano, foi informado que o diretor administrativo desconhecia tal fato. E até o presente momento não sabemos ao certo o paradeiro nem mesmo a real existência de um desses três microscópios pertencentes a Evandro Chagas.

Aos objetos que permaneceram até a atualidade, destacamos a participação de servidores do IEC, por iniciativa própria, que guardaram alguns desses objetos pelos mais variados motivos: seja por terem uma relação pessoal com este, seja por ser o único exemplar na instituição, ou ainda por ter sido a primeira tecnologia que chegou ao Instituto.

O acervo que atualmente passa pelo processamento técnico conta com cerca de 800 peças. Dentre estas destacam-se uma coleção de microscópios, vidrarias,

³³ Os critérios de coleta tiveram como base a Política de Aquisição e Descarte de Acervos do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) de 2011. Disponível em <http://www.mast.br/images/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf> Acesso em 20 jan 2019

equipamentos de uso nos laboratórios como balanças, medidores de pH. Há ainda algumas armadilhas que eram confeccionadas pelos próprios funcionários para serem utilizadas nos trabalhos de campo ou o mobiliário que foi usado nas dependências do Instituto.



Figura 07: Pipeta MEV 0160. Fonte MEV; 2017



Figura 08: Alça de inoculação MEV 0734. Fonte: MEV; 2017



Figura 09: Máscara MEV 0806. Fonte: MEV; 2017



Figura 10: Estojo de instrumentos MEV 0810
Fonte: MEV; 2017

A coleção que está sendo musealizada tem por objetivo expor a história e valorizar a memória em saúde pública da Amazônia, por meio da preservação do acervo do Instituto Evandro Chagas. Com a preservação desse patrimônio, intenciona-se ajudar a comunidade entender a criação, o estabelecimento e as transformações do Instituto Evandro Chagas e das práticas em saúde pública, ambiental e biomédica na região da Amazônia Legal. O acervo denota a relação do desenvolvimento da ciência e da pesquisa no Instituto, refletindo o seu contexto histórico e as suas especificidades, de acordo com os avanços tecnológicos.

Como citado anteriormente, a coleção museológica ocupa o segundo andar do Casarão. Neste local, a coleção não se encontra em um espaço adequado de guarda, seguro, pensado na sua conservação com monitoramento e controle dos índices de

umidade e temperatura. Alguns materiais mais frágeis, como as pinturas³⁴, estão alocados no espaço do Arquivo, o qual possui ao menos o monitoramento dos índices de temperatura e umidade com a utilização de termohigrômetros, e o controle com a utilização de ar condicionado e desumidificadores.

Considerando o entendimento pelo IBRAM do que seriam os bens culturais de caráter museológico³⁵ e as recomendações do campo museal para o entendimento e organização de uma coleção museológica, podemos afirmar que a formação de uma coleção museológica para o Instituto Evandro Chagas se dá com o início dos trabalhos da equipe advinda do concurso em 2013, pois a partir desse momento que se aplicam as técnicas e procedimentos da Museologia para se formar, organizar e manter uma coleção museológica.

Para a coleta dos objetos que passaram a integrar a coleção do MEV foram traçados quatro eixos principais, listados na ordem cronológica em que foram executados: 1) montante de objetos depositados em uma sala do casarão, coletados pelos próprios pesquisadores e pela 1ª Comissão de criação do Museu; 2) visita às seções científicas do IEC; 3) coleta no galpão de inservíveis; e 4) coleta na sala de pesquisadores aposentados ou falecidos.

A primeira investida na formação de um acervo se deu no âmbito da Comissão de Implantação do "Museu Evandro Chagas". Ao todo foram realizadas oito reuniões, entre abril e dezembro de 2005, documentadas por meio de atas, nas quais foram discutidas formas para se coletar objetos e informações para a implantação do Museu. Quanto às questões relativas a formação do acervo, foi sugerido que se fizesse um levantamento do acervo que iria compor o museu. Nestas reuniões foram levantadas algumas questões, sendo que uma delas é extremamente relevante e impacta até hoje no trabalho realizado pela atual equipe do MEV: parte dos documentos institucionais não está em posse do IEC. Foi registrado nessas reuniões que um número expressivo de

³⁴ Essas pinturas são aquarelas produzidas pelo Dr. Ralph Lainson, nas quais o pesquisador representa as estruturas morfológicas dos espécimes estudados.

³⁵ Conforme inciso I, art. 3º, da Resolução Normativa nº 02, de 29 de agosto de 2014, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), os bens culturais de caráter museológico são os que “ao serem incorporados aos museus perderam as suas funções originais e ganharam outros valores simbólicos, artísticos, históricos e/ou culturais, passando a corresponder ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação de um museu.”

documentos institucionais foi incinerado, enquanto alguns documentos estão em outras instituições sediadas no Rio de Janeiro e em Brasília³⁶.

Outro fato a ser destacado é a participação nessas reuniões da comunidade científica, formada tanto pelos atuais servidores como também ex-servidores. Assinalando, assim, a atuação desses servidores como protagonistas do processo de identificação de peças para o acervo, assim como também na realização de doações. Ainda nessas reuniões foram citadas metodologias para a coleta desses objetos por meio de um inventário e, também, a contratação de profissionais para a execução de tal tarefa.

A equipe, já empossada pelo concurso público em maio de 2013, ao assumir os trabalhos de implantação do MEV, recebeu uma das salas do segundo andar do Casarão cheia de instrumentos científicos. Nos foi relatado que parte desses itens seriam os objetos coletados por essa Comissão descrita no parágrafo anterior. Nesta sala, os objetos se encontravam amontoados, sem nenhuma identificação e organização aparente. A partir da coleta de testemunhos realizada com alguns dos servidores que participaram do processo e análise das atas, foi possível identificar a procedência de cada peça. Também nesse período inicial nos foi entregue uma pasta com alguns documentos relativos a transferência ou doação dessas peças ao Museu, documento este que seria um protótipo de uma ficha de aquisição de acervo. Esses documentos iniciais além de elucidarem questões institucionais da própria história de formação do acervo, fornecem, também, informações correspondentes a biografia (KOPYTOFF, 2008) desses objetos, e por conseguinte, a comporem as suas fichas catalográficas.

Após a primeira identificação dessas peças para o inventário, passamos para uma segunda etapa de coleta, que foi realizada nas seções científicas do IEC. O primeiro passo foi a emissão de um memorando autorizando nossa entrada nas seções científicas. Nesse primeiro momento contatávamos cada chefe das seções a fim de definirmos a pessoa que iria nos acompanhar nesse trabalho. O segundo passo era a realização de uma reunião na qual explicávamos o objetivo do nosso trabalho com o intuito de conscientizar os servidores para a importância da preservação do patrimônio cultural de C&T. Quem nos recebia nas seções, geralmente o chefe responsável pela seção, nos explicava o funcionamento da seção, seu objetivo e nos indicava se existia, aos seus cuidados, algum objeto que fosse representativo para a história do IEC. Mas na maior

³⁶ A instituição do Rio de Janeiro seria a Fiocruz, já a instituição de Brasília seria o Museu da Funasa.

parte das seções nos foi informado que os objetos representativos da seção já haviam sido doados a primeira Comissão do Museu, no início dos anos 2000. Alguns relataram ainda que muitos dos objetos doados se perderam, o que gerou certa hesitação em relação ao nosso trabalho, pois além de sermos recém-chegados na instituição, havia esse medo da perda, do descaso³⁷.

Quando havia algum objeto a ser incorporado ao acervo do Museu um outro contato era realizado para transferir a sua guarda ao Museu. Para exemplificar podemos citar o caso da seção de Arbovirologia. Após a reunião, neste caso não com o chefe de seção, mas com parte dos pesquisadores e técnicos, a equipe do setor entrou em contato conosco com uma listagem de material utilizado na seção que poderia ser integrado ao acervo museológico. Mais de 90 itens foram doados³⁸. Como grande parte era de insumos, só houve a necessidade de um memorando da seção doando os objetos ao Museu. Já com a seção de Meio Ambiente o caso foi um pouco diferente: os itens doados tinham número de patrimônio que estava sob a posse da seção. Nesse processo um outro setor do Instituto era acionado: o Setor de Material e Patrimônio – SOMAT, pois a transferência do item para o Museu deveria ocorrer também pelo SOMAT, uma vez que o número de patrimônio deveria estar relacionado com a localização no Museu.

Ao serem descartados, porque estão tecnologicamente obsoletos ou quebrados, os equipamentos recebem "baixa" do SOMAT e passam a integrar a lista dos equipamentos a serem alienados e são depositados no galpão de objetos inservíveis. A coleta de objetos no galpão dos inservíveis se deu de forma abrupta, uma vez que fomos avisados pelo então responsável na época com o aviso de que o galpão estava sendo esvaziado. Em dois dias fizemos a seleção de algumas peças. Tivemos ajuda do senhor Cícero³⁹, que era o responsável pelo galpão, e do auxiliar de serviços gerais, Damião Gaia⁴⁰, que conhecia boa parte dos instrumentos. Cada item “resgatado” do galpão teve sua “localização” redirecionada do SOMAT para o setor do Museu.

³⁷ Este fato gerou campanhas institucionais como a “Revelando um passado” na qual conscientizávamos os servidores sobre a importância da doação de documentos, em seus diversos suportes, a serem musealizados. Além dessa iniciativa, contamos com uma exposição institucional, em exibição nos corredores do *campus* Ananindeua, destacando fatos ocorridos no IEC durante seus 80 anos.

³⁸ Neste caso foram doadas cerca de 1500 pipetas que não foram contabilizadas e apenas 04 foram incorporadas ao acervo.

³⁹ Cícero Alves da Silva é servidor público, no cargo de assistente administrativo, e atua no Instituto Evandro Chagas desde 1985.

⁴⁰ Damião Gaia é funcionário terceirizado, na função de auxiliar de serviços gerais, e atua no Instituto Evandro Chagas há oito anos auxiliando o SOMAT.



Figura 11: Galpão de inservíveis. Fonte: MEV; 2014



Figura 12: Microscópios no galpão de inservíveis. Fonte: MEV; 2014

A partir de então uma parceria com o SOMAT foi realizada. Quando uma seção científica se desfaz da posse de algum equipamento e aciona o setor, este entra em contato com a equipe do Museu para saber se há interesse de inserir este equipamento na coleção museológica. Caso tenha interesse que o objeto seja musealizado, o SOMAT passa a localização e posse do equipamento para o Museu, não sendo desta forma alienado. Na Divisão de Registros e Controle Patrimonial é possível recuperar o registro de cada equipamento pertencente ao Instituto. Por meio do "relatório geral de bens" temos acesso as seguintes informações: número de patrimônio, descrição (nome, marca e modelo), data de aquisição, valor e situação física. Essas informações podemos dizer que são referentes ao período anterior à musealização do objeto, ou seja enquanto objeto de utilidade para os laboratórios no desenvolvimento das pesquisas científicas, o que nos auxilia na identificação do objeto e na construção de sua biografia.

Dessa forma atentamos para o fato de que por convenção do IEC, o objeto musealizado que possuiu em algum momento de sua “vida” um número de patrimônio institucional, este precisa manter esse número “ativo”, pois o setor do SOMAT precisa ter o controle de todos os instrumentos em “uso” no Instituto, e esse relatório, descrito no parágrafo anterior, apenas o SOMAT tem permissão de gerá-lo. Quando musealizado, além desse número de patrimônio, o objeto passa a receber o número de registro enquanto peça do museu. Por mais que a literatura da área mantenha o posicionamento de que uma vez musealizado o objeto só possua o número de registro

do museu, por questões institucionais decidimos manter os dois números, sendo um para o controle da equipe do museu e outro para a instituição.

Outra forma de incorporação de peças no acervo se deu pelo falecimento e aposentadoria de alguns pesquisadores. Com a aposentadoria do pesquisador José Maria de Souza, especialista no estudo da malária, em 2013 a sua sala foi esvaziada e o pesquisador nos auxiliou no processo de coleta de material. Foram transferidos muitos materiais de pesquisa e tratamento em malária, assim como materiais terapêuticos de uso na acupuntura, técnica na qual o pesquisador se dedicara nos últimos anos de sua carreira. Outro caso a se destacar é o falecimento do Dr. Ralph Lainson⁴¹, pesquisador britânico que iniciou seus trabalhos no IEC na época de um convênio com a Wellcome Trust durante a década de 1950. Sua família doou boa parte de seu acervo ao IEC. Foram transferidos ao Museu instrumentos e equipamentos de seu laboratório, alguns instrumentos utilizados em pesquisas de campo como luminárias e equipamentos de fotografia, além de peças de uso pessoal utilizadas nas suas pinturas que exemplificavam os esquemas do vírus da leishmaniose.

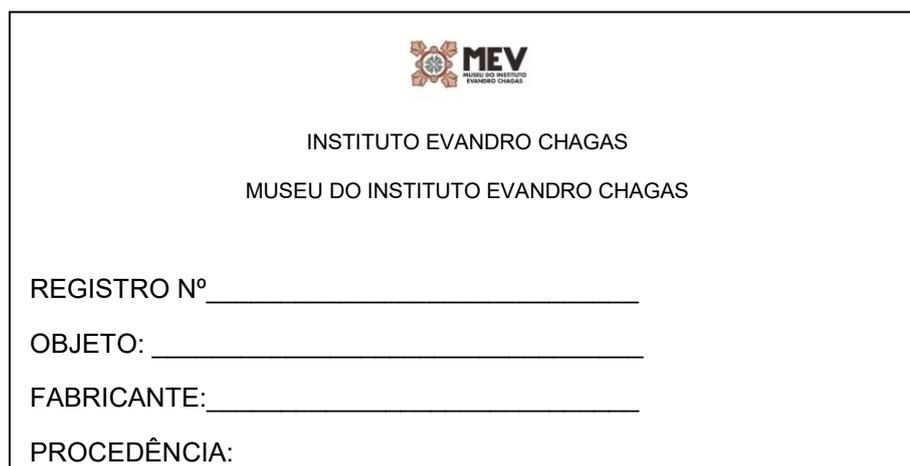
Como podemos observar, a formação do acervo museológico se dá com a participação dos funcionários do próprio Instituto. A primeira coleta de materiais ocorre justamente a partir de uma comissão com os servidores mais antigos em atividade naquele momento. Com a chegada de servidores concursados nas áreas de Museologia e História, essa aquisição de novos itens se dá com a atuação de servidores, ainda em atividade, que tinham o interesse em participar do processo.

3.3.2 A documentação museológica do MEV

A produção da documentação museológica do MEV nasceu de forma concomitante a formação de seu acervo: com o inventário e identificação de um conjunto de objetos alocados em uma sala.

⁴¹ O parasitologista britânico Dr. Ralph Lainson (1927-2015) dedicou-se por mais de 50 anos ao estudo de infecções parasitárias na Amazônia brasileira. Sua pesquisa sobre a taxonomia e a ecoepidemiologia das leishmanias e leishmanioses do Novo Mundo projetaram-no definitivamente ao cenário científico mundial. (SILVEIRA, Fernando Tobias. Obituário: Professor Ralph Lainson. **Rev Pan-Amaz Saude**, Ananindeua, v. 6, n. 2, p. 89-90, jun. 2015. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232015000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 set. 2019.)

O primeiro documento a ser elaborado e utilizado foi o inventário⁴². Para cada peça atribuímos a sigla MEV seguida de uma numeração sequencial, o nome do objeto, o fabricante e, quando possível a identificação imediata⁴³, a data de fabricação do objeto. As peças recebiam ainda uma etiqueta, reversível, contendo parte dessas informações, uma maneira de facilitar a sua identificação. Além disso, foram feitas fotografias iniciais de cada peça. As fotografias foram realizadas sem nenhuma especificação técnica, pois além de falta de recursos, estas seriam para um controle inicial do que se tinha coletado até o momento. Essas informações e a fotografia foram repassadas para a planilha de inventário. No nosso entendimento, essas peças que estavam alocadas no Casarão passaram a ter sua aquisição classificada como “transferência”.




MEV
 MUSEU DO INSTITUTO
 EVANDRO CHAGAS

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS
 MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

REGISTRO Nº _____

OBJETO: _____

FABRICANTE: _____

PROCEDÊNCIA: _____

Figura 13: Etiqueta de identificação afixada em cada objeto. Fonte: MEV/IEC

Como relatado, as fotografias não tinham uma padronização, sendo necessário apenas que a partir das imagens fosse possível visualizar o objeto. Em um segundo momento as fotografias passaram a ser realizadas com uma câmera profissional (emprestada pela assessoria de comunicação do IEC) e com dois tipos de lente sendo uma de 50mm e outra de 34mm – 220mm. Essas fotografias contaram ainda com um fundo branco e iluminação artificial de apoio, sendo utilizadas duas lâmpadas de 60w. Conforme apresentado no manual “Como gerir um museu” a fotografia não deve se

⁴² Neste caso de estudo inventário ou arrolamento é entendido como a contagem geral do acervo. No manual “Como gerir um museu”, inventário é definido como uma “lista detalhada, conferida fisicamente, dos objectos nas propriedades do museu” (BOYLAN, 2004, p.226)

⁴³ Quando a identificação não for imediata, assim que se obter a informação, o dado é preenchido.

limitar ao “registro visual do objeto”, mas ajudar na investigação, educação e recuperação do objeto, assim como documentar o seu estado de conservação no momento do registro, dessa forma defende que a fotografia deve fazer parte do procedimento de aquisição (BOYLAN, 2004, p.28). O arquivo digital de cada fotografia recebe o número de inventário de cada peça.

Outro documento que criamos e readaptamos, em parceria com o setor de Arquivo, o foram os termos de doação. Com o falecimento ou aposentadoria dos pesquisadores e a posterior aquisição pelo MEV de parte de seus pertences, nos vimos diante de um dilema: todos os objetos presentes nas salas dos pesquisadores são oriundos ou resultantes apenas de processos institucionais? Ou em meio aquele montante havia o privado? Observamos que ambos estavam presentes nas suas salas. Por conta disso, no caso dos pesquisadores José Maria de Souza e Ralph Lainsou, adotamos o seguinte procedimento: o que havia número de patrimônio entendemos como institucional e seguimos o protocolo o IEC de transferência via setor de patrimônio. O que consideramos pessoal, utilizamos o termo de doação para se obter a posse legal dos itens.

No momento da coleta ou doação de peças realizadas diretamente pelo servidor que a utilizou seguimos uma lista de perguntas que podem elucidar algumas questões sobre o objeto, tais como: esse objeto faz parte de um conjunto? Você tem alguma fotografia do objeto sendo usado? Você tem alguma fotografia relacionada com o objeto? Você tem algum documento relacionado ao objeto (cartas, plantas, comprovantes, instruções)? A partir das repostas, outras perguntas podem surgir. Procuramos com essas perguntas traçar a trajetória desse objeto dentro do IEC e sua relação com o seu usuário. A metodologia se mostrou eficaz em doações com poucos itens e quando a equipe do MEV tinha tempo hábil para a coleta dessas informações, assim como quando o doador tinha disponibilidade para responder as questões⁴⁴.

Para a catalogação⁴⁵ dos objetos se fez necessária a criação de uma ficha catalográfica específica para o novo acervo. Essa ficha foi criada a partir de experiências anteriores obtidas a partir do trabalho de um dos autores com a produção da documentação museológica de outra tipologia de acervo de C&T. Nessa experiência

⁴⁴ Em alguns casos, essas informações eram repassadas até mesmo por email.

⁴⁵ Catalogação aqui é entendida como a sistematização e o registro das informações dos objetos museológicos. Este registro se dá por meio de uma ferramenta denominada ficha catalográfica.

anterior foi percebida que a tipologia de acervo requer certas especificidades que muitas das vezes não são abordados nos cursos de Museologia, no qual privilegiam-se estudos para acervos ditos “artísticos” e “históricos”, além disso, como salientamos no capítulo anterior, não há grande disponibilidade de estudos na área de documentação museológica para acervos de C&T. Para a elaboração da ficha catalográfica nos baseamos, ainda, nas fichas catalográficas do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST – e do *Museum of Health Care at Kingston*, além dos campos recomendados pela publicação do ICOM “Como gerir um museu”, assim como manuais e referências teóricas já citadas no capítulo anterior.

Atentamos para o fato de que com a musealização das peças e sistematização das informações na ficha catalográfica, cada objeto passa a ter dois números e duas fichas de identificação: um registro referente ao Instituto Evandro Chagas, sob a posse do Setor de Patrimônio (subordinada a administração geral do IEC) e outro para o controle do Museu do Instituto Evandro Chagas. Ressaltamos ainda que na própria ficha catalográfica do MEV há um campo para o registro da numeração do setor de patrimônio.

As informações da ficha catalográfica do MEV são distribuídas em cinco níveis: 1. identificação do objeto na coleção; 2. detalhes de fabricação; 3. descrição do objeto; 4. procedência; e 5. outras informações. Segundo Santos e Granato:

Ao tratar cada objeto de uma forma individualizada, a documentação museológica exige que os objetos sejam identificados e descritos da forma mais abrangente possível, o que significa a descrição dos pormenores físicos (formato, cor, peso, etc.), a identificação da procedência/proveniência, do estado de conservação, assim como dos tratamentos e intervenções por que passa o objeto. (SANTOS; GRANATO, 2015, p.163)

Para o campo referente a data de aquisição, as peças que já estavam reunidas antes da “criação” do MEV receberam como data de aquisição a data de “criação” do MEV, 2013, sendo mantidas as fichas de aquisição e quaisquer outros documentos recolhidos pela Comissão na ocasião de coleta. Os dados obtidos por esses primeiros documentos também são registrados na ficha catalográfica em campo correspondente.

Um trabalho a parte dentro da ficha de catalogação são as categorias do acervo. A princípio foi pensado na adoção do modelo classificatório proposto pela museóloga portuguesa Sonia Faria (2009). Mas ao se analisar as categorias propostas, notamos a impossibilidade de adota-lo na íntegra, já que as categorias propostas estão baseadas

somente nas áreas da Medicina. E como vimos anteriormente, o acervo do IEC engloba diversas características como o trabalho de laboratório, as pesquisas de campo, além de envolver diversas disciplinas das ciências da saúde.

Santos (2008) problematiza os critérios de classificação de um acervo, que podem ser baseados tanto na função original ou no uso do objeto. A partir dessa problemática levantada, tomamos por decisão manter a classificação a partir da função original do objeto, pois segundo Chenhall este seria o ponto comum presente a qualquer tipo de artefato (CHENHALL apud Ferrez; Bianchini, 1987, p.22). Entendemos que seu uso define sua especificidade, privilegiando a sua individualidade. Mas entendemos que cada objeto ao ser incorporado a uma coleção também passa a representar um todo. Dessa forma, a ficha catalográfica apresenta campos, como por exemplo qual a seção científica a que o objeto está relacionado, que traz a possibilidade de montarem outras classificações do acervo, neste exemplo por seção científica, o que gera outros índices de busca e classificação, facilitando sempre a posterior recuperação da informação.

Como referência utilizamos o trabalho desenvolvido no *Museum of Health Care at Kingston* em Ontario, Canadá, no qual a classificação do acervo museológico se dá pela função original, baseando seus critérios no próprio trabalho do Chenhall e no *MeSH – Medical Subject Heading* criado pela *US National Library of Medicine*. Seguindo esse referencial teórico, para a definição de termos em língua portuguesa utilizamos o vocabulário estruturado trilingue “DeCS - Descritores em Ciências da Saúde da BVS”⁴⁶. A escolha da utilização do DeCS se deve ao fato deste ter sido desenvolvido a partir do MeSH, com o intuito de desenvolver uma terminologia única, trilingue, e uma rede semântica em saúde, *UMLS - Unified Medical Language System* da NLM. E além dos termos médicos presentes no MeSH, o DeCS comporta ainda os termos das áreas específicas de saúde pública, homeopatia, ciência e saúde, e vigilância sanitária, áreas que abarcam a missão do próprio Instituto Evandro Chagas.

Baseando-se na metodologia empregada por Ferrez e Bianchini no “Thesaurus para acervos museológicos” (FERREZ; BIANCHINI, 1997), a classificação do acervo museológico seguiu as seguintes diretrizes: 1) identificação do objeto; 2) nomeação do objeto; e por último 3) atribuição da função principal do objeto. Reiteramos que a

⁴⁶ Os Descritores em Ciências da Saúde DeCS estão disponíveis em <http://decs.bvs.br/> Acesso em 31 jan 2018

nomeação do objeto segue a terminologia adotada nos “DeCS”, mas que quando há outro nome dado ao objeto, este termo também é registrado na ficha em um campo correspondente.

Na ficha catalográfica há um campo destinado ao estado de conservação do acervo, mas como entendemos não ser suficiente, adotamos uma ficha de conservação⁴⁷. A ficha de conservação recebe o mesmo número do objeto e acompanha a documentação museológica de cada peça. Dessa forma o registro dos tratamentos e intervenções por que passa o objeto musealizado além de possibilitar a identificação e catalogação do objeto, também se torna fonte de estudo e pesquisa das técnicas empregadas. Quanto a isso, Santos e Granato salientam que

A importância dos registros das atividades de conservação obriga os conservadores a examinar e conhecer os objetos em detalhe, minimizando os riscos nas intervenções, e a disponibilizar o registro das intervenções para outros estudiosos. Além disso, evitaria o manuseio desnecessário dos objetos, permitiria o acompanhamento das mudanças no estado de conservação do objeto e seria um exemplo valioso para tratamento de outros objetos semelhantes. (SANTOS; GRANATO, 2015, p.163 e 164)

Ressaltamos aqui que a ficha de conservação é entendida como parte integrante da documentação museológica do acervo, uma vez que cada ficha de conservação armazena informações de um item do acervo, assim como a ficha catalográfica, mas contendo a especificidade de apenas armazenar dados referente a conservação detalhada de cada item.

Outro aspecto que merece ser mencionada é o armazenamento e segurança da documentação museológica. No caso do MEV, não possuímos uma base de dados informatizada para a inserção das informações. Trabalhamos com formulários em plataforma *excel* e *word* que são salvos no disco rígido interno dos computadores utilizados na rotina de trabalho da equipe, em um disco rígido externo e no disco virtual, também conhecido como “nuvem”, do IEC. Além disso, é realizada a impressão dos formulários para a manutenção de um arquivo da documentação museológica.

Destacamos ainda a importância dos manuais de instruções como fonte de pesquisa para a produção da documentação museológica. Quando pensamos em

⁴⁷ Embora a ficha de conservação tenha sido criada no mesmo período da ficha catalográfica, esta ainda não foi implantada. Embora faça parte da documentação museológica do MEV, sugerimos que na oportunidade da presença de um técnico para a análise e tratamento de conservação das peças, esta ficha seja reavaliada para posterior aplicação.

manuais para o auxílio na catalogação pensamos em instrumentos científicos dos séculos XX, XIX e adiante. Mas salientamos a importância não só dos manuais, mas também dos sites das empresas produtoras do objeto e de reportagens sobre o uso da tecnologia. Pois esses passam a embasar a catalogação, e também os critérios para aquisição de novos objetos a compor o acervo do museu. Pois são a base para o estudo e entendimento desses “novos” itens, assim como tornam-se documentos para a salvaguarda das informações dos objetos que representam a ciência e tecnologia contemporânea.

O trabalho até aqui descrito neste capítulo é fruto de seis anos de um projeto em equipe e a proposta apresentada e adotada pelo Museu do Instituto Evandro Chagas não é uma proposta definitiva, mas um dos diversos olhares a partir da Museologia para a compreensão dos objetos da saúde. Entendemos que além de ser uma prática indispensável na manutenção de qualquer museu, uma documentação museológica organizada nos possibilita um mundo de possibilidades para novas atividades e projetos. Por não entendermos como uma proposta definitiva, isso nos leva a revisar e repensar os modelos adotados, estando abertos a novos horizontes e perspectivas. Seguindo este ideal, apresentaremos no próximo, e último capítulo, o manual da documentação museológica adotada até então.

Capítulo 4 - Manual da documentação museológica do MEV

O presente capítulo é o Manual de Documentação Museológica do Instituto Evandro Chagas. O Manual foi criado a partir das bases teóricas e metodológicas apresentadas nesta dissertação, nos capítulos anteriores. É identificado com layout e formatação próprias, pois se apresenta como um produto independente a ser utilizado pela equipe do Museu do Instituto Evandro Chagas.

**Governo Federal
Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS
Instituto Evandro Chagas - IEC
Museu do Instituto Evandro Chagas - MEV**



MANUAL DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

BELÉM, 2019



Ficha Técnica:**Edição****Coordenação****Textos****Diagramação****Belém, 2019**

Sumário

I. Introdução	83
II. A Coleção do Museu do Instituto Evandro Chagas	84
III. A Documentação Museológica do MEV	85
1. Aquisição	86
1.1 Transferência entre setores	87
1.2 Termo de doação	87
2. Numeração/identificação do objeto	88
3. Inventário do objeto.....	88
4. Fotografia.....	88
5. Instruções para preenchimento da ficha de catalogação.....	89
6 Instruções para preenchimento da ficha de conservação	93
7 Instruções para armazenamento e segurança da documentação museológica	96
8 Referências	97
ANEXO A - Classificação dos Termos.....	98
ANEXO B – Modelo de Termo de Doação.....	100
ANEXO C – Modelo de Etiqueta de identificação dos Objetos.....	102
ANEXO D – Modelo de Inventário do Acervo Museológico.....	104
ANEXO E – Modelo de Ficha Catalográfica	106
ANEXO F – Modelo de Ficha de Conservação	113



I. Introdução

O Manual de Documentação Museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas – MEV - é fruto de seis anos de trabalho multidisciplinar, e reúne experiências e habilidades de museólogo, historiador, técnicos de museu e pesquisadores e técnicos, atuais e ex servidores do Instituto Evandro Chagas - IEC, representando a área da saúde.

Durante o período dedicado à análise de adequação metodológica e prática da documentação museológica de acordo com as especificidades de um museu de saúde, buscamos referências para o desenvolvimento do trabalho em torno da organização de acervos museológicos, e, conseqüentemente, notamos que há uma lacuna sobre publicações, manuais de referência ou até mesmo normativas específicas para gestão de coleções em acervos da saúde no Brasil. O Manual que ora se apresenta, visa ser lançado como uma ferramenta de auxílio à melhoria de padrões, neste caso da própria documentação museológica, por meio da disponibilização de orientações ou boas práticas. Além disso, o Manual é um instrumento de fácil aplicação metodológica.

O Manual contém um conjunto de princípios e procedimentos técnicos que serão adotados na elaboração da documentação museológica do acervo museológico do MEV. O objetivo deste documento é orientar e sistematizar as informações que serão preenchidas no inventário, nas etiquetas de cada peça e suas respectivas numerações, na ficha catalográfica, na ficha de conservação, no termo de doação e nas fotografias de cada item do acervo.

O Manual deverá ser revisto e atualizado sob a apreciação e aprovação do Conselho do MEV a cada cinco anos e sempre que for necessário.



II. A Coleção do Museu do Instituto Evandro Chagas

O Museu do Instituto Evandro Chagas - MEV tem por finalidade a ampliação do acesso da sociedade ao conhecimento por meio da pesquisa, preservação do patrimônio e divulgação da memória da saúde pública na região da Amazônia Legal, em especial o impacto social e ambiental das ações promovidas pelo Instituto Evandro Chagas - IEC.

Sendo assim, o acervo que compõe o MEV é formado por equipamentos e instrumentos utilizados nas dependências do IEC e em trabalhos de campo ao longo dos anos, assim como de seus cientistas, pesquisadores e técnicos de laboratórios e seções e, atualmente, conta com cerca de 800 itens. Dentre estes destacam-se uma coleção de microscópios, vidrarias, equipamentos de uso nos laboratórios como balanças, medidores de PH. Há ainda algumas armadilhas que eram confeccionadas pelos próprios funcionários para serem utilizadas nos trabalhos de campo ou o mobiliário que foi usado nas dependências do Instituto.

IMAGEM 1 – Parte do Acervo em Exposição Temporária



Legenda: Acervo museológico na exposição "IEC ontem e hoje: ciência e saúde na Amazônia". Fonte: MEV, 2016

A coleção tem por objetivo expor e valorizar a trajetória da saúde pública da Amazônia, por meio da preservação do acervo do IEC. Com a preservação desse patrimônio, intenciona-se ajudar a comunidade entender a criação, o estabelecimento e as transformações do IEC e das práticas em saúde pública, ambiental e biomédica na região da Amazônia Legal. O acervo denota a relação do desenvolvimento da ciência e da pesquisa no Instituto, refletindo o seu contexto histórico e as suas especificidades de acordo com os avanços tecnológicos.

III. A Documentação Museológica do MEV

Para fins do desenvolvimento do Manual de documentação museológica do MEV, decidiu-se por abordar a documentação museológica enquanto toda a produção documental⁴⁸ com o objetivo de registrar as informações, sejam estas intrínsecas e/ou extrínsecas, de cada objeto musealizado presente no acervo. Essas informações correspondem desde a produção do objeto, seu uso primário, passando pela sua incorporação à coleção do museu e sua movimentação enquanto objeto musealizado. Valorizando, também, o aspecto do objeto enquanto produto cultural do homem, remetendo aos seus conteúdos simbólicos, a fim de registrar os diversos significados atribuídos.

A documentação museológica teria como objetivo o acesso dessas informações por parte do usuário, para que o objeto não encerre seu ciclo enquanto fonte de pesquisa e informação apenas no ato de documentar, mas que este seja apenas o início da jornada do objeto musealizado, ou seja, que as informações já coletadas na fase de processamento técnico propiciem outras pesquisas, outros olhares e outras fontes.

No nosso entendimento a documentação museológica não deve ser limitada como o simples registro de dados físicos do objeto, mas sim que possa ser o documento, uma espécie de dossiê do objeto, que viabilize embasar ações de preservação-conservação e exibição desse objeto.

⁴⁸ A produção documental pode ser por meio do texto (palavra), imagem (estática ou em movimento) ou som.



Andrew Roberts na publicação “Como Gerir um Museu”, delimita o que corresponde na prática quais procedimentos e documentos produzidos fazem parte da documentação museológica e quais informações podem ser coletadas e registradas. Para o autor, dentre os procedimentos relativos à documentação museológica incluem-se a incorporação, numeração, etiquetagem ou marcação das peças, empréstimos, o controle do inventário, o controle da trânsito e da localização, a catalogação, relatórios sobre a conservação e as fotografias da peça (ROBERTS, 2004).

Neste Manual, incluímos os procedimentos e documentos que fazem parte, atualmente, da documentação museológica do MEV: termo de doação, numeração e identificação do objeto, inventário, fotografia, ficha de catalogação e ficha de conservação⁴⁹.

1. Aquisição

Atualmente não há um documento com o peso de uma política de acervos vigente para o MEV, apenas foram adotados alguns critérios para a aquisição das peças. Definimos que o MEV adquire objetos de qualquer tipologia, sem restrições de material, suporte ou data, tendo prioridade os objetos científicos, os pedagógicos e de divulgação e os documentos textuais, iconográficos e audiovisuais que acompanham os objetos. Além disso, esses objetos precisam ter sido utilizados nas dependências do IEC e em trabalhos de campo ao longo dos anos, assim como de seus cientistas, pesquisadores e técnicos de laboratórios e seções.

Com o falecimento ou aposentadoria dos pesquisadores e a posterior aquisição pelo MEV de parte de seus pertences, nos vimos diante de um dilema: todos os objetos presentes nas salas dos pesquisadores são oriundos ou resultantes apenas de processos institucionais? Ou em meio aquele montante havia o privado? Observamos que ambos estavam presentes. Por isso adotamos o seguinte procedimento: o que havia número de patrimônio, entendemos como institucional e seguimos o protocolo do IEC de transferência

⁴⁹ O termo de empréstimo não foi incluído no Manual, pois, atualmente, o MEV não oferece tal serviço.



via setor de patrimônio (SOMAT). O que consideramos pessoal, utilizamos o termo de doação para se obter a posse legal dos itens.

1.1 Transferência entre setores

Caso o objeto a ser incorporado à coleção tenha número de patrimônio, entrar em contato com o SOMAT e informar o número de patrimônio do item que passará a integrar o acervo museológico. O setor tomará as medidas necessárias para a transferência do objeto ao museu.

Para conferência anual do acervo, é aconselhável solicitar ao SOMAT o relatório do quantitativo de peças que possuem número de patrimônio institucional “ativo” e que estão localizadas no setor “museu”.

1.2 Termo de doação

Nos campos editáveis do documento deverão ser inseridos o nome completo, número de CPF. Caso o doador seja servidor do IEC, ao invés do CPF, incluir a matrícula SIAPE.

Inserir uma breve descrição do item a ser doado e, quando possível, a fotografia do objeto. Por exemplo.: *1. conjunto de 150 selos comemorativos; 2. 01 estetoscópio*

Será necessária a assinatura do doador, assim como do coordenador do museu e de duas testemunhas.

No momento da coleta ou doação, a fim de elucidar algumas questões sobre cada item, recomenda-se seguir as seguintes perguntas: esse objeto faz parte de um conjunto? Você tem alguma fotografia do objeto sendo usado? Você tem alguma fotografia relacionada com o objeto? Você tem algum documento relacionado ao objeto (cartas, plantas, comprovantes, instruções)? A lista de perguntas e suas respectivas respostas devem ser anexadas ao termo de doação de cada item ou, no caso de transferência de algum setor, inserir na lista de perguntas o número de registro do objeto para posterior localização.



2. Numeração/identificação do objeto

Cada objeto recebe a sigla MEV seguido de um número sequencial e único. Nesse caso o primeiro objeto recebe o número MEV 001, o segundo MEV 002 e assim por diante, independente da tipologia do acervo. Quando objeto é dividido em partes, acrescenta-se ao número geral um ponto e segue-se a numeração sequencial. Exemplo: *MEV 001.1*

Cada objeto recebe uma etiqueta reversível na qual deve ser preenchido o número de registro, o nome do objeto e nome do fabricante, artista ou artesão responsável pela sua produção, conforme anexo C.

Ao nomear o objeto, optar pela forma com que cada um é apresentado comercialmente e registrado na Seção de Patrimônio e Materiais. Para maior controle dos termos utilizados, verificar grafia e nomeação no objeto nos “Descritores em Ciências da Saúde DeCS”⁵⁰.

No caso de acervo em papel a marcação da numeração deve ser feita no verso com lápis HB2.

3. Inventário do objeto

O inventário é composto por um número único (ver item 2 deste manual), que corresponde ao número que identifica o objeto museológico no acervo. Através deste se tem acesso a sua documentação. Além do número, no inventário deverá ser registrado o nome do objeto, o fabricante, a procedência e uma fotografia.

4. Fotografia

Se possível, utilizar uma câmera profissional com lentes de 50mm e de 34mm – 220mm, em fundo branco com iluminação artificial de apoio (sugestão duas lâmpadas de 60w). O arquivo digital de cada fotografia deverá ser nomeado com o número de inventário de cada peça e deverá ser armazenado em um disco rígido externo e no disco virtual.

⁵⁰ Os Descritores em Ciências da Saúde DeCS estão disponíveis em <http://decs.bvs.br/> Acesso em 31 jan 2018



IMAGEM 2 – Modelo de Fotografia do Acervo



Legenda: Esfignomamômetro da coleção museológica do MEV. Fonte: MEV, 2015

5. Instruções para preenchimento da ficha de catalogação

O sistema de catalogação desenvolvido categoriza cinco níveis de informação, sendo este: 1. dados gerais (registro e classificação), 2. detalhes de fabricação, 3. descrição do objeto, 4. procedência e 5. outras informações.

5.1 Dados gerais

Nesse primeiro nível de informação são registrados os dados referentes ao registro e classificação da peça no acervo museológico.

Número de registro: inserir a mesma numeração correspondente ao objeto no inventário. Ver item 2 deste manual.

Outros números: números que remetam a peça, como por exemplo o número de patrimônio que é o código pelo qual o Serviço de Patrimônio e Material rastreia o objeto pelo IEC ou, ainda, o número de patente do equipamento.



Classe: função geral que o objeto possui, ver anexo A

Subclasse: classes funcionais mais precisas, ver anexo A

Nome do objeto: inserir o mesmo nome do objeto atribuído no inventário. Ver item 2 deste manual.

5.2 Detalhes de fabricação

Nesse segundo nível de informação são registrados os dados referentes a fabricação e ao fabricante do objeto.

Fabricante: inserir o nome do fabricante do objeto. Caso o nome do fabricante tenha mudado ao longo dos anos, a atualização deverá ser registrada no campo informações do fabricante.

Data de fabricação: inserir o ano em quatro dígitos (DD/MM/AAAA). Quando não for possível identificar a data com exatidão, colocar aproximado. Na impossibilidade de datar o período que a peça/objeto foi fabricada, sugere-se utilizar a informação do período de circulação do objeto no mercado (data relativa ao *copyright* do modelo).

País de fabricação: inserir o nome por extenso, sem abreviação. Quando estiver em outro idioma, traduzir para o português.

Estado: inserir o nome por extenso, sem abreviação. Quando estiver em outro idioma, traduzir para o português.

Cidade: inserir o nome por extenso, sem abreviação. Quando estiver em outro idioma, traduzir para o português.

Informações do fabricante: corresponde a qualquer outra observação acerca do fabricante que não se encontra em outro campo, como um breve histórico do fabricante, a sua contextualização, dentre outros.

5.3 Descrição do objeto

Nesse terceiro nível de informação são registrados os dados referentes à descrição física do objeto, as suas características básicas e o seu funcionamento.



Descrição física: esse campo corresponde à identificação e descrição de marcas, formas e estrutura, elementos decorativos, peças faltantes, cor. No caso de objetos compostos, registrar a composição e o número de partes. A descrição deverá ser redigida de modo claro e objetivo, seguindo a ordem do geral para o particular; de forma mais completa e rigorosa possível. A descrição deverá começar pelos aspectos gerais e, posteriormente, percorrer os planos do objeto, pela seguinte sequência: planos frontal, lateral esquerdo, lateral direito, superior, inferior e posterior.

Características básicas e funcionamento: registrar informações acerca do objeto para além da análise física, ou seja, aspectos que representam a tecnologia empregada assim como o seu funcionamento e formas de manejo.

Utilidade para o setor de origem: registrar o uso do objeto na seção de origem.

Altura: incluir o número seguido da unidade de medida, preferencialmente em centímetros (cm).

Largura: incluir o número seguido da unidade de medida, preferencialmente em centímetros (cm).

Diâmetro: incluir o número seguido da unidade de medida, preferencialmente em centímetros (cm).

Peso: incluir o número seguido da unidade de medida, preferencialmente em gramas (g).

Comprimento: incluir o número seguido da unidade de medida, preferencialmente em centímetros (cm).

Espessura: inserir o número seguido da unidade de medida, preferencialmente em centímetros (cm).

Material: incluir ao tipo de matéria que o objeto é formado.

Técnica: incluir a técnica utilizada para a fabricação do item.

Marca/inscrição: qualquer assinatura ou marca inscrita no objeto. Identificar a localização da marca/inscrição na peça, o suporte em que está gravada e a transcrição integral da mesma. A transcrição deverá incluir o texto integral da inscrição/marca exatamente como se encontra no objeto. Nos casos em que a inscrição/marca tenha mais do que uma linha, utilizar uma barra (/) indicando o final de cada uma.



Componentes perigosos: incluir o registro de alguma substância tóxica presente na peça.

Estado de conservação: O estado de conservação deverá ser registrado pela graduação bom, regular e ruim. Bom – peça sem problemas de conservação (materiais estabilizados), mas que pode apresentar alguma(s) lacuna(s) e/ou falha (s). Razoável – peça que apresenta lacuna(s) e/ou falha(s) e que necessita de intervenções de conservação e/ou restauro. Ruim – peça em que é urgente intervir. Os detalhes serão preenchidos, posteriormente, numa ficha de conservação.

5.4 Procedência

Nesse quarto nível de informação são registrados os dados referentes à data, modo de aquisição e seus documentos comprobatórios.

Data de aquisição: registrar a data que o objeto entra para a coleção do museu. A entrada deverá ser feita, quando possível, por DD/MM/AAA.

Modo de aquisição: marcar a alternativa que corresponde ao modo de aquisição da peça.

Compra; doação; transferência

Caso a aquisição tenha sido por meio de compra inserir o local da compra e o número referente à nota fiscal. Para doação, inserir o nome do doador e o número do termo de doação. No caso de transferência, inserir a instituição e o setor de origem.

5.5 Outras informações

Nesse quinto nível de informação são registrados os dados correlatos ao objeto.

Localização da peça: registrar o local atual em que está armazenado o objeto.

Pessoas correlatas: inserir o nome das pessoas que utilizaram, criaram ou que de alguma forma tenham relação com o objeto.

Locais correlatos: inserir locais relacionados ao item.



Eventos correlatos: inserir eventos que a peça tenha participado.

Publicações correlatas: inserir o título, conforme ABNT, dos catálogos de exposição, catálogo de venda, artigo, dentre outras publicações que cite a peça, seja de forma textual como através de imagem.

Observação: é um metadado amplo, que tem por função complementar a informação que não se encontra em outros campos registrados.

Referências: inserir as bases teóricas utilizadas para a inserção de dados sobre o objeto.

6 Instruções para preenchimento da ficha de conservação

Objeto: inserir o mesmo nome do objeto atribuído no inventário e na ficha catalográfica

Número de registro: inserir a mesma numeração correspondente ao objeto no inventário

Localização: inserir a localização atual do objeto: local de guarda (sala, armário, prateleira), ou de exposição (exposição, vitrine).

Número de partes: no caso de objetos compostos de mais de uma parte, quantificá-las. Ver campo “descrição física” da ficha catalográfica.

Tipo de fabricação: assinalar apenas uma opção: manufaturado ou industrializado

Condições gerais

Assinalar a alternativa correspondente a condição de conservação do objeto.

Aparentemente estável; dano notável; deterioração ativa notável; frágil

Materiais/processos

Assinalar as alternativas aplicáveis aos materiais componentes do objeto:

Animal; malha; fibras de plantas; madeira; cestaria; renda; impresso; polpa de madeira; lona; couro; borracha; lã; celulose; metal; concha; trançado; cerâmica; minerais; seda; bordado; amostra arqueológica; penas; papel; pedra; pele; pergaminho; sintético; vidro; fotografia; inseto; plástico; têxtil.



No caso do material presente no objeto não estiver listado na ficha, assinalar a alternativa “outros” e escrever qual o material.

Suporte atual, exposição e método de armazenamento

Descrever qual o atual suporte de exposição e guarda do objeto.

Reparos anteriores

Descrever qualquer reparo anterior por que tenha passado o objeto.

Condições de conservação

Assinalar os campos referentes as condições em que se encontra o objeto.

Abrasivos; descoloração; insetos; manchas; rótulos removidos; distorcido; rachaduras; poeirento; perda do brilho; falta de partes; rasgado; quebradiço; descamação; curvado; fissuras; manchas de mofo; deformação; lascado; odor; enrugado; mofado; amarelado; corroído; esgarçamento; furado; arranhados; cortado; incompleto; inconclusivo; excremento de insetos; inseto ativo; oxidado; outros

No caso das condições na qual o objeto se encontra não estiver listado na ficha, assinalar a alternativa “outros” e escrever qual a condição.

Resumo de condições/recomendações

Assinalar os campos referentes ao resumo de condições e as recomendações para o objeto.

Estabilizado; instável para exibição; requer tratamento; estabilizado para armazenamento; instável para viagem; realocar; estabilizado para exposição; estabilizar antes da viagem; transferir; estabilizado para viagem; inspeção regular; encapsular; deterioração ativa; melhorar armazenamento/ guarda; guarda em envelopes livres de ácidos; instável para armazenamento; melhorar exposição; outros:

No caso das condições e das recomendações para o objeto não estiverem listados na ficha, assinalar a alternativa “outros” e escrever quais são.



Recomendações para armazenamento

Descrever quais as recomendações para armazenamento do objeto, incluindo os materiais a serem utilizados na fabricação das embalagens de armazenamento.

Recomendações para higienização

Descrever as recomendações para a higienização do objeto, incluindo as técnicas a serem empregadas, a especificidade dos produtos químicos que podem ser utilizados e a periodicidade para a manutenção.

Condições para exposição

Marcar a alternativa “vitrine selada”, caso o objeto só puder ir à exposição em uma vitrine selada. Já na alternativa referente a exposição de luz, “lux”, preencher com a quantidade máxima de lux que a peça poderá ser exposta, sejam estes os limites de 50, 100 ou 150. Na alternativa “temp”, preencher o índice de temperatura, ou variação, a qual a peça poderá ser exposta. Na alternativa “UR”, preencher com o índice de umidade relativa do ar, ou variação, ao qual a peça poderá ser exposta. Na alternativa “tempo de exposição”, preencher o período, em meses, que a peça poderá ficar em exposição, ininterruptamente. Sendo esse período de 03, 06 ou 12 meses. Na alternativa “outros”, acrescentar qualquer outra condição que não se encontre contemplada / explicitada nas alternativas anteriores.

Imagens do processo

Denominar os arquivos de imagens coletados no processo de conservação, incluindo a localização de guarda desses arquivos digitais ou impressos.

Examinado por

Inserir o nome do profissional responsável pelo exame do objeto.

Data

Inserir a data, no formato DD/MM/AAAA, em que foi realizado o exame do objeto.



7 Instruções para armazenamento e segurança da documentação museológica

Como o MEV não possui uma base de dados informatizada para a inserção das informações, os formulários que fazem parte da documentação museológica deverão ser salvos no disco rígido interno dos computadores utilizados na rotina de trabalho da equipe, em um disco rígido externo e no disco virtual, também conhecido como “nuvem”, do IEC. Sempre que possível, manter um arquivo da documentação museológica com os formulários impressos, sendo a ordem de prioridade 1. inventário; 2. termo de doação; 3. ficha catalográfica e 4. ficha de conservação.



8 Referências

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **Cadernos de ensaios**, nº2. Estudos de Museologia. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994, p. 64-73.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro. Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos. 1987.

MUSEU DA SAÚDE. **Manual do Inventário do Património Museológico da Saúde**: Guia Prático. Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Portugal. 2012.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. v. 2 (Coleção Estudos Museológicos)

ROBERTS, Andrew. Inventário e documentação. In: BOYLAN. Patrick (Org.) **Como gerir um museu**: manual prático. Paris: ICOM, 2004. p. 33-54.





ANEXO A - Classificação dos Termos



COLEÇÃO	CLASSE
01. Instrumentos, aparelhos e equipamentos analíticos, diagnósticos e terapêuticos	01.1. Diagnóstico
	01.2. Orientação Terapêutica
	01.3. Cirurgia
02. Instrumentos, aparelhos e equipamentos de laboratório	02.1. Análise física, química e biológica
	02.2. Equipamento básico de laboratório
	02.3. Instrumental básico de laboratório
	02.4. Ensaio de propriedades físicas
	02.5. Ensaio de propriedades eletrônicas e elétricas
	02.6. Medição
03. Instrumentos, aparelhos e equipamentos ópticos	
04. Instrumentos, aparelhos e equipamentos desinfecção e esterilização	
05. Equipamento de comunicação escrita/sonora/visual	
06. Mobiliário	
07. Objeto comemorativo	
08. Material administrativo	
09. Objeto de iluminação	
10. Objetos para captura	





ANEXO B – Modelo de Termo de Doação



MODELO DE TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente documento, **NOME DO DOADOR**, NÚMERO DO CPF OU SIAPE, declara transferir, em caráter definitivo e irrevogável, ao Museu do Instituto Evandro Chagas, doravante chamada DONATÁRIA, o objeto relacionado abaixo, os qual estava sob responsabilidade da referida seção:

1. _____
2. _____

CLÁUSULA 1ª – O MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS, ao aceitar e incorporar o acervo ao seu patrimônio material e cultural assume nesta data o domínio, posse, direito e ação que cabiam ao doador.

CLÁUSULA 2ª - A DONATÁRIA, através do MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS, se obriga a organizar, inventariar e conservar o acervo documental, objeto da doação, colocando-o em condições de ser utilizado em estudos e pesquisas de caráter acadêmico e cultural.

CLÁUSULA 3ª - O presente TERMO DE DOAÇÃO será lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e conteúdo e para um só efeito.

Belém, _____ de _____ de _____.

Doador

Coordenação do Museu do
Instituto Evandro Chagas

Testemunha 1

Testemunha 2





ANEXO C – Modelo de Etiqueta de identificação dos Objetos

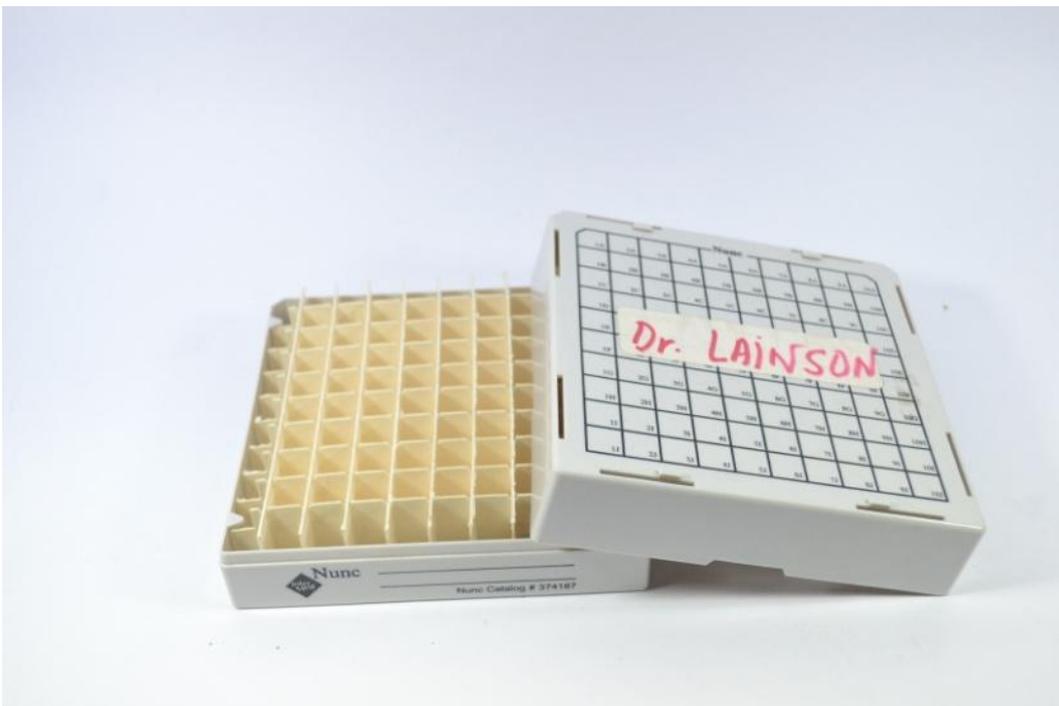




INSTITUTO EVANDRO CHAGAS
MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

REGISTRO N:º MEV0048
OBJETO: MICROSCÓPIO
FABRICANTE: WATSON BARNETT
PROCEDÊNCIA: TRANSFERÊNCIA





ANEXO D – Modelo de Inventário do Acervo Museológico



TABELA DE INVENTÁRIO DO ACERVO MUSEOLÓGICO

Nº DE REGISTRO	OBJETO	FABRICANTE	PROCEDÊNCIA	IMAGEM
MEV 0001	ARMÁRIO	NÃO IDENTIFICADO	TRANSFERÊNCIA	
MEV 0002	MICROSCÓPIO SD2 PLIT	RIOWA COLEMAN	TRANSFERÊNCIA	
MEV 0003	MICROSCÓPIO	WATSON BARNET	TRANSFERÊNCIA	



ANEXO E – Modelo de Ficha Catalográfica





MS-SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

FICHA CATALOGRÁFICA DO ACERVO DO MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

Nº DE REGISTRO:

MEV 0048

OUTROS NUMEROS:

PAT. MS 009189

NOME DO
OBJETO:

AGITADOR MAGNÉTICO

COLEÇÃO:

INSTRUMENTOS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO

CLASSE:

EQUIPAMENTO BÁSICO
DE LABORATÓRIO

SUBCLASSE:

DETALHES DE FABRICAÇÃO

FABRICANTE:

ARTHUR H. THOMAS COMPANY

DATA DE FABRICAÇÃO:

1900

PAIS DE
FABRICAÇÃO:

ESTADOS UNIDOS

ESTADO:

PENSILVÂNIA

CIDADE:

FILADÉLFIA

INFORMAÇÕES DO FABRICANTE:	Fundada em 1900, em 1983 a empresa mudou oficialmente o nome para Thomas Scientific. Atualmente se localiza em Swedesboro, Nova Jérsei, Estados Unidos.
DESCRIÇÃO DO OBJETO	
DESCRIÇÃO FÍSICA:	<p>Objeto cilíndrico em metal, lateral curva. Na parte frontal tem uma placa em metal presa por quatro parafusos, no centro há um botão que consiste em base circular e protuberância cilíndrica com oito recortes laterais, possui traço branco para indicar posição. Ao redor do botão existe numeração de 1 a 9 e abaixo mais à esquerda a inscrição off. Em ambos os lados do botão há uma linha dividindo o retângulo ao meio, abaixo de cada linha tem uma inscrição. Abaixo da placa existem dois parafusos um em cada extremo. Do lado esquerdo da placa retangular tem a placa de patrimônio. Inscrição parte plana superior. Parte inferior, próximo a parte frontal há uma placa em metal com inscrição, apresenta quatro pés opostos diametralmente, ao centro tem haste retangular preta presa por dois parafusos e parte da haste é sobressalente ao corpo do cilindro e na extremidade tem um parafuso que prende a outro retângulo perpendicular. Na extremidade deste, na horizontal, tem um botão que consiste em um pino e na ponta um disco recartilhado na lateral. No corpo do retângulo, voltado para o centro, tem um recorte e próximo tem o cabo de força na cor preta.</p>
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS E FUNCIONAMENTO:	Funciona para agitar líquidos ou soluções, utilizado em operações laboratoriais.



UTILIDADE PARA O SETOR DE ORIGEM:	Utilizado nas operações laboratoriais para agitar líquidos ou soluções		
ALTURA:	10,5 cm	LARGURA:	
DIÂMETRO:	13 cm	PESO:	
COMPRIMENTO:		ESPESSURA:	
MATERIAL:	metal/ polipropileno/ latex		
TÉCNICA:	Fundição / montagem		
INSCRIÇÃO:	"PARTE POSTERIOR: ""ARTHUR H. THOMAS CO."" / ""PHILADELPHIA, PA. U.S.A."" PLACA: ""THOMAS MAGNE- MATIC®"" LADO ESQUERDO: ""MODEL 15"" LADO DIREITO: ""115V-DCT"" BASE: ""ARTHUR H. THOMAS CO. PHILADELPHIA, PA. U.S.A.""		
COMPONENTES PERIGOSOS:			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO:	BOM	<input checked="" type="checkbox"/>	REGULAR: <input type="checkbox"/>



OUTRAS INFORMAÇÕES

RUIM	<input type="checkbox"/>	OUTROS:	<input type="text"/>
------	--------------------------	---------	----------------------

PROCEDÊNCIA

DATA DE AQUISIÇÃO:	<input type="text" value="Maio/2013"/>
--------------------	--

MODO DE AQUISIÇÃO:	
--------------------	--

COMPRA	<input type="checkbox"/>
--------	--------------------------

LOCAL DE COMPRA :	<input type="text"/>
-------------------	----------------------

NOTA FISCAL:	<input type="text"/>
--------------	----------------------

DOAÇÃO:	<input type="checkbox"/>
---------	--------------------------

NOME DO DOADOR:	<input type="text"/>
-----------------	----------------------

NÚMERO DO TERMO:	<input type="text"/>
------------------	----------------------

TRANSFERÊNCIA:	<input checked="" type="checkbox"/>
----------------	-------------------------------------

INSTITUIÇÃO:	<input type="text" value="INSTITUTO EVANDRO CHAGAS"/>
--------------	---

SETOR:	<input type="text" value="SEÇÃO DE MEIO AMBIENTE"/>
--------	---

LEGADO:	<input type="text"/>
---------	----------------------



LOCALIZAÇÃO DA PEÇA:	RESERVA TÉCNICA
PESSOAS CORRELATAS:	DR. RALPH LAINSSON
LOCALS CORRELATOS:	
EVENTOS CORRELATOS:	FEIRA NACIONAL DE C&T 2013
PUBLICAÇÕES CORRELATAS:	CATÁLOGO ABC
OBSERVAÇÃO:	



REFERÊNCIAS	Thomas Scientific. History. Disponível em: http://www.thomassci.com/History . Acessado em 06 Jan 2013.





ANEXO F – Modelo de Ficha de Conservação



		MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE INSTITUTO EVANDRO CHAGAS MUSEU DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	
MS-SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
FICHA/LAUDO DE CONSERVAÇÃO			
OBJETO:	AGITADOR MAGNÉTICO		
Nº DO REGISTRO:	MEV 0048	Nº DE PARTES: 02	
LOCALIZAÇÃO:			
TIPO DE FABRICAÇÃO:	<input checked="" type="checkbox"/> MANUFATURADO	<input type="checkbox"/> INDUSTRIALIZADO	
CONDIÇÕES GERAIS:			
APARENTEMENTE ESTÁVEL:	<input checked="" type="checkbox"/>	DETERIORAÇÃO ATIVA NOTÁVEL:	<input type="checkbox"/>
DANO NOTÁVEL:	<input type="checkbox"/>	FRÁGIL:	<input type="checkbox"/>
MATERIAIS/PROCESSO (ASSINALE AS ALTERNATIVAS APLICÁVEIS)			
ANIMAL	<input type="checkbox"/>	MALHA	<input type="checkbox"/>
CESTARIA	<input type="checkbox"/>	RENDA	<input type="checkbox"/>
		FIBRAS DE PLANTAS	<input type="checkbox"/>
		IMPRESSO	<input type="checkbox"/>
		MADEIRA	<input type="checkbox"/>
		POLPA DE MADEIRA	<input type="checkbox"/>

LONA	<input type="checkbox"/>	COURO	<input type="checkbox"/>	BORRACHA	<input checked="" type="checkbox"/>	LÃ	<input type="checkbox"/>
CELULOSE	<input type="checkbox"/>	METAL	<input checked="" type="checkbox"/>	CONCHA	<input type="checkbox"/>	TRANÇADO	<input type="checkbox"/>
CERÂMICA	<input type="checkbox"/>	MINERAIS	<input type="checkbox"/>	SEDA	<input type="checkbox"/>	PLASTICO	<input checked="" type="checkbox"/>
BORDADO	<input type="checkbox"/>	TÊXTIL	<input type="checkbox"/>	AMOSTRA	<input type="checkbox"/>	FOTOGRAFIA	<input type="checkbox"/>
PENAS	<input type="checkbox"/>	PAPEL	<input type="checkbox"/>	ARQUEOLÓGICA	<input type="checkbox"/>	VIDRO	<input checked="" type="checkbox"/>
PELE	<input type="checkbox"/>	PERGAMINHO	<input type="checkbox"/>	PEDRA	<input type="checkbox"/>	OUTROS:	<input type="checkbox"/>
				SINTÉTICO	<input type="checkbox"/>		
SUORTE ATUAL, EXPOSIÇÃO, MÉTODO DE ARMAZENAMENTO							
ARMAZENADO NA RESERVA TÉCNICA EM ESTANTE COM PRATELEIRA EXPOSTA							
REPAROS ANTERIORES							
NENHUM							
CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO							
ABRASIVOS	<input type="checkbox"/>	DESCOLORAÇÃO	<input type="checkbox"/>	INSETOS	<input type="checkbox"/>	CORTADO	<input type="checkbox"/>
EMPOLADO	<input type="checkbox"/>	DISTORCIDO	<input type="checkbox"/>	RÓTULOS REMOVIDOS	<input type="checkbox"/>	ARRANHADOS	<input type="checkbox"/>
QUEBRADIÇO	<input type="checkbox"/>	DESCAMAÇÃO	<input type="checkbox"/>	RACHADURAS	<input type="checkbox"/>	ODOR	<input type="checkbox"/>
CURVADO	<input type="checkbox"/>	POEIRENTO	<input type="checkbox"/>	PERDA DO BRILHO	<input checked="" type="checkbox"/>	EXCREMEN TO DE INSETOS	<input type="checkbox"/>
LASCADO	<input type="checkbox"/>	FISSURAS	<input type="checkbox"/>	FALTA DE PARTES	<input type="checkbox"/>	INSETO ATIVO	<input type="checkbox"/>



ENRUGADO	<input type="checkbox"/>	DEFORMAÇÃO	<input type="checkbox"/>	MOFO ATIVO	<input type="checkbox"/>	VINCADO	<input type="checkbox"/>
INCOMPLETO	<input type="checkbox"/>	MOFADO	<input type="checkbox"/>	MANCHAS	<input type="checkbox"/>	AMARELADO	<input type="checkbox"/>
CORROÍDO	<input type="checkbox"/>	ESGARÇAMENTO	<input type="checkbox"/>	MANCHAS DE MOFO	<input type="checkbox"/>	INCONCLUSIVO	<input type="checkbox"/>
OXIDADO	X	FURADO	<input type="checkbox"/>	RASGADO	<input type="checkbox"/>	OUTROS:	<input type="checkbox"/>
RESUMO DE CONDIÇÕES / RECOMENDAÇÕES							
ESTABILIZADO	X	INSTÁVEL PARA EXIBIÇÃO	<input type="checkbox"/>	REQUER TRATAMENTO	<input type="checkbox"/>		
ESTABILIZADO PARA ARMAZENAMENTO	<input type="checkbox"/>	INSTÁVEL PARA VIAGEM	<input type="checkbox"/>	REALOCAR	<input type="checkbox"/>		
ESTABILIZADO PARA EXPOSIÇÃO	<input type="checkbox"/>	ESTABILIZAR ANTES DA VIAGEM	<input type="checkbox"/>	TRANSFERIR	<input type="checkbox"/>		
ESTABILIZADO PARA VIAGEM	<input type="checkbox"/>	INSPEÇÃO REGULAR	<input type="checkbox"/>	ENCAPSULAR	<input type="checkbox"/>		
DETERIORAÇÃO ATIVA	<input type="checkbox"/>	MELHORAR ARMAZENAMENTO/ GUARDA	X	GUARDA EM ENVELOPES LIVRES DE ÁCIDOS	<input type="checkbox"/>		
INSTÁVEL PARA ARMAZENAMENTO	<input type="checkbox"/>	MELHORAR EXPOSIÇÃO	<input type="checkbox"/>	OUTROS:	<input type="checkbox"/>		
RECOMENDAÇÕES PARA ARMAZENAMENTO							
ESTANTE DE ALUMINIO, SOB BASE DE ETHAFOAM.							
RECOMENDAÇÕES PARA HIGIENIZAÇÃO							
LIMPEZA COM TRINCHA DE 06 EM 06 MESES							
CONDIÇÕES PARA EXPOSIÇÃO							



VITRINES SELADAS		UR 55% +/- 7%	50	OUTROS:	
LUX 50 100 150	100	MENOS QUE UV 75 μ W/lm			
TEMP 22° +/- 1°C	22	TEMPO DE EXPOSIÇÃO 3 6 12 MESES	12		
MÉTODO DE CONSERVAÇÃO PROPOSTO:					
NAS PARTES EM METAL, IMPERMEABILIZAÇÃO COM CERA MICROCRISTALINA					
IMAGENS DO PROCESSO					
<p>EXAMINADO POR: NOME DO SERVIDOR</p> <p style="text-align: right;">DATA: 20/062019</p>					



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os dois anos de dedicação metodológica e reflexiva ao mestrado profissional, ao nos debruçarmos na elaboração de um Manual de Documentação Museológica, nossa perspectiva não se bastava a organizar os princípios normativos para orientar a prática no MEV, mas, também, visávamos atrair atenção à preservação e difusão do próprio acervo museológico em saúde, uma vez que acreditamos que um instrumento como um manual pode trazer maior visibilidade ao próprio acervo salvaguardado pela instituição. Além disso, o manual poderia potencialmente servir como uma contribuição com algumas diretrizes metodológicas no trato documental, especialmente para este tipo específico de coleção. Contudo, mais do que respostas, este trabalho suscitou-nos novas perguntas e novos horizontes de pesquisa em torno do assunto.

Como vimos, há autores que se dedicaram a revisar a literatura e definir as tipologias museu de medicina, museu de saúde, patrimônio cultural da ciência e, até mesmo, o termo “museologia médica”. De acordo com as definições e limites trabalhados e apresentados neste trabalho, entendemos que o Museu do Instituto Evandro Chagas, da forma como está delimitado pelo seu plano museológico e seus projetos de criação e desenvolvimento, se apresenta enquanto um museu de saúde, tendo como ponto de partida a sua própria história institucional, considerando os aspectos tecnológicos e culturais que tangenciam a temática. Como ponto de partida à novas pesquisas, deixamos a pergunta: será que, do ponto de vista de seus programas de exposição e educação, assim como do seu trato documental, essa identidade do museu se encontra bem definida em suas práticas?

Com a investigação proposta, buscamos apresentar a documentação museológica como prática inerente à ‘razão de ser’ dos museus, que precisa ser explorada, carecendo de manuais, normas técnicas ou até mesmo a interlocução desses acervos e de seus profissionais. O fortalecimento da pesquisa na área se apresenta como uma das alternativas para a consolidação da prática e para atribuição de valor a que tanto merece.

Não sendo nosso objetivo qualificar as práticas de documentação museológica instituídas em cada museu congênere ao MEV, buscamos mapear minimamente as técnicas, modelos e experiências, com a finalidade de traçar planos e estratégias que viriam a compor, neste momento ou para reflexões futuras, o padrão de documentação museológica e, até mesmo, de gestão de coleções a ser adotado no MEV.

Quanto à gestão de coleções do Museu do Instituto Evandro Chagas, percebemos que se faz necessária a adoção de uma política de aquisição de acervos, contendo as diretrizes básicas para coleta e, principalmente, a quantidade a ser salvaguardada pelo museu, considerando não só os aspectos histórico, cultural e de excepcionalidade, mas também a condição do próprio Instituto Evandro Chagas, seja financeiro ou estrutural, para guarda e manutenção desses bens. Outro ponto a ser discutido é a reflexão e proposição de estratégias para o uso dos objetos musealizados nos programas de exposição ou educativo, com a definição se deverá ser constituída uma categoria de “coleção didática” e/ou “coleção itinerante”, ou outra forma de caracterização dessa “função”, uma vez que parte das coleções já são utilizadas em exposições temporárias realizadas fora das dependências do Instituto.

Por conta do contato com outras pesquisas em andamento durante o Programa de Pós-Graduação, fomos confrontados com caminho da documentação museológica no cenário internacional: o papel da documentação museológica como ferramenta para os estudos de valoração de significância dos objetos.

Ressaltamos ainda que o Manual, resultado desta investigação, apresenta apenas um dos olhares possíveis da Museologia na leitura dos objetos e, principalmente, apenas uma das alternativas possíveis para organização e gestão de coleções. Ao ter como um dos destinos a aplicação na rotina de trabalhos do MEV, esse produto está aberto a críticas e ao debate. Após a implantação e posterior avaliação, também ficará disponível a mudanças e adaptações por parte da equipe.

Pouco lembrado pelos estudiosos do patrimônio, o acervo museológico em saúde tem a demanda de ser valorizado: precisa de pesquisa, requer maior interlocução dos seus guardiões com seus pares e, principalmente com a sociedade, via divulgação científica acessível a todas as faixas de instrução. Quem sabe assim, além de vinculá-los a “dor e sofrimento”, estes passem a ser identificados como patrimônio, no seu sentido mais comum do termo, e passem a ocupar mais espaços de destaque nas temáticas das exposições.

Um caminho para fortalecer a própria identidade destas coleções formadas, é o acompanhamento dos processos e reclassificações por que estes objetos já coletados passaram e ainda passam, que os elevam a categoria de patrimônio científico e cultural para a comunidade interna do próprio Instituto Evandro Chagas, a fim de se elucidar quais alternativas e propostas são cabíveis para que a sociedade paraense também possua vínculo com este chamado patrimônio cultural científico da saúde.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, S J M M. Why Collect Science? **Journal of Conservation and Museum Studies**, 2017. 15(1): 1, p. 1–10. Disponível em: <https://doi.org/10.5334/jcms.150> Acesso em 29 abr. 2019

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: um diálogo possível**. Brasília, DF. Briquet de Lemos / Livros / São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação. 2014.

ARNOLD, Ken. Museums and the making of medical history. In.: **Manifesting Medicine**. Ed. Robert Bud. 1999. p.145-175

BOYLAN, P. J. (Org.). **Como gerir um museu: manual prático**. Paris: UNESCO, 2004. 259 p.

BVS. Biblioteca Virtual em Saúde. Grupo de Trabalho História e Patrimônio Cultural da Saúde. **Termo de constituição da Rede História e Patrimônio Cultural da Saúde**. Disponível em: http://www.cv-hispalc.bvs.br/tiki-download_file.php?fileId=3.

CAMARGO-MORO, F. de. **Museu: aquisição/documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986. 320 p. (Coleção Eleutherias).

CARTA DO RIO DE JANEIRO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em <http://www.mast.br/images/pdf/Carta-do-Rio-de-Janeiro-sobre-Patrimnio-Cultural-da-Cincia-e-Tecnologia.pdf> Acesso em 01 ago 2019

CERAVOLO, Suely Moraes. Apresentação à edição brasileira. In.: **Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC / Comitê Internacional de Documentação (CIDOC)**. São Paulo, 2014. p. 11-15 (Gestão e documentação de acervos: textos de referência, 1)

CERAVOLO, Suely Moraes; TALAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In.: VIII ENANCIB – **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 2007, Salvador. Anais do VII Enancib, Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. s/p. Disponível em <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--012.pdf> Acesso em 17 jun 2018

CID, Felip. **Museología médica: aspectos teóricos y cuestiones prácticas**. Museo Vasco de História de la Medicina e de la Ciência. Bilbao. 2007.

CIDOC - COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (ICOM). **Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC / Comitê Internacional de Documentação (CIDOC)**. São Paulo, 2014. (Gestão e documentação de acervos: textos de referência, 1)

COSTA, Icleia Theisen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Cnpq/Ibict,

UFRJ/ECO. Rio de Janeiro. 1997. Orientadores: Maria Nélide Gonzalez de Gomes e Hilton Japiassu.

Deane LM. Histórico do Instituto Evandro Chagas: período 1936-1949. In: **Instituto Evandro Chagas: 50 anos de contribuição às ciências biológicas e à medicina tropical**. Belém: Fundação Serviços de Saúde Pública; 1986.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013

FAHY, ANNE. **Collections management**. London; New York: Routledge, 1994.

FARIA, Sónia Castro. **O objecto e os museus de medicina**: aprofundamento de um modelo de estudo. Dissertação (Mestrado Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia). Universidade do Porto/Departamento Ciências Técnicas do Porto, Porto. 2009. Orientador: Alice Lucas Semedo.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **Cadernos de ensaios**, nº2. Estudos de Museologia. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994, p. 64-73.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro. Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos. 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. UFRJ. Rio de Janeiro. 1997. 316 p.

Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. **Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde**. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013. 26 p.

GEBHARD, Bruno. The changing ideology of health museums and health fairs since 1850. In.: **Bulletin of the History of Medicine**. Vol. 33, n.2, mar-abr 1959, p.160-167. The John Hopkins University Press.

GEBHARD, Bruno. What good are health museums? **American Journal of Public Health**. V. 36, p. 1012-1015, sept 1946.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro. 2007. p. (Coleção Museu, memória e cidadania)

GRANATO, M.; SANTOS, F. P. Os Museus e a Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia no Brasil. In: GRANATO, M. (Org.) **Museologia e Patrimônio**, Série MAST: 30 anos de pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2015. p. 79-119. v. 1. Disponível em http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf Acesso em 17 jun 2018.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial. In: BRUNO. Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do conselho Internacional de Museus, 2010. V. 1. P. 147-159.

_____. Cultura, Patrimônio e preservação, texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 1984. p. 59-64.

ICOM – COMITÊ INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Código de ética para museus**. 2006.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In.: **A vida social das coisas: as mercadorias sobre uma perspectiva cultural**. EdUFF. 2008. p. 89-121.

LADKIN, Nicola. Gestão do acervo. In: BOYLAN, Patrick (Org.) **Como gerir um museu: manual prático**. Paris: ICOM, 2004. p. 17-32

LEIBOFF, Jacklyn Marett. **Reconstructing the role of cultural significance in the protection of movable cultural heritage act 1986 (Cth)**. Griffith Law School. Faculty of Business and Law. Griffith University. nov, 2004. (tese de doutorado)

LIMA, D. F. C. Ciência da Informação e Museologia em tempo de conhecimento fronteiriço: aplicação ou interdisciplinaridade? In: **ENANCIB 2008 - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2008, Rio de Janeiro. Anais IX ENANCIB, 2008, GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. Rio de Janeiro: ANCIB, PPGCI ECA/USP, 2008. n. p. 1 CD ROM.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Esboço acerca da documentação museológica. In.: **Museus Instituição de Pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2005. p.24-30 (MAST Colloquia; 7)

LOURENÇO, Marta. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. In: **Museologia e Patrimônio**. vol.II. n. 48 1 - jan/jun de 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/45/25>
Acesso em 23 jun 2019

MENSCH, Peter van. Object as data carrier. In.: **Towards a methodology of museology**. PhD thesis, University of Zagreb. 1992. (Capítulo 12)

MIGUEL, José Pereira; ANDRADE, Helena Rebelo de. Museu da Saúde. In.: **História de doenças infecciosas**. Santarém. Portugal. Tipotejo Artes Gráficas. 2014.

MUSEU DA SAÚDE. **Manual do Inventário do Patrimônio Museológico da Saúde: Guia Prático**. Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Portugal. 2012.

MUSEU DA VIDA. **Plano museológico Museu da Vida 2017-2021**. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em http://www.museudavida.fiocruz.br/images/educacao/planomuseologico_maio_museudavida_2018.pdf Acesso em 20 jun 2019

NASCIMENTO, Rosana. Documentação museológica e comunicação. **Cadernos de museologia**, n.3. (Palestra proferida no VI Fórum de Museus do Nordeste, 1993, Maceio-AL)

NOGUEIRA, Inês Santos; SOARES, Pedro Paulo. Patrimônio cultural da ciência e da saúde: conceitos e abordagens de pesquisa no acervo museológico da Fundação Oswaldo Cruz. In.:

XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, RN. 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364840236_ARQUIVO_anpuh2013.pdf Acesso em 20 jun 2019.

OLIVEIRA, Inês Cavadas de; ANDRADE, Helena Rebelo de; MIGUEL, José Pereira. O Museu da Saúde em Portugal: um espaço físico, um espaço virtual. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, supl., dez. 2015, p.1749- 1763.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo.** Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. v. 2 (Coleção Estudos Museológicos)

PEARCE, Susan M. Pensando sobre os objetos. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (orgs.). **Museus Instituições de Pesquisa.** Rio de Janeiro: MAST: 2005, p. 11-21.

POVOA, Marinete Marins et al . O Instituto Evandro Chagas e seu passado memorável. **Revista Pan-Amazônica de Saúde.** Ananindeua. v. 7, n. esp, p. 9-10, dez. 201. Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232016000500009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 out 2018.

ROBERTS, Andrew. Inventário e documentação. In: BOYLAN. Patrick (Org.) **Como gerir um museu:** manual prático. Paris: ICOM, 2004. p. 33-54.

SANTOS, Claudia Penha dos. A coleção de objetos de ciência e tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins: reflexões sobre a documentação museológica. In.: **Documentação em Museus /Museu de Astronomia e Ciências Afins.** Organização: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia N. M. Loureiro. Rio de Janeiro. MAST, 2008. (MAST Colloquia; 10)

SANTOS, Claudia R F. O Instituto Evandro Chagas em busca da preservação patrimonial: estudos preliminares. In.: **Revista Pan-Amazônica de Saúde.** 2013.n. 4 v.1. p.11-13.

SANTOS, L. B., LOUREIRO, M.L.N.M. Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. **Revista Museologia e Patrimônio.** vol. 5. n. 1. 2012. p. 29-47. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/211/187> Acesso em 19 nov 2012

SCHEINER, Tereza C. Apolo e Dioniso no Templo das Musas. in.: **Museu:** gênese, histórico e desenvolvimento no pensamento ocidental. Dissertação de Mestrado apresentada à ECO/UFRJ. RJ: UFRJ, 1998.

SEMEDO, Alice. Políticas de gestão de coleções. In.: **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio.** Porto, 2005. Série I. vol. IV, p. 305-322

SENNE, Catia Alves de; URZUA, Flávia Andréa Machado. A constituição do acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas: subsídios para a análise de sua trajetória institucional. **Cad. hist. ciênc.,** São Paulo, v. 6, n. 2, dez. 2010. Disponível em http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342010000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 dez. 2018.

SERRES, Juliane Conceição Primon. “Preservação do Patrimônio Cultural da Saúde no Brasil: uma Questão Emergente”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro,

v.22, n.4, out.-dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22n4/0104-5970-hcsm-22-4-1411.pdf> Acesso em 23 jun 2019.

SILVEIRA, Fernando Tobias. Obituário: Professor Ralph Lainson. **Rev Pan-Amaz Saude**, Ananindeua, v. 6, n. 2, p. 89-90, jun. 2015. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232015000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 set. 2019.

SOARES, Manoel do Carmo. O Instituto Evandro Chagas: 70 anos. **Revista Paraense de Medicina**. Belém, v. 20, n. 4, p. 61-63, dez. 2006. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-59072006000400017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 out. 2018.

STEWART, Susan. Objects of desire. In.: **Museums, objects and collections**. Washington: Smithsonian. Institution Press. 1992. p. 291-295

SUANO. **O que é museu**. São Paulo. Brasiliense. 1986.

ZÚÑIGA, Solange. Políticas públicas, vontade política e conscientização dos níveis decisórios para preservação, **Cadernos do CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**, ano 18, n. 22, p. 231-255, 2005.

Documentos institucionais

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. **Acordo de cooperação nº 79/2009, que entre si celebram a Casa de Oswaldo Cruz e o Instituto Evandro Chagas, visando a cooperação técnico-científica entre as partícipes**. Rio de Janeiro. 03 set 2009.

_____. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. **Relatório de 25 de novembro de 1936 ao Diretor Geral do Instituto Oswaldo Cruz**. Fundo Evandro Chagas: inventário. Rio de Janeiro; 2009.

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. **Relatório de Gestão 2014**. Ananindeua, 2015.

_____. **Relatório de Gestão 2015**. Ananindeua, 2016.

_____. **Relatório de Gestão 2016**. Ananindeua, 2017.

_____. **Relatório de Gestão 2017**. Ananindeua, 2018.

_____. Sala de reuniões do IEC. **Ata da 1ª reunião ordinária da Comissão de Implantação do Museu Evandro Chagas (IEC), realizada dia 13 de abril de 2005**. ATA13-04. p. 4

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. **Ata da segunda reunião ordinária da Comissão de Implantação do Museu Evandro Chagas, realizada a 11 de maio de 2005**. Ata 11 maio 2005. p. 4

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. **Ata da terceira reunião ordinária da Comissão de Implantação do Museu Evandro Chagas, realizada a 22 de junho de 2005.** p. 3

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. **Ata da quarta reunião da Comissão de Implantação do Museu do Instituto Evandro Chagas, realizada em 14 de setembro de 2005.** Ata 14 setembro 2005. p. 4.

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. **Ata da quinta reunião da Comissão de Implantação do Museu do Instituto Evandro Chagas, realizada em 18 de outubro de 2005.** Ata 18 outubro de 2005. p. 3.

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. **Ata da sexta reunião da Comissão de Implantação do Museu do Instituto Evandro Chagas, realizada em 17 de novembro de 2005.** 6ª reunião. p. 4.

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. **Ata da sétima reunião da Comissão de Implantação do Museu do Instituto Evandro Chagas, realizada em 19 de dezembro de 2005.** p. 4

_____. Sala de reuniões do Instituto Evandro Chagas. **Ata da primeira reunião extraordinária da Comissão de Implantação do Museu do Instituto Evandro Chagas, realizada em 10 de agosto de 2005.** p. 2.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Instituto Evandro Chagas. **Ofício n.2441 – DIR/IEC/SVS/MS.** Ananindeua: Instituto Evandro Chagas, 14 out 2008.

MUSEU INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. **Relatório 2013.** 2014.

_____. **Relatório 2014.** 2015.

_____. **Relatório 2015.** 2016.

_____. **Relatório 2016.** 2017.

_____. **Relatório 2017.** 2018.

PROJETO de Criação do Museu do IEC/FUNASA. [2005?]. Documento não publicado. (documento desenvolvido por comissão instituída pela portaria nº 75, de 22 de novembro de 2004)

Legislação

BRASIL. Lei nº 11904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Bases para a Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania. Brasília: Minc, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Resolução normativa n. 2, de 29 de agosto de 2014. **Diário Oficial da União**. n.167. 01 set 2014. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/09/2014&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=120> Acesso em 04 jun 2019

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Institui a Comissão de Implantação do Museu Evandro Chagas. Portaria n. 75 de 22 de novembro de 2004. **Boletim de Serviço**. Brasília. Ano 20, n. 16. Abr. 2005. p. 57.

PARÁ. LEI ESTADUAL Nº 59 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936. Cria o Instituto de Patologia Experimental do Norte e define suas atribuições. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré; 1936.

Sítios eletrônicos

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Centers for Disease Control and Prevention (C)**. Apresenta a missão e as responsabilidades institucionais. Disponível em <https://www.cdc.gov/maso/pdf/cdcmis.pdf> Acesso em 20 jun 2019.

DAVID J. SENCER CDC MUSEUM. **About the David J. Sencer CDC Museum**. Apresenta informações gerais sobre o museu. 2012. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/museum/about.htm>>. Acesso em: 23 out. 2018.

DAVID J. SENCER CDC MUSEUM. **CDC History Collection**. Apresenta informações sobre a coleção do museu. 2011. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/museum/history.htm>>. Acesso em: 23 out. 2018.

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. **História**. Apresenta a história, pioneirismo, descobertas científicas e as datas comemorativas do Instituto Evandro Chagas. Disponível em <http://www.iec.gov.br/portal/historia/> Acesso em 23 out 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)** - 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html> Acesso em 23 jun 2019

WELLCOME. **About us**. Informações gerais sobre a fundação. Disponível em <<https://wellcome.ac.uk/about-us>> Acesso em 05 set 2019